



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA

Processo

Protocolo nº 006919 – 10/08/2020
Processo Nº 006919/SECGERAL
(PARTE 35 – DOCUMENTO Nº 18 – VOLUME 08)

Interessado

Cidadãos: Hélio Cesar Bairros, Bruno de Oliveira
Carreirão, Beatriz Campos Kowalski e outros

Assunto

Representação em face do Governador e Vice-
Governadora do Estado de Santa Catarina ante a prática
de crimes de responsabilidade



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

09/06/2020

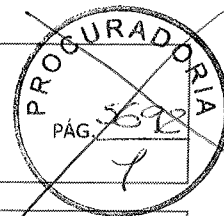
:: eproc - - Consulta Processual - Detalhes do Processo ::

Capa do Processo

Nº do Processo: 5035116-69.2020.8.24.0023 Data de autuação: 07/05/2020 17:20:36 Situação: MOVIMENTO

Órgão Julgador: Juízo Titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis Juiz(a): Daniela Vieira Soares

Competência: Civil - Procedimento Especial Contencioso Classe da ação: Exibição de Documento ou Coisa Cível



Lembretes Novo

Assuntos

Partes e Representantes

AUTOR

RÉU

DOUGLAS BORBA (008.449.179-58) - Pessoa Física

SABRINA DA SILVA VIEIRA SC035556

VEIGAMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR EIRELI (02.482.618/0001-60) - Pessoa Jurídica

Informações Adicionais (Prevenção: NÃO executada)

Ações

[Acesso integral do processo | Movimentar/Peticionar |](#)

Filtrar Eventos

☐ Com documentos☐ De decisão☐ Externos

Pesquisar nos eventos

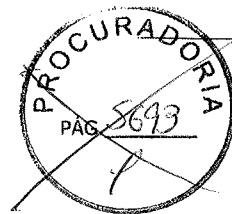


Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
12	31/05/2020 23:59:59	Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 11	SECJE	Evento não gerou documento
11	21/05/2020 16:49:10	Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Refer. ao Evento: 10 (AUTOR - DOUGLAS BORBA) Prazo: 15 dias Status:ABERTO Data inicial da contagem do prazo: 03/06/2020 00:00:00 Data final: 24/06/2020 23:59:59	danielavs	Evento não gerou documento
10	21/05/2020 16:49:10	Decisão interlocutória	danielavs	DESPADEC1
9	19/05/2020 12:00:40	Juntada - Registro de pagamento - Boleto pago (1/1) - R\$ 252,23	SECJE	Evento não gerou documento
8	18/05/2020 14:50:35	Autos com Juiz para Despacho/Decisão	isabella	Evento não gerou documento
7	18/05/2020 14:44:42	PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 5 - 1º dia do prazo	SC035556	Evento não gerou documento
6	18/05/2020 14:44:42	Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 5	SC035556	Evento não gerou documento
5	12/05/2020 12:35:37	Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Refer. ao Evento: 4 (AUTOR - DOUGLAS BORBA) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (7 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 20/05/2020 00:00:00 Data final: 09/06/2020 23:59:59	micheleds	Evento não gerou documento
4	12/05/2020 12:35:06	Ato ordinatório praticado	micheleds	ATOORD1
3	07/05/2020 17:20:54	Juntada - Boleto Gerado - 1 boleto(s) gerado(s)	SC035556	Evento não gerou documento
2	07/05/2020 17:20:52	Juntada - Guia Gerada - DOUGLAS BORBA Guia nº 310.290 - R\$ 252,23	SC035556	Evento não gerou documento
1	07/05/2020 17:20:36	Distribuído por sorteio (FNS05CV01)	SC035556	Evento não gerou documento





ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
CONSULTORIA JURÍDICA



Florianópolis, 08 de maio de 2020
Ofício CC/COJUR nº 166/2020

REF. SCC 6810/2020



Senhor Controlador-Geral,

Essa Controladoria Geral do Estado – CGE, no exercício de suas atribuições legais, encontra-se auditando o processo administrativo SES 00037070/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que deflagrou procedimento de dispensa de licitação para aquisição de 200 (duzentos) respiradores.

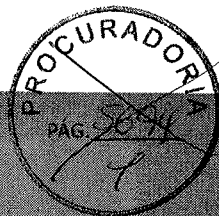
Por conseguinte, sem qualquer comprovação, restou veiculado por diferentes meios de comunicação a suposta interferência da Casa Civil no referido processo de compra. Desse modo, para total esclarecimento dos fatos, é necessário que sejam conhecidas e aclaradas todas as circunstâncias que gravitaram em torno do encaminhamento/recebimento do orçamento anexado ao processo administrativo SES 00037070/2020, denominado “PROPOSTA DE VENDA DE RESPIRADORES MECÂNICOS.”

Com isso, solicita-se que essa Controladoria, após as devidas providências necessárias junto à empresa contratada, remeta a Casa Civil informações/documento/prova, físico ou digital, de eventual solicitação e forma de encaminhamento/recebimento do orçamento anexado ao processo administrativo SES 00037070/2020.

Atenciosamente,

DOUGLAS BORBA
Chefe da Casa Civil

Ao Senhor
LUIZ FELIPE FERREIRA
Controlador-Geral
Controladoria-Geral do Estado
Nesta



Dr. César Ribeiro - CRMSC 4548 / RQE 1399
Dr. Raul Ferreira Filho - CRMSC 4771 / RQE 2733
Dr. José Antônio Cavallini - CRMSC 5483 / RQE 1111
Dr. Leonardo Guilherme Cal - CRMSC 4329 / RQE 982

NOME:

Douglas Barbosa

Paciente Hipertenso,
é grupo de risco para corona-
virus - Exat: 8/6/2020.

CID 10⁹ rev. I 10

Assinado:

Dr. Leonardo Guilherme Cal
Cardiologista
CRMSC 4329 - RQE 982

NOTAS

Exat: 8/6/2020 - Dr. José Antônio Cavallini - CRMSC 5483 / RQE 1111
Exat: 8/6/2020 - Dr. Raul Ferreira Filho - CRMSC 4771 / RQE 2733
Exat: 8/6/2020 - Dr. César Ribeiro - CRMSC 4548 / RQE 1399
Exat: 8/6/2020 - Dr. Leonardo Guilherme Cal - CRMSC 4329 / RQE 982

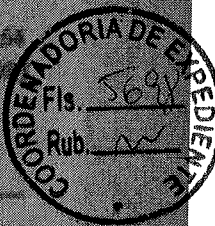
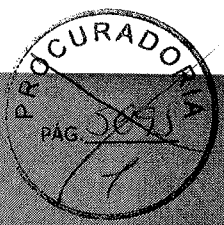
ASSINATURA

Exat: 8/6/2020 - Dr. José Antônio Cavallini - CRMSC 5483 / RQE 1111
Exat: 8/6/2020 - Dr. Raul Ferreira Filho - CRMSC 4771 / RQE 2733
Exat: 8/6/2020 - Dr. César Ribeiro - CRMSC 4548 / RQE 1399
Exat: 8/6/2020 - Dr. Leonardo Guilherme Cal - CRMSC 4329 / RQE 982

www.criarclinica.com.br



Dr. César Palacin - CRMSC 4088 / RQE 3180
Dr. Ruy Peres Filho - CRMSC 4377 / RQE 3723
Dr. José Antônio Carvalho - CRMSC 3483 / RQE 1164
Dr. Leonardo Guillermo Cal - CRMSC 4234 / RQE 903



NOME

Douglas Borba

Uso Anticoag.

Concordio 2,5 mg.

1 cp ao dia.

[Signature]

Dr. Leonardo Guillermo Cal
Cardiologista
CRMSC 4234 - RQE 903

8/6/2020

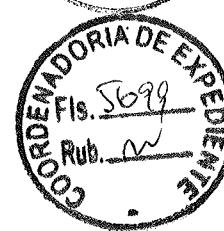
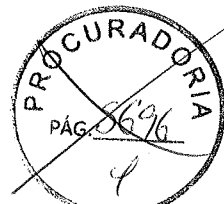
RECEBIDO

RECEBIDO

Cartão de Controle de Medicamentos
Este cartão deve ser preenchido pelo paciente ou responsável por ele.
Deve ser mantido em local seguro e acessível.
Data de emissão: 08/06/2020
Validade: 08/06/2020

Cartão de Controle de Medicamentos
Este cartão deve ser preenchido pelo paciente ou responsável por ele.
Deve ser mantido em local seguro e acessível.
Data de emissão: 08/06/2020
Validade: 08/06/2020

www.clinicacardio.com.br



Evento 81

Evento:

PETICAO

Data:

10/06/2020 16:43:05

Usuário:

SC003439 - MARCIO DE SOUSA ROSA - ADVOGADO

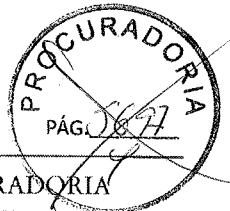
Processo:

5040138-11.2020.8.24.0023/SC

Sequência Evento:

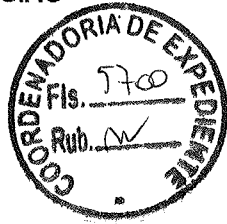


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



PROCURADORIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA REGIÃO
METROPOLITANA DA CAPITAL/ ESTADO DE SANTA CATARINA



Processo n.:5040138-11.2020.8.24.0023

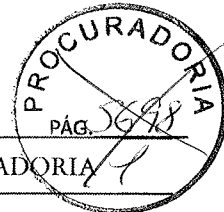
O **Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI**, constituída pelo Ato da Presidência n. 11 – DL, de 2020, para apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à dispensa de licitação n. 754/2020, formatada pela Secretaria de Estado da Saúde, comparece à presença de Vossa Excelência objetivando informar que no dia 09 transato, realizou a acareação estabelecida, contando com a participação do Sr. Douglas Borba.

De outro lado, por intermédio do Ofício n. 061/2020/CPI (cópia em anexo), em atenção à Decisão colegiada, a CPI determinou a convocação do Sr. **Fábio Deambrosio Guasti**, este também sob a custódia da DEIC, para prestar informações, o que enseja ser conduzido ao ambiente físico desta Comissão.

Com efeito, cumpre enfatizar o Despacho/Decisão lançado nos autos do processo n. **5040138-11.2020.8.24.0023**, em trâmite nessa Vara Criminal da Região Metropolitana da Comarca de Florianópolis/SC, proferida por esse Juízo em 08 de junho passado, em análise à pedido de autorização de condução do Sr. Douglas Borba, onde ficou consignada, dentre outros fatos, a inexistência de óbices ao atendimento de tal pretensão pelos órgãos estaduais responsáveis pela custódia do preso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



PROCURADORIA

Nesse sentido, tendo em vista a importância do depoimento em questão e considerando se tratar de formalidade idêntica à anteriormente avençada, informa-se que a mesma providência de requisição à DEIC está sendo postulada, ao alcance do depoimento do Sr. **Fábio Deambrosio Guasti**, motivo pelo que se leva à consideração de Vossa Excelência para conhecimento, avaliação e eventual pronunciamento, se for o caso.



Florianópolis, em 10 de junho de 2020.

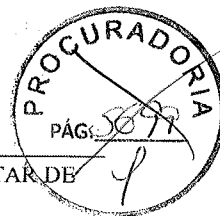
Deputado Sargento Lima
Presidente

Marcio de Sousa Rosa
Procurador-Geral Adjunto da ALESC
OAB/SC 3.439



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



Ofício nº 062/2020/CPI

Florianópolis, 9 de junho de 2020.

Senhor

BRUNO AUGUSTO GONÇALVES VIANNA

Silverio & Vianna Advocacia Criminal

Rua Colombo, 157- Ahú

Curitiba/PR

Prezado Advogado,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, bem como do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, **CONVOCO** Vossa Senhoria, na qualidade de Procurador do Senhor **FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI**, para seu cliente prestar informações quanto ao assunto acima citado.

Informamos que a oitiva será no dia **16 de junho**, às **17 horas**, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis - Santa Catarina.

Informamos a Vossa Senhoria que seu cliente poderá, por ocasião do seu depoimento, entregar quaisquer documentos, informações, demonstrativos ou relatórios escritos relacionados ao objeto de que tenha conhecimento e queira fazer chegar à Comissão investigadora.

Atenciosamente,

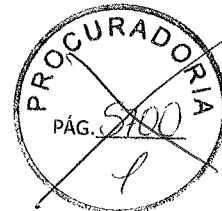
Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro | Florianópolis | SC | 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES), QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, bom dia. Bom dia a todos aqueles que nos assistem pela TVAL, pela Rádio Digital Alesc, também àqueles que acompanham os seus Deputados pelas suas respectivas redes sociais e a todos aqui presentes.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Moacir Sopelsa, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Milton Hobus e o Deputado Sargento Lima.

Pergunto se o Deputado João Amin se encontra lincado?

(Pausa.)

Inicialmente coloco em discussão e votação da ata da segunda reunião, que já se encontra aqui comigo.

Comunico que não aprovaremos a ata da reunião anterior, pois ela ainda está em elaboração pela equipe de taquigrafia.

Em discussão a ata da segunda reunião.

(Pausa.)

Não havendo quem a queira discutir, [colocamos] em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

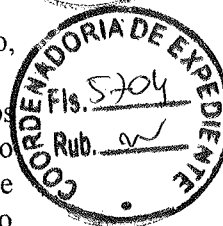
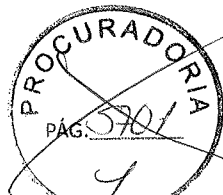
Aprovada, sem nenhum voto contrário.

Comunico aos senhores Deputados também que recebemos da Ordem dos Advogados do Brasil o Ofício nº 735/2020, requerendo autorização para acompanhar as atividades da CPI. Solicito à assessoria desta Comissão que providencie o atendimento à solicitação. Na verdade, já foi comunicada à Presidência, porém ainda peço à assessoria que disponibilize os crachás de acesso à Casa, de controle de entrada, também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação à participação da OAB, a Relatoria não tem nenhuma objeção. Lembrando que as transmissões da CPI são públicas, são como efetivamente estão sendo feitas neste momento, todos os atos da CPI são

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINACOORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

públicos; e que a CPI tem uma determinação própria no Regimento Interno da Casa. Só isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Comunico também aos senhores Deputados que recebemos, hoje pela manhã e por esse motivo não consta na pauta, o Ofício nº 197/2020 assinado pelo senhor Procurador-Geral de Justiça, informando que autorizou o levantamento do sigilo das informações constantes nos autos de nº 5010352, razão pela qual as informações que embasaram a atuação da força-tarefa até o momento poderão ser acessadas diretamente na pasta digital dos autos.

Senhores Deputados, vamos colocar agora aqui, e não de forma coletiva, mas narrando os requerimentos. Em primeiro lugar, o requerimento do Deputado Ivan Naatz para que seja solicitado ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina o compartilhamento de todos os depoimentos gravados em mídias digitais constantes nos autos. Foi o que a gente acabou de repassar ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Permite-me um esclarecimento, Presidente.

Senhores Deputados, o que acontece de fato? O sigilo dessas investigações já foi quebrado em despacho anterior. O que nós precisamos? Nós precisamos ter acesso aos depoimentos, todos os depoimentos que foram dados tanto à Polícia Civil, na operação especial do Deic, Gaeco, quanto ao Ministério Público.

O que acontece? Esses depoimentos são decodificados, colocados nos autos, mas eles não permitem que você tenha acesso, por uma questão, uma regra do próprio Tribunal de preservação da parte. Os depoimentos não são documentos que você acessa a página, clica lá e o depoimento começa a rodar. Você precisa ter a mídia digital para poder decodificar e liberar. De todos esses depoimentos, nós só conseguimos liberar o primeiro depoimento do Secretário Helton, nós não conseguimos liberar outro depoimento.

Essa mídia digital estava guardada com a relatora, doutora Copetti, que foi a relatora do pedido de mandado de prisão. O que a minha assessoria fez? A minha assessoria tentou adiantar o procedimento, entrou em contato com a chefe de gabinete da Desembargadora Copetti, pedindo que ela liberasse as mídias digitais para a CPI. Ela despachou no processo, embora o pedido fosse informal, ela achou melhor despachar no processo, dizendo que esse processo não está mais com ela e que ele foi remetido ao 1º Grau. Porque o que trouxe o processo ao 2º Grau foi o foro privilegiado dos dois Secretários, os dois Secretários não são mais Secretários. Portanto, o foro especial não é foro privilegiado, acabou, e o processo foi remetido para o 1º Grau. Então, o processo encontra-se hoje no 1º Grau, mas as mídias digitais encontram-se no gabinete da Desembargadora Copetti. Então a gente tem acesso aos autos, mas não temos acesso aos documentos, isso nos impede de ter o audiovisual dos depoimentos, razão pela qual a gente tem que fazer esse requerimento para o Tribunal de Justiça. E nós não temos os depoimentos formais dessas pessoas ainda para apresentar para a CPI.

É isso, senhor Presidente.

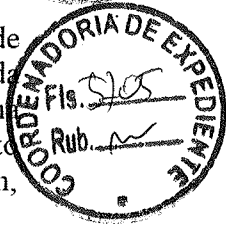
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda quero constar o requerimento, de autoria do senhor Deputado Ivan Naatz, de convocação das seguintes testemunhas: senhor André Motta Ribeiro, Secretário de Estado da Saúde; senhora Leila Oliveira Danielevicz, do Núcleo de Contratos da Secretaria de Saúde; senhor Paulo Eli, Secretário da Fazenda; e senhor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista, servidor do Hospital Nereu Ramos.

E também o requerimento do eminente Deputado Valdir Cobalchini e demais Deputados, o qual tem a convocação do senhor Carlos Moisés, Governador do Estado; Davi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Perini Vermelho, Presidente da Câmara de Vereadores de São João de Meriti, no Rio de Janeiro; Pedro Nascimento de Araújo, CEO da Veigamed; Rafael Wekerlin, proprietário da Brazilian International Business; Fábio Deambrósio Guasti, representante da Veigamed na operação; Gilliard Gerent, representante da Veigamed na operação; Samuel de Brito Rodovalho, acusado de negociar propina com Rafael Wekerlin e Gustavo Bissacotti Steglich, sócio-administrador da Oltramed Comércio de Produtos Médicos Ltda.

Pergunto ao Deputado Cobalchini se gostaria de manter todos esses nomes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente, ontem eu falei com o Deputado Ivan e eu abduco do nome do Gilliard. E fica a critério da Comissão o chamamento do Governador, caso tenha a necessidade mais ao final.

Então eu listei cinco nomes ao Relator ontem. Esses entendo que são importantíssimos, porque todos têm relação direta e o depoimento de cada um me parece ser fundamental para o desfecho que todos nós pretendemos nesta CPI.

Indago também o Relator, se nós não temos já o inteiro teor do processo. Nesse processo, certamente, estão todos os depoimentos da operação. Isso facilitaria e muito o nosso trabalho à medida que, a partir de agora, os depoimentos têm relação direta com tudo que aconteceu... e os mesmos depoimentos que foram colhidos na operação, também serão colhidos por nós. Então, o inteiro teor do processo é fundamental que tenhamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em resposta, quem o senhor gostaria de deixar de manter seria somente o Gilliard.

Passo a palavra ao Relator, Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Deputado Cobalchini, senhores Deputados... Bom dia, Deputado Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu conversei com o Deputado Cobalchini ontem, porque o nosso objetivo é de que a gente construa a CPI a várias mãos. Nós conversamos, o Deputado Cobalchini apresentou a pré-lista, e eu mandei para o Deputado Cobalchini uma reserva de vaga, de ouvida das testemunhas que ele pretende... se eu não me engano, acho que a doutora Silvia já foi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dia 4.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 4 de junho há a uma reserva de vaga para a ouvida das testemunhas indicadas pelo Deputado Cobalchini, dia 4 de junho, exceto a de sua excelência o Governador do Estado, que essa vai ficar sobreposta até que a gente decida, especificamente, por esse depoimento numa reunião especial para esse sentido. Então, eu acolho e já reservo essa data.

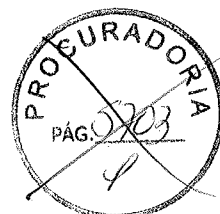
Com relação ao compartilhamento de informações, Deputado Cobalchini, no roteiro de trabalho, nós já afirmamos o compartilhamento de informações, inclusive já foi requisitado o compartilhamento de informações, os autos já foram solicitados, estão sendo certificadas as folhas, e só nos falta mesmo a mídia digital, os demais já estão disponíveis para os Deputados. O compartilhamento foi deferido por esta Casa, está sendo realizado, Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Continuando ainda, os próximos nomes foram informados pelo Relator, existe a possibilidade de oitiva dos servidores a seguir envolvidos no processo licitatório da compra dos respiradores, sem prejuízo da desistência de qualquer um deles. Sendo eles da Secretaria da Saúde - por isso, que eu peço atenção do Relator -: Nativa Pinto Faccin, Coordenação do Fundo Estadual; Jorge Luiz da Rosa Freitas, do Núcleo de Classificação; Fernanda Gabriela dos Santos, do Fundo Estadual de Saúde; Ângela Eremita Seberino da Silva, do Núcleo de Conferência; Gustavo Schmitz Canto,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Procurador do Estado e Consultor Jurídico; Chaiani Rita Cordeiro, do Núcleo de Penalidades; Felipe Barreto de Melo, Consultor Jurídico; Frederico Tadeu da Silva, controlador de controle interno e ouvidoria; Lourdes de Costa Remor, Secretária de Comissão Intergestores Bipartite; Irã Jamur Pedro Zanin, gerente de contabilidade; Marcus de Aguiar Imbrósio, gerente de administração financeira. E ainda do Tribunal de Contas: Márcia Roberta Graciosa, Coordenadoria de Pesquisa e Inteligência do TCE; Nilson Zanatto, Diretor de Informações do TCE.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, informo que simplesmente coloquei, simplesmente não, mas coloquei esse ofício, esse requerimento no processo para que vossas excelências tenham conhecimento daqueles que pretendo ouvir. São todos os servidores que participaram do processo licitatório. A Márcia Pauli, quando deu uma entrevista para a TV, disse que dezesseis pessoas participaram desse processo do começo ao fim, dezesseis pessoas. Essa lista completa o número de dezesseis pessoas, exceto aquelas que nós já ouvimos, razão pela qual eu faço esse comunicado, dando-me o direito de ouvi-las ou não, caso necessário, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero comunicar ainda que nessa mesma lista consta o Carlos Roberto da Costa Júnior, Wagner Tadeu Martins Queiroz e José Florêncio da Rocha. Por que estou citando-os em separado? Porque os nomes já foram aprovados em requerimento anterior.

Eu gostaria de propor a aprovação dos nomes e a definição das datas posteriormente, tendo em vista essa extensa lista de nomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coloco em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos abrir depois uma discussão a respeito dessas datas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em votação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gostaria de deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A discussão?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para a gente firmar a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, a proposta é de colocar em discussão é posteriormente de a gente definir as datas, tendo em vista a extensão da lista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então de acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coloco em discussão, novamente.

(Pausa.)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

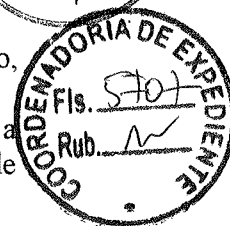
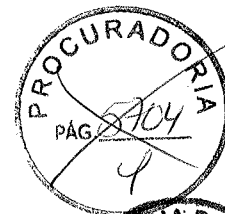
Requerimento de autoria do Deputado Milton Hobus para a convocação das seguintes testemunhas: senhor André Motta Ribeiro, Secretário Adjunto, que responde de forma cumulativa pelo cargo de Secretário de Estado da Saúde, e o senhor Onofre Joaquim Rodrigues Neto, CEO fundador da empresa Exxomed.

Quero colocar em discussão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Permite-me uma observação, com relação ao requerimento do Deputado Milton Hobus, pelo fato novo que aconteceu.

Senhores Deputados, quem está nos acompanhando em casa, na data de ontem a assessoria me informou a localização do Processo nº 36.251/20, no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos do governo do Estado de Santa Catarina.

Vou entregar uma cópia desse documento para que vossas excelências possam acompanhar.

(O documento foi entregue aos senhores Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nesse íterim, ainda quero comunicar a presença do Deputado João Amin e a presença do Deputado Felipe Estevão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para que vocês possam acompanhar o teor desse documento, porque eu entendo que, a partir deste documento, a CPI ganha um contorno de um fato não novo, porém um fato extraordinário que precisa da atenção especial da Comissão.

Esse documento, é um documento... o termo de intenções que firmam entre si o Estado de Santa Catarina e a Intelbras S/A, Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, para a importação emergencial de respiradores.

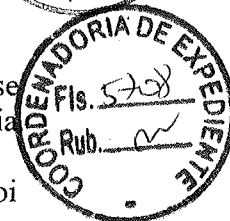
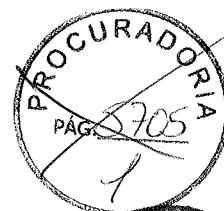
Esse documento foi solicitado pelo Deputado Milton Hobus para ofício ao governo do Estado. O ofício foi expedido, mas como o documento é público a assessoria teve acesso. Fomos procurar e acabamos encontrando o documento dentro da página do governo do Estado, tanto que ele é totalmente certificado, vocês podem ver ao lado ali as certificações.

O que chama atenção nesse documento? Esse documento foi firmado no dia 24 de março, portanto, dois dias antes da abertura do processo de licitação que é objeto dessa investigação, o contrato firmado com Veigamed. Então, no dia 24 de março o governo do Estado, com a assinatura do Governador, Carlos Moisés, do Secretário, Helton Zeferino, firmou um protocolo de intenções com a Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, Intelbras, para o fornecimento de cem respiradores. Vou repetir, no dia 24 de março, com a assinatura do Governador do Estado, com a assinatura do Secretário, Helton, firmou-se esse protocolo de intenções para a compra dos respiradores.

Eu queria chamar atenção de vocês na página 14 do documento. Na página 14 do documento, no verso, vocês vão encontrar a Comunicação Interna nº 1.001/2020, na data de 28/03/2020, ou seja, dois dias depois da abertura da licitação, objeto desse processo, e dois dias antes do pagamento antecipado que o governo do Estado fez para a Veigamed - o governo do Estado fez o pagamento para a Veigamed dia 2 de abril. Então, no dia 28, a comunicação 1.001/2020 está assinada pela Márcia Regina Pauli e pelo André Motta Ribeiro - o André Mota Ribeiro, que é o Secretário Adjunto do Estado. Então, por esse documento a gente tem noção de que o Governador, no dia 24, sabia do protocolo de intenções, ele e o Secretário sabiam do protocolo de intenções. E, no dia 28, quando dentro da Secretaria já se falava em compras de EPIs pela Veigamed, a Márcia Regina Pauli já tinha conhecimento desse protocolo de intenções.

Eu convido os senhores para a gente ir para a página 19. Na página 19 do processo, verifica-se que esses cem respiradores custariam R\$ 7 milhões e 26 mil, vou repetir, senhores Deputados, R\$ 7 milhões e 26 mil. Sim, dobrado daria R\$ 14 milhões e alguma coisa, e o governo pagou R\$ 33 milhões, pagou o dobro.

Então o governo, no dia 28, já tinha conhecimento que ele podia comprar cem [respiradores] por R\$ 7 milhões e ele insistiu na compra com a Veigamed. Tudo isso teve a participação direta do Governador do Estado, porque o Governador do Estado, repito, tinha

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINACOORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

conhecimento do protocolo de intenções, ele assinou dia 24 de março. Senhores, esse documento é um documento público, recebeu parecer da Procuradoria, opina a Procuradoria pela regular licitação, etc., etc., etc.

O que aconteceu depois? Os senhores vão poder acompanhar por esse documento. Foi autorizado o empenho, foi autorizada a ordem de compra, foi autorizado todo o procedimento, e a compra não foi realizada, eles optaram por comprar da Veigamed pelo dobro do preço. Aqui, nesse processo, encontra-se a participação do José Florêncio da Rocha, na página 45, que é do Fundo Estadual de Saúde, que é o sujeito que autorizou o pagamento dos R\$ 33 milhões, página 45 do documento. O senhor José Florêncio da Rocha, ordenador, autorizou a compra dos cem equipamentos por R\$ 6 milhões e alguma coisa mais os impostos. Então, ao mesmo tempo que o senhor José Florêncio, que é um dos coordenadores primário, estava dando ordem para comprar, no dia 2 de abril, cem [respiradores] por R\$ 7 milhões, o governo estava fazendo o depósito de R\$ 33 milhões por duzentos [respiradores] para a Veigamed.

O que acontece, senhores Deputados? Essa compra não aconteceu, ela não se concluiu. Mas eu queria que vocês vissem um documento na página 52 e na página 50. Na página 50, a gente tem um comunicado da Leila Danielevicz no dia 2 de abril, no mesmo dia que fizeram o depósito de R\$ 33 milhões ela estava comunicando a Intelbras que ela estava fazendo a liquidação dessa compra. Na página 52, no dia 1º de abril, novamente, a gente tem a participação do Governador, Carlos Moisés, e do Helton Zeferino de Souza na compra desses equipamentos, 1º de abril, Dia da Mentira, né? Dali, não aconteceu mais nada, ou seja, Deputado Milton Hobus, Deputado João Amin... só quero concluir, Deputado. O que acontece? Dali a compra não se concretizou. Esse documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas eu acho extremamente importante, Deputado.

Este documento coloca a CPI num outro caminho, porque este documento não consta, pelo que sei, nem na investigação da Gaeco, pelo que sei, nem do Tribunal de Contas, e julgo ele extremamente grave.

Para concluir, como o Secretário Adjunto está participando... hoje o Secretário atual, Motta, participou desse procedimento, eu reputo, extremamente, urgente a ouvida dessa pessoa, por isso eu faço essas explicações.

Muito obrigado, senhores Deputados.

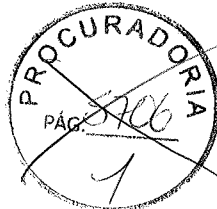
O documento está à disposição de vossas excelências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda para discutir o requerimento, o autor do requerimento, Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhores Deputados, os que estão remotamente conosco também e todos os presentes.

Gostaria de dar as boas-vindas ao Deputado Kennedy Nunes. Seja bem-vindo, Deputado Kennedy, que está aqui na missão de substituir o Deputado Marcos Vieira que hoje preside a Comissão Especial, o volume de trabalhos lá é muito grande, e pediu para ser substituído aqui na CPI, embora continue colaborando com a CPI.

Inclusive, esses documentos que nós tivemos acesso no dia de ontem e que originou esse requerimento, que eu passei a vossa excelência, da oitiva do Secretário André Motta Ribeiro e também do representante da empresa chinesa que fabrica os equipamentos... e que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINACOORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ontem culminou por votação unânime, quase que unânime da Assembleia, apenas com três abstenções, no pedido de afastamento do Secretário.

Eu fiz esse requerimento, senhor Presidente, e eu queria pedir aqui aos membros da CPI, em função da gravidade dos fatos dos documentos que nós apresentamos ontem... a necessidade de nós ouvirmos essas duas pessoas, Deputado João Amin, Deputado Felipe Estevão, o mais breve possível.

E assim, a gente tem uma investigação feita pelo Ministério Público, pela Polícia e, como o Relator nos passou, ainda não tivemos acesso a esses depoimentos. Eu não me sinto confortável de ouvir pessoas, que foram importantes nesse processo, aqui na CPI, sem nós olharmos o que eles falaram para a Polícia. Inclusive teve depoimentos, mais que um depoimento... teve depoimento espontâneo que mudou o depoimento do Secretário Helton e nós não temos conhecimento disso. Então eu acredito que seria bom para todos nós quando eles estivessem aqui - para que nós pudéssemos ouvi-los - que nós já tivéssemos visto esses documentos e, daí, sim, a nossa CPI ser mais proativa e tentar tirar mais informações do que talvez até o próprio Ministério Público e a Polícia já o fizeram.

Eu pediria, senhor Presidente - só quero fazer um relato sobre esse caso da Intelbras, porque tem algumas informações aqui que não coincidem com o que o Relator falou e eu quero esclarecer -, que a gente pudesse votar a possibilidade de inverter os depoimentos e na próxima terça-feira poder ouvir esses dois atores que, a meu ver, são muito importantes neste momento porque trazem um fato novo. Então eu pediria que vossa excelência colocasse em discussão e em votação depois.

Sobre esse episódio da Intelbras, eu trouxe também esse assunto, eu levantei esse assunto... e, aqui, Deputado Ivan Naatz, estes documentos comprovam o que eu falei lá no início, de que todos sabiam que Santa Catarina tinha empresas com *expertise* para fazer importação, que poderiam trazer os equipamentos muito mais baratos, prestando um serviço somente para o Estado, como a Intelbras se propôs a fazer, sem auferir lucros nenhum. E os documentos que foram apresentados aqui, Deputado Ivan Naatz, só comprovam isso, mas tem um fato, que não foi dito aqui por vossa excelência. Essa compra não se encerrou, não, os respiradores vão chegar. O que a servidora falou aqui no documento, que só poderia pagar a Intelbras quando os equipamentos fossem entregues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Página 58.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É.

Isso ela disse. Correto, é o que a lei determina. Então, isso foi no mesmo período da compra da Veigamed. Então para a Intelbras, que é uma empresa idônea, que estava trazendo por menos da metade do preço os equipamentos, e o equipamento correto que é o CV70, que a empresa diz que esses são os ventiladores corretos para a UTI, não aquele outro, o 510S, o Shangrila, que são equipamentos para transporte, não são para UTI. Então, aqui no processo da Intelbras - como a empresa chinesa estava pedindo 30% de adiantamento - o governo disse que não poderia dar o adiantamento, mas fez o contrato com a Intelbras. E o Governador assina um documento no dia 1º de abril, esse documento foi pedido pela Intelbras, Deputado Kennedy, dizendo que ele assume, assim que chegar os equipamentos aqui, de comprar da Intelbras pelo custo com dispensa de licitação e que pagaria, então, totalmente.

Então para a Intelbras, o protocolo foi correto - segundo a Lei nº 4.320, a lei federal, que diz que não se pode pagar nada antecipado -, mas para a empresa *fake*, a Veigamed, que não tem *expertise*, que usou, né, talvez foi usada como laranja, porque foram outros que importaram e tudo mais, pagou-se antecipadamente os R\$ 33 milhões. Quer dizer, dois pesos e duas medidas para um negócio que a Intelbras... isso dito pelo seu Presidente, porque eu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



conversei, ele disse: Não, nós poderíamos trazer os duzentos, só que eu não tinha condição de pagar tudo antecipado, né? Se o Estado tivesse feito, eu traria os duzentos, custaria a metade.

Então, os ventiladores da Intelbras vão chegar para o Estado e o governo vai pagar menos da metade do preço. Então só essa informação que vossa excelência não tinha passado não foi cancelado o processo. O processo da Intelbras está vigente e os ventiladores vão chegar. Era esse adendo que eu queria passar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Deputado Milton Hobus, foi perfeito, é exatamente isso que aconteceu. Eu só trouxe até vossas excelências este documento, porque ele para aqui, né? Ele para aqui, mas a informação de que tenho é que o governo vai comprar ou a empresa vai trazer. Eu só relato até o ponto que a gente tem aqui no processo, ele parou dia 18 de – aqui, o trâmite inteiro – de abril.

Obrigado, Deputado Milton Hobus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda para discutir o requerimento, Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor Presidente, senhores Deputados, público que nos assiste, eu vejo que todas essas informações são muito importantes para esclarecer esse caso. Agora, no meio, numa discussão do requerimento pedir para mudar um... ou no meu caso, da minha sugestão, dois... eu nunca vi isso na minha vida aqui como Deputado... cinco anos ou seis anos.

Eu fiz um requerimento, ele foi muito questionado, de acareação. O Deputado Laércio também protocolou esse requerimento, com muito custo, nós aprovamos; depois eu tive que fazer um requerimento para agendar tanto os depoimentos e a acareação, que tem que ser depois dos depoimentos; e agora o Deputado Milton Hobus traz, na discussão do nosso item c da ordem do dia, requerimentos importantes, mas que podem colocar algo que já foi discutido duas vezes, já foi aprovado duas vezes.

Eu abri mão do agendamento dessa próxima quinta-feira para fazer tudo numa semana. Então eu acredito que as nossas reuniões têm uma serventia, as informações, acordos também têm serventias. No caso de informações, de dar importância, eu acredito que é o seguinte: o trabalho dos nove Deputados e o trabalho da força-tarefa, que compreende Ministério Público, Tribunal de Contas e Polícia Civil... é o seguinte, só aqui temos nove enxadas, cada enxadada vai ser uma ou mais minhocas. As enxadas do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Polícia, eu não vou falar que são só três, porque são várias outras enxadas, também vão achar, cada enxadada uma minhoca. Então, assim, não vamos mexer no que já está combinado, o Presidente já agendou, terça-feira que vem são os três depoimentos – o Helton, o Douglas e Márcia – e na quinta-feira é a acareação, isso já é fato consumado, não se muda.

A gente pode discutir esse requerimento de hoje e outros muitos que ainda vão surgir, mas assim, nós já fizemos três reuniões para ocorrer isso que já está agendado para semana que vem. E eu não posso permitir que se jogue o nosso tempo e o tempo de quem nos acompanha fora, já é fato consumado, e eu não posso admitir... até porque o Regimento dá essa prerrogativa ao Presidente, não é só o Relator que pode propor agendamentos, propor requerimentos, são os nove Deputados. O Deputado Valdir Cobalchini e o Deputado Moacir Sopelsa foram muito felizes na última reunião. Então peço que essa organização seja conjunta e o que é combinado valha, assim como, o Regimento valha também.

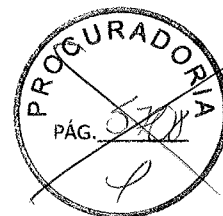
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, não por uma vez, mas duas vezes, né, foi...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “É, agora vai ser três.”)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



A terceira vez ali.

Eu entendo o pedido do eminente Deputado Milton Hobus e pergunto a vossa excelência, se existe óbice da parte do senhor de fazer uma inversão de terça para quinta, justamente para poder facilitar a vida da própria assessoria no que diz respeito a intimação dos depoentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Na nossa última discussão sobre esse assunto, que eu achei que seria a última, não é a última, mas tudo bem, eu abri mão, dando a oportunidade de quinta-feira que vem ficar à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – À disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...da CPI. A sugestão inicial era quinta-feira fazermos dois depoimentos e na terça fazermos um depoimento e a acareação. Eu abri mão de ser na quinta-feira que vem, então, está aberto quinta-feira que vem para ser preenchido, não tem que atrasar nada, não tem que mudar nenhum planejamento macro, né? E na terça-feira que vem continua a Márcia, o Helton e o Douglas e na quinta a acareação. Eu já discuti isso duas vezes, estou discutindo pela terceira vez, não tem problema, a gente está aqui para discutir quantas vezes for necessário, mas acordo e votação... se toda hora for voltado atrás, porque apareceu uma minhoca diferente na enxadada, a CPI não vai terminar, porque cada enxadada, se Deus quiser, vai aparecer uma, duas, cinco, vinte minhocas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Acredito que bem mais, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Deputado, permite-me, só auxílio. Eu recebi a informação da assessoria de que nós teremos na segunda-feira os áudios dos depoimentos, na segunda. A assessoria me informou agora de que a gente pode ter já os áudios na segunda-feira. Então eu acredito que podemos manter, sim, na terça, como quer o Deputado João Amin, e ouvir os outros dois na quinta, como consensuamos na vez anterior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, só para colocar. Se nós vamos ter acesso aos autos dos depoimentos na segunda, sem nenhum óbice.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem óbice.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não vamos atrapalhar aqui o andamento, mas talvez pedir, então, para que a gente possa agendar para quinta esses dois depoimentos, pela importância e pelos fatos novos, que eu acho que nós temos que... não deixar eles... a CPI, ela é dinâmica, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem problema, a gente só tem hora para começar, Deputado, na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – A CPI, ela é dinâmica e vão aparecer fatos que nós vamos ter que consensar entre nós, talvez mudanças de rumo no meio delas, porque o nosso objetivo é trazer todos os esclarecimentos que possam elucidar, né?

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto a assessoria se tem condições de deixar pronto para quinta-feira... a acareação.

Além dos dois nomes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque as atas têm que estar prontas de terça para quinta para a gente conseguir fazer a acareação na quinta-feira.

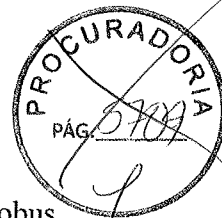
Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhores e senhoras, bom dia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Eu estou entrando agora aqui, como já disse o Presidente e o Deputado Milton Hobus, como o ofício não foi lido ainda no Plenário, a partir de terça-feira, como membro integrante... hoje só na substituição por conta dessa questão regimental do Deputado Marcos Vieira.

Eu entendo que o processo da CPI, como disse o Deputado Ivan Naatz e o Deputado Milton Hobus, ele não pode ser estático, até porque nós temos algumas coisas que surgem ao longo do tempo, esse fato aqui... Eu fico imaginando, Deputado Ivan, quem está em casa, a minha preocupação é sempre com quem está em casa acompanhando, que muitas vezes não entende os processos aqui. Quem está em casa acompanhando fica pensando o seguinte: Nossa, o Deputado Ivan e o Deputado Milton trouxeram uma informação que o Governador autorizou o pagamento da Intelbras de cem respiradores por R\$ 7 milhões, e que foi pago no dia depois os R\$ 33 milhões. Daí eu fico pensando que o cidadão que está acompanhando, pensa assim: Então prova-se que o Governador não tem nenhuma coisa na compra, porque ele aprovou e tem assinatura da Intelbras. Que, daí, o senhor disse que não foi comprado, e vem o Deputado Milton e diz: Não, está para chegar, a hora que chegar, entrega. Imagina isso na cabeça do cidadão, dentro de tantas questões. Então essas dúvidas que surgem ao longo do processo, a gente precisa estar aqui esclarecendo e essa realmente é a forma da CPI.

Como eu entrei agora e, até então, eu acompanhei só pela Internet e pelas transmissões, não na integralidade, mas alguns momentos. Eu sinceramente pensava que os membros da CPI já tinham tido acesso na íntegra do processo dos depoimentos, das versões dos depoimentos, porque uma... do Helton Zeferino, por exemplo, tem duas versões, tem uma onde ele foi chamado e outra... eu pensei que vocês... eu até hoje conversei com o coordenador, dizendo assim: Escuta, eu quero saber, porque eu preciso me inteirar. Porque chamar alguém aqui para falar algo, tem que ser no mínimo confrontante, o depoimento tem que ser confrontante. E eu para perguntar algo aqui, eu preciso ter acesso... porque o camarada pode vir aqui falar algo e só depois, quando ele não estiver mais aqui, é que eu [vou] descobrir que lá no MP ele falou diferente. A confrontação é necessária, é você ler... por quê? Porque imagina, se um Secretário da Saúde vai num dia dar um depoimento, depois ele vai e muda, tu imaginas ele chegar aqui na cadeira da CPI.

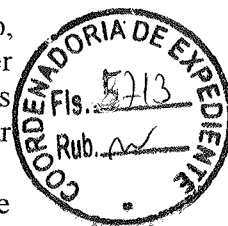
Então eu entendo que nós precisamos ter primeiramente - até, Deputado João Amin, para fazer a própria acareação - acesso a esses depoimentos, é importante saber o que um falou e o que o outro... por quê? Porque, até então, nós só temos as falas da imprensa, e eu aqui falo como jornalista também, que sou. E o que o jornalista faz? O jornalista vai atrás de uma informação e tem que pegar um depoimento de duas horas, reduzir em quatro linhas ou cinco linhas, entre aspas, e colocar a fala da pessoa. Mas nós precisamos ir... e, daí, vou lá... o meu professor de Filosofia, o Piva: Nós precisamos ir além da doxa, superar a doxa, sair da opinião pública e ver. Eu me lembro do meu professor de filosofia que pegava um ovo e dizia: Vocês têm que ver além do ovo, tem que dizer que isso aqui é um ovo que sai da galinha, formado de casca, membro, tem uma membrana depois da casca, a gema, o ovo, se for galado, tem gala, se não for galado, não dá pinto. Acho que nós temos que ir mais além disso, a gente não pode ficar em cima de matérias e de posições da imprensa, porque a imprensa também não teve condição de ter o acesso e se teve, teve que resumir em uma matéria.

Então, é necessário o acesso aos depoimentos, Presidente, para que nós possamos... eu pelo menos vou fazer isso, vou assistir, pegar pipoca, vou assistir, por quê? Porque assistindo a fala de um, a fala de outro, a gente, opa, falou aqui, falou aqui... aí, essa dúvida, Deputado Fabiano, que fica no depoimento do Ministério Público, do Gaeco, lá, a gente pode esclarecer na acareação, na vinda aqui.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Então eu estou entrando agora, né? Nós precisamos ter as ações do Ministério Público, do Gaeco, do Tribunal de Contas, da Polícia Civil, do Tribunal de Justiça. Nós precisamos ter isso como uma base de dados para a gente ir lá, mergulhar, saber o que tem lá e tirar as dúvidas aqui, porque aqui é um julgamento político também, que não é o de lá, nós temos que julgar politicamente.

Então, assim, Presidente, por mais que a gente tenha acesso, agora eu soube que houve o pedido, a negativa, como esclareceu o relator da Desembargadora, e agora chega à nossa reunião, dizendo que segunda-feira nós vamos ter acesso. Eu ainda acho muito apertado, porque primeiro a gente não está... poxa, poderia liberar hoje, que daí a gente passava o final de semana, em vez de assistir Netflix, vai assistir os depoimentos, para quê? Para terça-feira, quando chegarem aqui os... e na quinta-feira, quando for a acareação a gente já saber. Agora ficamos muito atrelados a pouco, ao pouco mergulho nessas informações quando a gente não tem acesso a tudo isso que é importantíssimo.

Então a minha preocupação, e permita-me aqui colocar, é ter tempo para ter acesso, para que as oitivas aqui não fiquem só mais uma e, sim, sejam aquelas de tiradas de dúvidas, que podem aparecer lá no processo.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, discutindo com a assessoria, hoje nós votamos a ata, não da terceira reunião, mas da segunda reunião por uma questão bem simples. Essa é a ata da segunda reunião, pois ainda não está pronta a ata da terceira reunião. Creio eu que fazer o confrontamento durante uma acareação sem o registro dos dados anteriores ali... porque nós acabaríamos fazendo a acareação de quinta-feira sem o registro da reunião de terça.

É uma questão de tecnicidade só, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, tecnicidade não, Deputado Lima. O Senhor me desculpe, a gente está no meio de uma discussão de um requerimento proposto pelo Deputado Milton Hobus, que nem foi aprovado ainda...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado João Amin, se vossa excelência puder falar mais próximo do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais próximo do microfone, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado, não estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nós estamos no meio de um requerimento proposto pelo Deputado Milton Hobus que nem foi aprovado ainda. Agora coloca-se uma condicionante para acareação acontecer, de uma ata... discutindo pela terceira vez, no meio de uma discussão - repito, de um requerimento que nem foi aprovado ainda -, o sobrestamento de algo que já foi discutido duas vezes, consensado por unanimidade, com algumas contrariedades, verdade, mas nas votações, unanimidade.

Daqui a pouco, além do documento da Polícia, além da ata, vai precisar saber se tinha pipoca no final de semana na casa dos Deputados ou não e, aí, também, ela vai ser uma condicionante... se a Netflix, estava funcionando o sinal ou não.

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Ah... então, ah... então... aí, fica difícil, né, gente.

Pela terceira vez está sendo discutido algo que já foi aprovado duas vezes por unanimidade.

É, sim! É, sim, Milton. É, sim, Ivan.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



(Os Deputados Milton Hobus e Ivan Naatz falam fora do microfone.)

Falem no microfone, se tiver discordância. É, sim!

Eu não sei qual é a dificuldade para toda hora que eu proponho alguma coisa aqui, que nem o documento do Coaf estavam querendo autorizar, eu consegui, tive que ir atrás de uma decisão do STF. Tudo o que eu proponho... eu estou atrapalhando? Eu estou atrapalhando a CPI? Se quiserem eu me retiro, eu coloco o Zé Milton, coloco outro Deputado do bloco que pode... Agora, tudo que eu proponho aqui se gera dificuldade.

É o que, Ivan? É o que, Milton? O que vocês falam aí, sem o microfone estar ligado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pelo amor de Deus, né? Tem gente que chegou agora aqui e está querendo... sabe?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É que a gente respeita quando um está falando, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só peço respeito, Deputado João...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É um absurdo. Eu ainda estou com a palavra, né? É um absurdo, duas vezes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...eu só respeito por vossa excelência tratar comigo que estou chegando aqui, querendo dizer alguma coisa. Então, por favor!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quando que eu faltei com o respeito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não falte o respeito!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra ainda *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Para cima de mim, não! Por favor!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy, o Deputado João Amin está indo para a conclusão. Deputado João Amin...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem está faltando com respeito é quem está interrompendo a minha fala. Eu não interrompi a de ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu não interrompi a de ninguém, Deputado Kennedy. O senhor tem que falar, mas tem duas orelhas, tem que ouvir também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vossa excelência falou que quem está entrando agora está querendo enrolar, eu não enrolei!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Você tem uma boca e dois ouvidos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy, por gentileza.

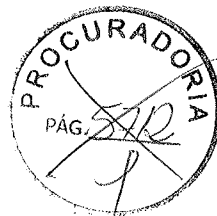
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...uma boca e dois ouvidos, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, senhor!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, com a palavra para a conclusão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra, Deputado Kennedy, quem está faltando com respeito, duas, três vezes é o senhor. Não comigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então conclua o raciocínio do senhor, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...porque eu não estou nem aí... é com a população que não tem pipoca nem Netflix para ver a CPI e que prefere ver a CPI.

Então, o seguinte, se acordo e votações, toda hora... e é uma coisa pontual, né? Eu achei que o requerimento do Deputado Cobalchini (ri) iria ser mais polêmico, que está propondo, prudentemente, no momento certo, na hora, se necessário for o chamamento da autoridade máxima do Estado.

Agora, tudo o que eu proponho aqui tem VAR, tem que chamar o VAR, porque já foi votado duas vezes, até a menina da ata... não, se eu tiver um décimo do tempo que o Ivan Naatz tem para falar as coisas, eu posso falar ainda por muito tempo, mas eu já vou concluir. Tudo o que eu proponho aqui tem questionamento, tudo o que eu proponho aqui tem que botar para depois. Uma ata agora é um impedimento? Quem é que vai olhar a ata para se basear nas perguntas que vai fazer ao Douglas, ao Helton e à Márcia? E na própria acareação? É só anotar os pontos mais importantes.

Então, assim, ó, eu não falto com respeito com ninguém, quando eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Estou sendo interrompido aqui diversas vezes, com microfone ligado e desligado. Tenho uma boca e duas orelhas, tá? Agora, se for para cada hora... eu também acredito que tenha que ser dinâmica e ágil a CPI... estavam querendo impedir requerimento verbal aqui, isso é impedir a agilidade da CPI, isso é impedir! Então, tudo o que já foi votado, acordo supera até o Regimento, mas é Regimento e acordado, tem que ser dada a continuidade, até para a gente poder passar para a população algo responsável, com dinâmica de trabalho, tá?

Eu pretendo... e até o momento eu não faltei o respeito com ninguém, até o momento eu não faltei o respeito com ninguém, não interrompi a fala de ninguém aqui nesta reunião hoje, tá? Só que eu não tenho que ficar discutindo por três vezes o mesmo assunto! Tem alguém que acha mais importante? É a opinião de alguém, nós somos nove aqui, nós somos nove, não é um nem dois, somos nove!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, compreendo e como eu disse anteriormente já sei que duas vezes foi discutido aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente, quando puder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e por isso que a gente colocou em discussão. E o que nós estamos fazendo, Deputado João Amin, é realmente isso, discutindo, arranjando uma melhor forma de dar uma mecânica de trabalho melhor ao andamento.

Deputado Moacir Sopelsa, o senhor pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Exatamente, senhor Presidente, se puder me conceder.

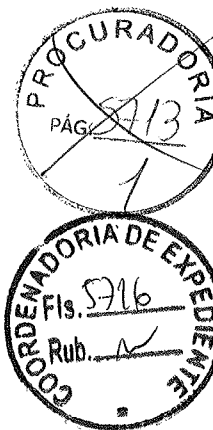
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito obrigado, senhor Presidente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Bom dia, senhor [Presidente], Relator e todos os Deputados.

Eu não sei mais qual é o requerimento mais importante, os depoimentos mais importantes de nós ouvirmos, são tantas as questões que chegam, né, as denúncias que vêm, que todas elas, na minha opinião, precisam ser esclarecidas.

Nós já transferimos a ouvida do ex-Secretário Borba, do ex-Secretário Douglas e da Márcia, e acho que nós devemos manter a ouvida deles na terça-feira como está previsto. Se nós transferirmos isso mais uma vez, nós também deixamos a imagem de que parece que não temos segurança naquilo que estamos fazendo. Claro, que estamos entendendo que um depoimento é mais importante do que o outro, mas eu repito, eu já tenho dúvidas de qual é o depoimento mais importante. Mas já está praticamente decidido, nós já transferimos uma vez, vamos fazer a ouvida como está prevista, todo mundo está esperando isso. Está amplamente divulgado que na próxima terça-feira será ouvido essas três testemunhas ou esses três envolvidos, não sei como é que vamos chamar, e, após, se faça a ouvida, sim, do Secretário atual na época, o ex-Secretário. Parece-me uma coisa justa, né, que o Deputado João Amin tem também a sua razão de fazer com que essas três pessoas possam ser ouvidas na próxima terça-feira.

Essa é a minha opinião, senhor Presidente e senhor Relator. Não tirando de forma alguma o direito de apresentar a mudança, mas me parece que nós seremos mais sensatos se continuarmos da forma que está estabelecido.

Era isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, eu apresentei o requerimento e não tinha nenhum objetivo de criar qualquer polêmica aqui ou atravessar qualquer situação acordada.

Eu disse na minha explicação... primeiro, nós temos que botar em votação esse requerimento, se vai ser aprovado ou não. Mas eu disse que eu não me sentiria confortável em interrogar aqui pessoas que estão sendo chamadas sem ter conhecimento do que eles falaram nas instâncias investigativas, até para a gente poder confrontar. Acho que isso é uma lógica. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

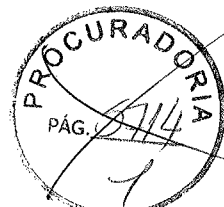
Depois, o Ivan Naatz trouxe a informação que nós vamos ter na segunda-feira o acesso às informações, o.k., vamos entrar noite adentro e vamos nos atualizar. Não tem problema ouvir os três e programar esses aqui para depois. Eu acho que o consenso aqui dos nove Deputados tem que fazer, desde que nós tenhamos as informações dos depoimentos deles, senão eu não vou nem vir à reunião de terça-feira, se eu não tiver tido os depoimentos para ouvir essas pessoas, porque elas são importantíssimas no processo. Eu não vou aceitar participar sem eu saber o que eles falaram lá no Ministério Público, porque ainda a gente não sabe, e ninguém sabe. Só isso. Se tivermos acesso, o.k., Deputado João, mantém-se para terça, não muda nada, está tudo o.k., para mim não é problema nenhum. Eu só apresentei esse requerimento porque é um fato muito importante. Eu acho que a gente não deve postergar tanto para ouvir esses dois que nós estamos colocando aqui também, se for aprovado, pelos fatos relatados de ontem, porque eles vão elucidar muita coisa, que vai facilitar o nosso trabalho [daqui] para frente. Assim eu penso.

Então, não é nenhum objetivo de atravessar acordo ou fazer... mas eu acho que nós temos direito, cada um de nós, nove membros aqui, Deputado João, de debatermos pontos de vista e consensarmos o que nós vamos fazer, afinal de contas, eu acho que isso aqui é uma Casa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



de líderes com contraditório de ideias, mas que não é um local, um ringue de briga, né? Nós temos aqui que consensar o nosso trabalho para que a gente possa dar resposta à sociedade.

Então, bem tranquilo, senhor Presidente, fica à disposição para colocar em votação o meu requerimento, e, depois, vossa excelência e o Relator propõem data de oitiva e vamos colocar em votação também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores, eu tenho uma sugestão antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um minuto, Deputado Ivan Naatz. Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

(O Deputado Fabiano da Luz declina da palavra.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho uma sugestão então: nós tínhamos pré-agendado para o dia 2 de junho de 2020, às 17h, o André Motta Ribeiro, que é o Secretário de Estado da Saúde agora, a Leila, o Paulo Eli e o doutor Fernando Barreto. A gente transfere, tira esses do dia 2, passa para uma data para frente e coloca no dia 2 os que o Deputado Milton Hobus pretende ouvir, se o senhor estiver de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Na terça?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na terça. Deputado João?

(O senhor Relator dirige-se aos Deputados João Amin e Milton Hobus que concordam com a sugestão.)

(Alguns Deputados e assessores manifestam-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele já está no dia 2.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, fica firmado dia 2 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acrescento o Onofre Joaquim Rodrigues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O.k. Está o.k. então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Senhores Deputados, primeiro quero perguntar se o Deputado Sopelsa está me ouvindo? Tudo certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Estou te ouvindo, sim. Tudo certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então, estou satisfeito.

Eu tenho aqui ouvido os debates, as discussões ali dos documentos e percebido, às vezes, um pouco de euforia, de atropelos aqui em algumas decisões.

Eu acredito que a CPI tem que ser mais ou menos como assar uma carne, né? Se você for fazer um churrasco e querer assar em vinte minutos, você vai queimar, sapecar e por dentro vai estar cru, e, se deixar duas horas no fogo, a carne vai ficar seca. Ela tem um ponto. A CPI também tem que ter um ponto, ela precisa ter um momento certo para todas as coisas. E eu acho que nós aqui, como representantes da sociedade, como os adultos que somos e responsáveis pelo que estamos fazendo, podemos resolver muita coisa no diálogo.

Nós estamos recebendo uma série de documentação, acredito que esses depoimentos, que estão colocados aí, são extremamente importantes para nós; concordo com o Deputado Kennedy que a gente precisa estar muito bem preparado para ouvir essas pessoas, porque é através do depoimento deles que, não só nós, mas a sociedade vai fazer muito julgamento do que aconteceu até agora nessas compras que foram realizadas, basicamente, na questão dos respiradores, que é o nosso foco desta CPI; concordo que a gente ter primeiro o acesso a esses



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



depoimentos... eles vão ser importantes para - baseado nos documentos que nós temos, no que a gente já leu, já conheceu e nos depoimentos que eles fizeram - nós termos embasamento para fazer certos contrapontos ou para numa acareação poder ter algumas estratégias de perguntas para fazer a essas pessoas aqui e para que a gente consiga num tempo correto, certo trazer um resultado efetivo da CPI, apontar um caminho desta CPI, para que lá fora não fique a piada prevalecendo de que no final tudo vira em pizza. Nós não queremos que isso aqui se transforme numa pizza, até porque, as evidências, as provas, tudo que até agora nós já recebemos provam que tem coisa errada, né? Mas aonde essa coisa errada vai chegar é o caminho que nós vamos apontar.

Então, que a gente tenha essa serenidade de podermos sentar, conversar, dialogar, ver qual é o melhor caminho, quem é melhor ouvir primeiro, que documentos ainda faltam para a gente montar alguma coisa que seja realmente séria.

Até agora, dos dois pedidos de CPI, que eu tenho ouvido de advogados, tem muita fragilidade, talvez porque foram feitos a toque de caixa, e não com toda fundamentação como deveriam. Então, que a CPI tenha um resultado positivo. E, para isso, senhores, vamos sentar, conversar, dialogar, buscar um caminho, um entendimento e a estratégia correta. Se é um que se ouve antes ou depois, é a nossa decisão, baseada em fatos, que vai determinar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Só tecer aqui um comentário.

Eu sempre me preocupo muito com a população. Eu acho que talvez – eu estou acompanhando as redes sociais da Alesc – a maior audiência, desde que eu entrei aqui, é a da CPI. Não vi anteriormente audiência tão grande, porque os olhos do catarinense estão voltados para esta CPI. O povo quer resposta! Eu vou à padaria e eles perguntam: e aí, a CPI? Eu estou acompanhando. Eu tô vendo.

Então, claro, eu sempre, desde o início, pedi que não fosse um palanque de *like*, deixei esse singelo conselho e eu vejo todos se comprometendo, trabalhando os requerimentos. E nós... o menos é mais, senhor Presidente, o menos é mais. É uma sistemática simples. O povo quer entender, né? Como diz o Deputado Kennedy, o governo é malandro, foi incompetência, foi corrupção? É uma sistemática simples, tem três personagens centrais: o Governador; o senhor Secretário da Casa Civil, que era praticamente o governador, enquanto o senhor Moisés fazia cerveja artesanal; e o Secretário Helton. O que o povo quer entender de forma simples, andando dos pescadores aos empresários: Quem foi o autor? Qual foi a sistemática? É corrupção ou eles são tremendamente incompetentes?

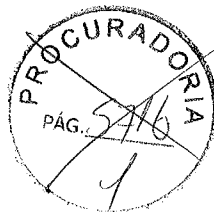
Então, se a CPI termina semana que vem na acareação ou ela vai terminar daqui sessenta dias que é o prazo, que a gente tenha resultados efetivos. Olha, a CPI - como bem disse o Deputado Fabiano - não terminou em pizza. Ela apurou, foi o fulano, o sicrano, o objetivo era esse. Então, eu acredito que nós... são R\$ 33 milhões pagos adiantados, a gente teve acesso à boa parte do material, eles se contradizem, um joga, desculpe a expressão, mas merda na cara do outro. O Helton está dizendo que foi a Casa Civil, o Douglas já está dizendo que é o Helton. Quem é culpado? O Moisés está escondidinho na moita achando que a demissão do Douglas de repente... Então, assim, é uma sistemática simples!

Eu acredito que, claro, o conselho do Deputado Milton é muito sábio, se a gente tiver essas informações e nos sentirmos seguro... Agora, também delibere, Presidente. Claro que nós vamos divergir, é normal, o João Amin tem o gênio dele, a forma de se expressar, outro...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



vamos divergir talvez em algum ponto, mas nós convergimos que queremos um resultado efetivo. Então, delibere, Presidente, com autoridade também, não deixa pipocar muito porque fica bagunçado e o povo vai ver fragilidade em nós.

Eu acho que todos nós temos competência para fazer um trabalho sério nesta CPI e chegar a um resultado efetivo e eu vou ter orgulho, tenho certeza. Você é um amigo particular, conheço a seriedade do seu caráter e conheço o grupo de Parlamentares que aqui que estão dedicados e que vão a fundo nessa história. Que eu vou ter o orgulho de dizer: olha, a CPI não terminou em pizza, apuramos os seguintes fatos...

Então, o menos é mais. Prossiga com firmeza, né, não deixe esses assuntos pipocarem muito, porque mostram a fragilidade do nosso grupo. Nós estamos focados. Vamos divergir, é normal, mas temos um objetivo central, que é chegar a uma resposta para a população. Se o senhor julgar que é importante fazer quinta, faça, que assim seja; se achar que é pertinente fazermos semana que vem, também faça, não se intimide.

Então, deixo essa palavra de encorajamento e também um alerta, que o nosso principal objetivo é dar uma resposta à população catarinense, é chegarmos aos culpados, se foi corrupção, se foi incompetência. Nós precisamos apurar esses fatos, levar essa resposta à população. Eu tenho certeza que no final, eu sou um grande otimista, vai dar tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu não estou entendendo essa de pedir calma e alguma coisa. A gente está fazendo aquilo que é regimental, cada Deputado tem o seu direito de usar da palavra. O João usou, o Deputado Fabiano usou, o Deputado Kennedy usou. O que a gente está fazendo aqui é aquilo que está no Regimento, a gente está discutindo um requerimento. Óbvio, o Deputado Milton Hobus apresentou o parecer dele, o ponto de vista dele, o Deputado João Amin apresentou o dele. Não tem nada de calma ou de outra coisa. O que eu estou tentando fazer é ser o mais democrático possível e estender a palavra com o uso não limitado de tempo para todos os Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, senhor Presidente, diz um texto bíblico...

(O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... texto bíblico diz: Casa dividida, não subsiste.

Como, às vezes, as divergências extrapolam certo ponto, eu tenho medo que isso fique um pouco, desculpem a expressão, bagunça e, aí, mostra fragilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que cuidar o que falamos para fora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... para nossa população. Justamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós, da CPI, temos que cuidar o que falamos para fora.

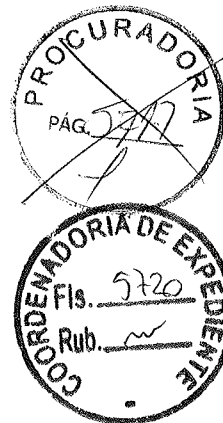
O Relator tem os limites do processo, do processo. Eu sou responsável por fazer o relatório. Quero construir o relatório a várias mãos, por isso, tudo o que a gente fizer aqui vai ser consensuado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só pediria ao Presidente que a gente pudesse iniciar o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, é justamente isso que eu estou tentando fazer, só que como eu dei oportunidade para todos falarem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos cuidando do processo, está tudo certinho, não tem problema nenhum, está tudo certinho. O que a gente tem que cuidar é o que falamos para fora, porque, às vezes, não precisa falar para fora. Nós falamos aqui entre a gente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o requerimento do Deputado Milton Hobus.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Peço à assessoria que encaminhe a primeira testemunha convocada para a oitiva, doutor Carlos Roberto, assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

(Pausa.)

(O senhor Carlos Roberto Costa Júnior adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Senhor Carlos Eduardo, muito bom-dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Carlos Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Carlos Alberto *(sic)*.
(Ri.)

O senhor consegue falar um pouquinho, já pelo uso da máscara, falar um pouquinho mais próximo do microfone, senão vai se sufocar com ela. *(Risos.)*

Pode tirar a máscara.

(O senhor Carlos Roberto Costa Júnior retira a máscara.)

Senhor Carlos Alberto *(sic)*, o senhor sabe por que foi convidado para participar desta nossa reunião, desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos Alberto *(sic)*, o senhor sabe que o senhor está compromissado a usar da verdade aqui, somente a verdade, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tenho ciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tem ciência disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Carlos Alberto *(sic)*. O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos Alberto *(sic)*, o senhor também tem o direito de permanecer calado, se assim for a vontade do senhor, diante de qualquer pergunta que lhe seja feita, porém o senhor tem que expressar a sua vontade de ficar calado [dizendo]: prefiro permanecer calado. Porque o silêncio não é indicativo de resposta alguma.

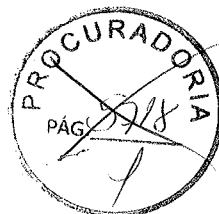
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, entendido.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Para o registro das nossas taquígrafas é necessário que o senhor fale o seu nome completo, a sua profissão, o seu endereço completo - onde o senhor mora - e a data de nascimento do senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, é Carlos Roberto Costa Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... servidor público estadual, atualmente exercendo a função de assessor jurídico da área de compras da Secretaria de Estado da Saúde. Nascido em 27 de junho de 79, e residente e domiciliado à rua Souza Dutra, 826, apartamento 204, bairro Estreito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz, Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, doutor, obrigado por ter vindo à CPI.

Falo que o senhor está aqui na condição de testemunha...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...na intenção de colaborar com o processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é assessor jurídico da Secretaria da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, da Superintendência de Gestão Administrativa, que é encarregada das aquisições para a Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é comissionado ou é de carreira?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A minha função é de analista. Eu entrei ao Estado, na Secretaria em 2010, e... sempre trabalhei na área de compras da Secretaria. Em 2018, a convite do doutor Acélio Casagrande, a gente assumiu a função de assessor jurídico dessa área de compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é advogado há quanto tempo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Desde 2006.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem colocou, quem nomeou o senhor para esse posto de assessor jurídico?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Assessor jurídico foi o doutor Acélio Casagrande, Secretário em 2018.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E de lá para cá o senhor continua como assessor jurídico?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Eu vou mostrar alguns documentos para o senhor e vou indagar.

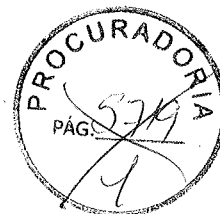
O senhor participou do processo de licitação dos respiradores?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu fiz o parecer da dispensa de licitação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor fez três pareceres no processo, foi isso? Ou dois? Quantos pareceres o senhor fez?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu fiz um aprovando a dispensa e um segundo momento foi... em razão da notificação da contratada, em razão da não entrega dos... dos equipamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, então, eu vou ajudar o senhor.

Eu queria que colocassem o primeiro *slide* que preparei.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Bom, esse é o primeiro...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso é um despacho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A primeira participação do senhor é um despacho, certo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor consegue ler o que está escrito ali?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim. *(Lê.)* “Indagamos se não há outros orçamentos a fim de justificar o preço. Segundo informações, a SGA está centralizando as solicitações do orçamento, favor verificar.”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Então, o senhor pegou a licitação e só tinha um orçamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só tinha um. Aí, o senhor pediu para fazer mais orçamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É que... pelo valor da contratação, é... e a orientação que se tem das cortes de contas é que se faça uma pesquisa de valor de mercado a fim de justificar o valor da contratação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Então, o senhor pediu outros orçamentos, certo? Vamos... o senhor disse o seguinte: “Segundo informações a SGA está centralizando as solicitações” O que significa isso? As solicitações, o que o senhor quis dizer com isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É que em razão da pandemia, é... ficou definido que a SGA centralizaria todas as aquisições da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – SGA é?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem era responsável?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É a... Márcia Geremias Pauli.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pauli. Muito bem.

Eu queria mostrar para o senhor, depois que o senhor fez esse... antes do senhor fazer esse...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Despacho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... despacho, eu queria mostrar para o senhor o orçamento que estava no processo. *(Mostra imagem.)* Este é o orçamento que estava no processo. O senhor teve acesso a esse orçamento antes de despachar.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é advogado desde 2006.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu também sou advogado. O senhor considera isso aí uma proposta?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não entendi, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor considera esse documento um orçamento, uma proposta?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A Secretaria ela recebe várias propostas nesse padrão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor podia mostrar para mim onde é que está a assinatura da empresa, o CNPJ, o endereço?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Quando é enviado por *e-mail*, o padrão da Secretaria é desconsiderar a formalidade da assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas R\$ 33 milhões em compras sem licitação, o senhor o desconsiderou assinatura, desconsiderou o CNPJ, desconsidero o endereço. O senhor considerou esse documento um documento válido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas a proposta não é analisada por mim, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu perguntei para o senhor: o senhor é o procurador jurídico, qual é seu papel no processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A minha função é considerar a situação fática, se ela se enquadra dentro da legislação para justificar a dispensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então o senhor conhece os fundamentos da legislação federal, a 13.979, o senhor conhece a Instrução Normativa 6 de 2020, o senhor conhece o Parecer da AGU 37, de 2019... esse da AGU, não tenho o número exato aqui.

(A assessoria informa que é 2011.)

...2011, o senhor conhece todas essas portarias?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que regulamentam?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor mesmo conhecendo essa portaria, conhecendo a lei, entendeu que esse documento era um orçamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Entendo que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se o senhor olhar bem esse documento, ele não tem CNPJ, não tem endereço, não tem data, não tem quem assina. E tem outra coisa, lá em cima tem um nome, o senhor consegue ler o primeiro nome que assina?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tem dois nomes, tem o da Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o primeiro nome em cima.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Da Veigamed, no nome de quem? Lá ó. *(Mostra imagem.)* Senhor Rafael...? Consegue ler lá?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

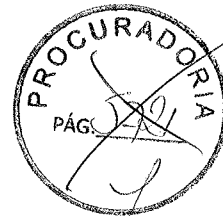
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse é o documento que está...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não estou conseguindo ler.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que está... ali está um pouco... porque é escaneado. O Rafael Wekerlin que diz que é o responsável, né?
(*A assessoria melhora a apresentação do slide.*)

Isso, olha lá. Ótimo!

Ele diz que ele é o responsável. Rafael, ele diz que é o responsável por essa empresa Brazilian International Business.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois, mais abaixo outra pessoa assina. Vamos colocar para baixo. (*Mostra imagem.*) Olha lá: Pedro Nascimento.

O senhor não achou estranho que uma pessoa estava fazendo um documento e outra estava assinando, tinha dois nomes no mesmo documento, não tinha CPF?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a minha atribuição não é analisar proposta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é revisar os documentos, né, doutor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim, com certeza são documentos, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque o senhor tem obrigação de dizer: Ó, isso não está certo. Como o senhor disse, faltam orçamentos. O senhor disse isso, né?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim, faltam orçamentos. Eu senti a necessidade de que se fosse juntado uma pesquisa de preços ou até uma declaração do setor que estava concentrando o recebimento desses orçamentos, no sentido: Olha, tentamos, mas não foi possível obter mais orçamentos. Eu sentia ausência dessa fundamentação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, eu entendi que o senhor entendeu que isso aí é um orçamento, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Vamos mostrar então para o senhor os outros orçamentos que chegaram depois do senhor pedir novos orçamentos. (*Mostra na imagem.*) Esse aí é a continuidade daquele. Essa aí é a proposta que veio.

Vamos perguntar para o senhor, volta um pouquinho, antes ainda daquele lá. Olha só, não tem aceite, não tem data. A data de entrega e a data do contrato não combinam porque ali eles... deixa eu ver aqui certinho... (*O senhor Relator manuseia algumas anotações.*)

Os slides aqui. (*Mostra imagem.*)

Ali, naquele documento, se o senhor ver, o prazo de entrega era de 35 dias corridos, certo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está vendo ali?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 35 dias corridos e aqui diz que a compra era para remunerar antecipada, o senhor viu?

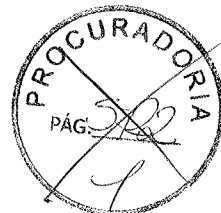
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Vi que estava sendo solicitado pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Viu que era pagamento antecipado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O senhor viu também que no contrato... havia... nesse também havia uma previsão de entrega dos equipamentos, o prazo de entrega dos equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Vi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual era o prazo de entrega?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ele fracionou em duas... em, em dois cronogramas, né? Com duas datas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe a data da primeira entrega?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que entre o contrato e a entrega tinham cinco dias só. O produto estava na China. O senhor não achou isso estranho?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu não sabia que o produto era da China ou importado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não olhou isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Então, o senhor não viu que tinham 35 dias, o senhor não viu que era da China, o senhor viu que era remunerado antecipado.

O senhor mandou juntar um novo orçamento. Vou mostrar para o senhor qual é o senhor o orçamento que chegou. (*Mostra imagem.*) Chegou este orçamento aí. Não tem assinatura, não tem CPF, não tem endereço, não tem nada da empresa, onde é que ela está, onde é que ela existe, nada! E chegou também um outro endereço, olha só. (*Mostra imagem.*) E chegou também um outro orçamento, vou botar o outro orçamento, da JE. Chegou esse também, não tem data, não tem endereço, a caixa é a mesma, não tem data de entrega, não tem assinatura, não tem CPF, não tem nada!

O senhor está vendo aquela fotografia ali embaixo. (*Mostra imagem.*)

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está vendo? Volta, o outro. O senhor está vendo essa fotografia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor confirma que são as mesmas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Aparentemente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. O senhor não... vou mostrar então as duas para o senhor. Olha lá. (*Mostra imagem.*) Esses são os orçamentos que o senhor solicitou. Tu não viste nada de estranho nisso? O senhor não notou nada?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, a Secretaria de Estado da Saúde, ela lida com 3.500 editais/ano; gera 6.554 instrumentos contratuais/ano. Se nós não confiarmos na área que... nos tá remetendo os processos para análise, é... fica inviável trabalhar com apenas dois assessores jurídicos ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, um confia no outro?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um confia no outro?

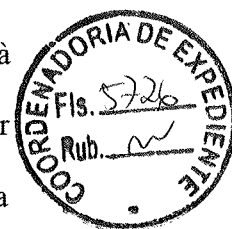
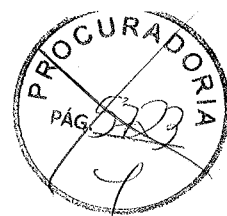
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, se eu quiser ficar rico posso trabalhar com a Secretaria da Saúde, né? Um vai confiar no outro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, o senhor não pertence à Secretaria de Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, mas se eu quiser vender produtos, né, porque todo mundo confia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... isso passou pelo crivo da área que estava centralizando as aquisições...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem que é?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – ... ela tava avaliando o orçamento, tava avaliando a... a fidelidade do documento e, bem como, é... fazendo análise do crivo de orçamento e de... e de valores praticados no mercado à época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor notou que tinha sido extraído documentos do processo, que o processo começava... tinham dezoito folhas faltando no processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Percebi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que o senhor fez quando faltaram essas folhas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, isso, passa a ser um... um procedimento que eu já recomendei que não acontecesse, mas que não é incomum acontecer nos processos da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sumiram?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – E... aí... é... a responsabilidade é de quem fez o desentranhamento das peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Eu queria mostrar para o senhor a primeira folha do processo, a primeira. (*Mostra imagem.*) Essa, aí, é a primeira folha do processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já tem o valor ali. Preço unitário R\$ 165 mil, total R\$ 33 milhões, ventilador pulmonar. Dia 26/03. O preço já estava pré-estabelecido, R\$ 33 milhões, o preço por unidade, R\$ 165 mil, também estava pré-estabelecido por esse documento, é o que abre.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que abre uma licitação com menor preço, com preço já pré-estabelecido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... não foi uma licitação, foi uma dispensa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas a modalidade...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... mas a requisição social que acompanha ela não é feito pela assessoria jurídica nem pela... foi pela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é responsável de fiscalizar. Eu sou advogado, eu trabalho para as empresas. Quando vem documento para mim, analiso para ver se não tem alguma ilegalidade. Vem um contrato: Isso aqui não dá para fazer, isso aqui está errado, isso aqui a lei diz que não é para fazer, isso aqui tem que mudar. O senhor sabe que tinha que fazer isso aí, não sabe?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, essa parte de requisição não compete à assessoria jurídica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que a primeira folha já tem o valor, já tinha documento, já tinha tudo?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas é obrigado a mencionar valor. Agora, se o valor é exato com a aquisição que foi originada... é responsabilidade de quem confeccionou a requisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Vamos voltar lá. O senhor deu parecer... para os colegas Deputados aqui acompanhar e quem está em casa também, por favor, mais uma lauda. (*Mostra imagem.*) Este é o parecer do senhor. E vamos voltar ali.

O senhor disse que aceitou o orçamento porque o senhor se baseou numa notícia de jornal, do Correio do Estado.

Qual foi o procedimento que o senhor adotou para saber se esse preço estava dentro do mercado? Porque a lei o senhor disse que conhece, a lei manda procurar, o senhor sabe, que a lei manda procurar sítio especializado, que a lei manda fazer cotação de preços...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ou pesquisa com fornecedores, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... pesquisa de fornecedor ou site especializado.

O que o senhor fez para dizer que aquele preço estava de acordo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Essa parte do parecer... quando chegou nesse momento, eu já tava inclinado a deferir a... o prosseguimento da dispensa. Eu considerei que a situação de urgência/emergência e a aquisição do equipamento vital para o combate à pandemia estavam justificados.

Essa menção a essa notícia que está, é... escrita no parecer foi no momento de tentar contextualizar o que que tava sendo... o que tava passando pela... pelos setores de aquisição da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu sempre depois da pessoa falar, eu procuro... para deixar bem certo isso, bem claro...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... porque o senhor sabe que está sob testemunho.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a única forma que o senhor fez para checar o preço, foi a notícia do Correio do Estado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a única forma que eu encontrei de justificar o valor foi fazendo aquela diligência do despacho que o senhor já mencionou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se eu disser para o senhor que nessa reportagem o preço de R\$ 680 mil é dividido em vários equipamentos o que deixa o preço mais barato que o Estado estava comprando?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não leu então a matéria na íntegra? Só pegou a...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu li a matéria, mas não tenho esse conhecimento que... ela era fracionada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que esse preço era mais equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso. Exato.

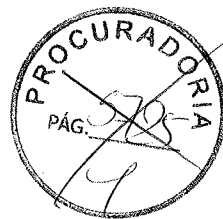
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não viu?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu vou mostrar para o senhor o cronograma. Lá no orçamento tem o cronograma.

Cronograma: cem unidades no dia 5/4 e 7/4; e cem unidades no dia 30/4. O senhor viu o cronograma?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que em três dias eles iam entregar, iam trazer da China?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não compete a mim analisar o cronograma, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É? Compete a quem?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – À área que elaborou a requisição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – ... que fez a especificação técnica e tava centralizando a obtenção de orçamentos com ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Superintendência?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A ela que competia saber se o equipamento podia chegar?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ela que estava centralizando essas... essas demandas rela... relacionadas à Covid, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação ao pagamento antecipado, tem instrução normativa, tem a 06, tem a lei, tem a instrução... O senhor não tomou nenhuma... não fez nenhuma referência com relação ao pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O pagamento antecipado que foi mencionado na proposta, diante do cenário de crise que a Secretaria passou nos últimos anos, infelizmente, caindo em descrédito com o próprio fornecedor, é... o pagamento antecipado ele se tornou uma rotina, é... no envio de orçamentos pra Secretaria. E isso a gente desconsidera. O prazo de pagamento nosso é trinta dias a partir da entrega.

É... se o senhor me permite, em 16 de março, a assessoria jurídica, ela elaborou um parecer sugerindo uma instrução normativa que fosse adotada pela Secretaria para disciplinar as aquisições relacionadas à Covid. O que a SEA, é... adotou muito bem sob o nome de chamamento público. E... tanto é que foi tão aprimorada pela Secretaria de Estado da Administração que... preferiu-se que... que ela conduzisse os... os procedimentos. Mas nesse... nesse parecer, ao final, ele menciona que era necessário, que diante da situação que já se desenhava, que fosse consultado o Tribunal de Contas e o Ministério Público sob a possibilidade de adotar o pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse é o parecer que o senhor apresentou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É o Parecer 398/20. Foi encaminhado para a SGA no dia 16 de março. Então... a decretação de emergência foi no dia 12, no dia 16 a gente já previa que isso seria solicitado, né?

E... em vários outros momentos, no grupo de WhatsApp... teve outro parecer que referendou é... só que foi feito pela minha colega, é... consta no PSES 31.378/20, do dia 1º de abril, também vedando o pagamento antecipado.

É... então de forma antecipada a gente se antecipou sugerindo que não fosse adotado o pagamento antecipado enquanto não houvesse pronunciamento desses órgãos de fiscalização e controle.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso externo, não na licitação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não entendi?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em outros procedimentos, não no externo... não na licitação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, nós fize... é... o 31.378 foi para um caso específico nesse... nesse processo. Agora, o parecer do dia 16 ele foi a título de genérico mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Genérico. Então, neste processo não tinha nenhuma observação? Mas o senhor sabia que tinha que ter um procedimento para pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim. No parecer ele menciona que tem que constar em edital e a exigência de garantia para fazer o... o pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor conhece este documento aqui? (*Mostra documento.*)

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Controladoria-Geral do Estado criou um *checklist* para compra de produtos da Covid.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ela não criou, ela pegou da Controladoria-Geral da União.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... ela pegou aquela lei esmiuçou e tal...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou mostrar uns quadradinhos para depois eu passar para os meus colegas. Para a gente conversar com senhor sobre seu relacionamento com o Secretário, sobre seu relacionamento com a Casa Civil.

Eu espero que meus colegas...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas eu só peço que o senhor mencione a data desse documento também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, esse documento estava datado de abril de 2020.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – E quando que foi a compra do respirador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi dia 1º de abril.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu fiz o parecer dia 29 de março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Este aqui?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Num domingo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, 29 de março.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos lá. Então, ele foi feito depois, dois dias depois.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

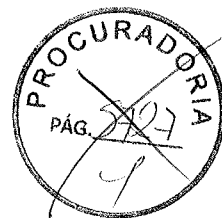
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Eu queria mostrar para o senhor os quadradinhos ali. (*Mostra imagem.*) O doze. (*Lê.*): “Excepcionalmente, o pagamento foi realizado de forma antecipada, devidamente fundamentada no processo, constando informações detalhadas dos benefícios e riscos antecipado.”

Tinha conhecimento?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tinha conhecimento também do treze? Na hipótese de ter ocorrido antecipação de pagamento, conforme excepcionalidade criada no passo dois, constata no processo de garantia a cláusula de ressarcimento e outros órgãos.

No pagamento antecipado...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Orientação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O outro, o 22. (Lê.): “A contratação possui prévia autorização da GGG.” A GGG é o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Grupo Gestor do Governo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para comprar acima de R\$ 650 mil.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... pra esse caso não se aplica, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê? Por causa...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Da dispensa em relação à Covid também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que funcionava isso aí? Podia pegar, fazer compras sem licitação? Tinha um cre... Tinha uma regra pré-estabelecida ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, com a decretação de emergência ficou dispensada pra... o envio ao Grupo Gestor de Governo pra aprovação da despesa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, senhor, dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados. (Pausa.)

Deputado João Amin, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor presidente, peço a palavra também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Senhor Carlos Roberto, durante o processo - independentemente de data, março ou abril, já estamos em maio, isso foi em fevereiro, antes da pandemia - o senhor sofreu alguma pressão para tomar alguma atitude relacionada a alguma compra por parte da Secretaria da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, Deputado. Os dois Secretários com quem eu trabalhei tanto o senhor Acélio Casagrande como o doutor Helton, sempre deixaram... a assessoria livre pra atuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Alguma agilidade?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Agilidade, sim, principalmente em relação à Covid, é... nós estávamos sensíveis à demanda que... pra atender à população.

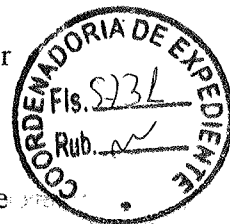
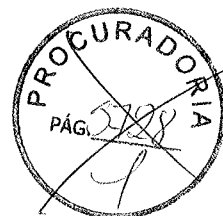
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tinham conhecimento técnico dos equipamentos que estavam sendo comprados pela Secretaria?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, é... até de forma recente, eu descobri que... os técnicos eles nomeiam como respirador e ventilador, até então, para mim, eram coisas distintas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pra uso de UTI...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Estão ouvindo?

(Os Deputados gesticulam que sim.)

Eu fico espantado, como todos nós devemos estar, pela estrutura que tem a Secretaria de Estado da Saúde, tem um orçamento bilionário, e os processos não cumprem nenhuma formalidade.

Eu acredito que nem o menor Município de Santa Catarina conseguiria fazer um processo de dispensa de licitação que o momento permite; não faria um procedimento assim tão amador como foi feito nesse caso da compra de R\$ 33 milhões. Não são R\$ 3 mil.

Quanto tempo o senhor teve para preparar o parecer para dispensa dessa licitação, doutor Carlos Roberto?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, Deputado, bom dia.

É... a diferença de R\$ 33 milhões ou pra R\$ 1,00, R\$ 0,01, a Secretaria ela lida da mesma forma, com a mesma seriedade.

O parecer, ele foi construído na minha residência nesse dia, é... estávamos sensíveis que a situação demandava urgência, que... era um... um equipamento já citado e que todos têm conhecimento de suma importância para o atendimento ao enfrentamento da Covid. É... a situação, o cenário que estava se vivendo e as poucas vezes que eu estive na Defesa Civil presenciando era um verdadeiro canibalismo comercial. É... os Estados, como anunciou o... Ministro Mandetta, estavam... é... de certa forma procurando os fornecedores desses equipamentos... é... se comprometendo a pagar multa de eventual contrato que haviam com outros Estados para garantir o seu abastecimento. Alia-se a isso ao fato da China e Estados Unidos estar numa disputa comercial e que os Estados Unidos passaram confiscar os equipamentos independente do país em que se encontravam. Então... a necessidade de urgência sensibilizou toda parte da atividade-meio da Secretaria pra adquirir tão logo possível esses insumos tão essenciais para a vida do catarinense.

É... em que pese o senhor ter mencionado que o... o procedimento ele foi amador, é... eu discordo do senhor, porque considerando o que determina a Lei 13.979 – e, aí, eu peço licença pra apresentar uma breve cronologia do que que tá saindo de ato legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, no final, o senhor vai ter oportunidade de apresentar, será lhe estendida a palavra. Nesse primeiro momento, somente responder as perguntas, somente.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito.

Não, o parecer é... a assessoria jurídica ela, atualmente ela está com parecer de número 830, somente no ano de 2020, feito por dois assessores, é... a demanda cresceu muito em razão da pandemia do Covid e o parecer ele foi lavrado em três horas, certo? É... considerando que o processo ele foi criado no dia 26 de março, o parecer ele foi elaborado no mesmo dia, no dia 29 de março. Quando a situação demanda urgência, isso ocorre muito com procedimento de ordem judicial, a celeridade que nós buscamos da efetivação da entrega do... bem ou do serviço, a... a prestação do paciente do SUS, a gente dá como prioridade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa questão já foi formulada pelo Relator, mas eu confesso que não entendi muito bem a sua resposta, acho que não deixou muito claro. Então, eu gostaria mais uma vez de solicitar, sem vosso parecer, há a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



manifestação acerca da legalidade do pagamento antecipado sem o recebimento dos respiradores.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito. O pagamento antecipado a assessoria jurídica nunca recomendou. Ela recomendou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas neste parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Neste parecer nós não fomos submetidos; é... ou chamados a no... nos manifestarmos em relação ao pagamento antecipado. Ele transcorreu... tanto é que a minuta da dispensa que é o documento que finaliza todo o procedimento de licitação e é submetido pra assessoria jurídica, ele não menciona em nenhum momento a forma de pagamento.

Então, se convencionou que quando não mencionasse a forma de pagamento ela fica com a forma que é a de praxe: trinta dias após o recebimento. Inclusive, a ordem de fornecimento, juntada após o parecer, após o empenho da despesa, ela vem com prazo de pagamento em trinta dias. Não menciona pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Considero importante este esclarecimento.

O senhor notou que os dois orçamentos, as propostas comerciais, juntados por parte da empresa JE Comércio de São Paulo e MMJS de Cuiabá, sem maiores informações, sem assinatura, sem identificação de seus CNPJs, e em valores superiores ao apresentado pela Veigamed... Seria apenas para dar aparência de legalidade à escolha?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, eu não posso julgar com que intenção foi juntado os orçamentos. Eu confio na área que me demandou o serviço e que enviou os orçamentos dentro do processo. A análise...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na abertura só havia uma empresa; depois, surgiram as outras quando o processo já estava concluído.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A justificativa que me apresentaram é que o volume de orçamentos que eles estavam recebendo no *e-mail* da SGA que estava centralizando o recebimento de... desses documentos, era um volume tão grande que eles não estavam conseguindo filtrar é... com... com... com precisão todos os orçamentos e que, por isso, teve alguma deficiência na instrução do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor confirma que a minuta de dispensa de licitação já trazia a Veigamed como vencedora previamente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – As minutas de... de licitação, quando são encaminhadas pra assessoria jurídica, elas já indicam o fornecedor, os dados dele, valores e condições de pagamento ou de execução do contrato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então, prestem bem atenção que já havia vencedor quando surgiram as outras duas propostas.

Eu fico satisfeito com esses questionamentos e com as respostas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência está com a palavra.

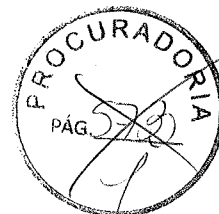
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Carlos Roberto, o senhor poderia nos explicar como funcionou esse processo de contratação dos respiradores? Se houve deflagração do processo de dispensa ou se foi firmado o contrato?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O contrato ele foi substituído conforme a Lei 8.666 permite. Ele foi substituído por outro termo que se chama Ordem de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Fornecimento, tá? É... é um... é um permissivo legal. Então, o contrato ele foi substituído por essa ordem de fornecimento.

O senhor quer saber como é que é o fluxo da... da... dos procedimentos de dispensa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Nós temos hoje, vigente na Secretaria, dois procedimentos para as dispensas de licitação. Via de regra, o procedimento mais convencional ele indica, quando a demanda parte da área requisitante, parte para a Superintendência de Gestão Administrativa. Quando chega na... ele já parte com a justificativa da contratação, a requisição, conforme tá apontada ali... é... e... e demais orçamentos se por acaso a... a área requisitante já estiver em mãos. À... a Superintendência de Gestão Administrativa encaminha para a Diretoria de Planejamento de Gestão de Compra, ela verifica se há aquisição por meio de procedimento licitatório ou se há algum contrato vigente que possa atender essa necessidade de quem está requisitando. Se não tiver nenhum desses instrumentos, aí, ela encaminha pra Diretoria de Licitações e Contratos. Verificando que há urgência e necessidade da aquisição, ela abre uma cotação com núcleo pertinente... é... elabora um mini edital de... de licitação, como foi, ocorreu o caso com a SEA no chamamento público, e... aguarda a manifestação dos fornecedores enviarem os orçamentos e propostas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Dentro de todo esse mecanismo, doutor, de toda essa sistemática não foi criado um alerta, porque é um processo que até os mais leigos não conseguem entender. Um pagamento adiantado de R\$ 33 milhões para uma empresa *fake*, fantasma que, se pesquisar no Google, é uma casa de massagem. E me causou estranheza nessa... não houve ninguém, um alerta, não teve um funcionário que pode dar algum alerta, algum conselho nesse sentido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, o alerta foi... a assessoria procurou, como eu mencionei no dia 16 de março, já se manifestar que não recomendava pagamento antecipado. Aí, é uma decisão do gestor é... não seguir a orientação do jurídico... bem como, consultar os órgãos de controle sobre a possibilidade de adotar o pagamento antecipado. E o... e a questão do pagamento ele passa é... ele não tramita pelas áreas em que tramitara a aquisição, como... Diretoria de Planejamento de Compra, Diretoria de Licitações e Contratos, Assessoria Jurídica. Ele não passa por esses setores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Além do processo dos respiradores, teve outros processos que culminaram em pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço. Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe se existem outros processos usando essa mesma linha de pagamentos antecipados?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem noção de que tudo que o senhor responde aqui, legalmente o senhor pode...?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Tem essa consciência?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

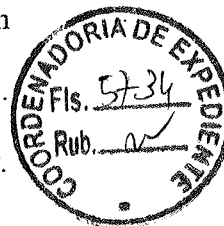
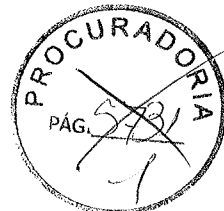
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem conhecimento de um projeto de lei que veio aqui para esta Casa para autorizar o pagamento antecipado pela SES?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu tive ciência de que seria uma medida provisória, a princípio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor confirma que tem ciência que foi encaminhado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não confirmo que... tenho a ciência de que foi encaminhado para Assembleia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Uma resposta vaga, doutor. Sim ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não tinha...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe que houve um projeto de lei vindo do governo...?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O projeto de lei, não. Eu fiquei... o comentário que teve com o consultor jurídico da Pasta é que tava se estudando uma medida provisória pra... pra permitir o pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem consciência de que a SES faria um pagamento antecipado para contratação de insumos e EPIs na ordem de R\$ 75 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tem um valor parecido de R\$ 77 milhões... é... era... uma empresa, ela faria a importação para a Secretaria desses insumos. A assessoria se manifestou pela impossibilidade mediante a dispensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Na sua avaliação, quem são os responsáveis pelo processo de contratação da SES?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Os atores da...?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim, os responsáveis.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A SGA ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quem tem a caneta poderosa lá dentro?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A caneta poderosa a... a Superintendência de Gestão Administrativa ela centralizou todo... todo o ciclo de compras se fechou nela. Desde a requisição, análise do orçamento, análise da proposta, a homologação do resultado e, agora, se noticia o pagamento em si, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Veja bem, acabou que foi um processo nebuloso ao extremo, onde tem fumaça tem fogo, e não é só um questionamento nosso, mas de toda a população catarinense. Quem é o responsável por esse pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O pagamento é quem assina a despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Seria?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Seria o Secretário e a Superintendente de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Casa Civil?

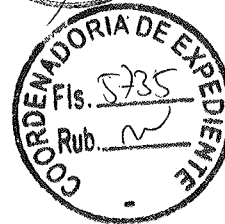
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a Casa Civil, pelo que eu sei, não está inserida no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O Secretário Adjunto, que é o atual Secretário da Saúde, o senhor André, estava ciente do processo com a repercussão de pagamentos antecipados?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não tem nenhuma informação se ele sabia...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas ele como Adjunto participava ativamente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É, aí, eu vou entrar na hipótese nas... no campo das hipóteses não... não é confortável e nem recomendado que eu me manifeste.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha conhecimento sobre as condições de pagamentos antecipados dos respiradores ou outros equipamentos, insumos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não. Eu sei, eu tenho consciência que era solicitado na proposta, mas como eu frisei anteriormente, essa... menção na proposta das empresas a gente desconsidera. A gente, até então, não acatava a possibilidade de pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor assinou algum pedido de parecer sobre esse processo de contratação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Dos respiradores eu assi... eu fiz o parecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor assinou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor fez o parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem.

O senhor tinha consciência de que a proposta da Veigamed era 50% de entrada, e não o pagamento integral?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento. O que consta no processo também não... não há menção em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não fez nenhum questionamento do tipo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, até porque... é... na minha concepção, não seria realizado pagamento antecipado. Não teria porque eu questionar sobre o que estava mencionado na proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem. Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Quando eu puder, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito, Deputado.

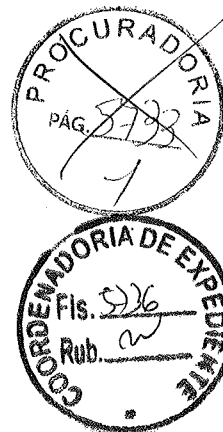
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Carlos Roberto, bom dia, seja bem-vindo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom dia, doutor.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor afirmou aqui que houve o desentranhamento das folhas do processo, são dezoito folhas. Quem fez o desentranhamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu não posso precisar quem fez, mas consta o CPF de quem o fez ali, né? Eu não tenho os dados de quem... realizou o desentranhamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o que seria o normal num processo licitatório? Fazer o desentranhamento de folhas? Quem é que poderia fazer, que teria condições técnicas para fazer isso.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Só quem pode desentranhar é o setor que está com a carga do processo, né?

Provavelmente, pela tramitação do processo, esse desentranhamento ocorreu com quem criou o processo, quem autuou que foi a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, o senhor não sabe quem fez o desentranhamento das folhas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não sei. Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem conhecimento de uma minuta de contrato que iniciou na Secretaria de Estado da Saúde no dia 24/03 com a empresa Intelbras, para que ela comprasse respiradores para o Estado de Santa Catarina?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não foi chamado para dar parecer jurídico nisso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque tem um protocolo de intenções, depois tem um contrato, depois tem uma ordem de compra, e, o senhor, como consultor jurídico, não sabe disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu trabalho com outra colega, Deputado, se ela analisou o processo, não posso confirmar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o senhor não sabe que o Estado de Santa Catarina já, antes do processo da compra da Veigamed, tinha um protocolo de intenções de um contrato para trazer os mesmos respiradores com o custo menos da metade do preço da Veigamed? O senhor não sabe disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu tenho a ci... eu tenho a ciência que o Governador ele mencionou em coletiva que estaria com a Intelbras fazendo a importação de... de equipamentos, mas eu nem tinha ciência que era relacionado a respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nesse processo aqui da Intelbras, que são cem respiradores, tem um parecer, dizendo que não podia pagar antecipado e que se pagaria na entrega dos respiradores, inclusive, o Governador assinou uma autorização para a Intelbras.

O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não tem conhecimento.

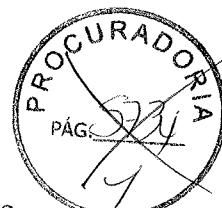
Porque esse processo da Intelbras é anterior ao caso da Veigamed e é menos da metade do preço da Veigamed. Então o Governador sabia desse processo, porque ele assinou da Intelbras, e o Governador sabia também do processo da Veigamed?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho como confirmar, Deputado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Secretário Helton sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, é bem provável.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ele tem que assinar, né?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Secretário Adjunto sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho como confirmar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não tem conhecimento que o Secretário Adjunto, André Motta, no dia 26/3, assinou uma Comunicação Interna nº 950 pedindo a compra de ventiladores da empresa Brazilian Trading Importadora e Exportadora Eireli - EPP, de Joinville?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não me recordo, Deputado. É relacionado ao processo 37.070?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse processo ele precede o processo da Veigamed, porque essa empresa disse que não iria fornecer os equipamentos, porque alguém ligou pedindo 3 milhões de propina. E aquele documento que o senhor viu lá, do seu Ralph, colocado na cotação no e-mail da Veigamed, era justamente os dados dessa empresa de Joinville que estavam no e-mail da Veigamed. Eles esqueceram de tirar o nome. Esse documento passou pelo senhor. O senhor não notou nada disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Bruna Maria Scalco]*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O assessor jurídico ele tem por missão, proteger os ordenadores de eventuais crimes em processos de compra que estão sendo feitos e aqui nós notamos vários crimes. O senhor nenhum momento alertou os seus superiores que eles estavam cometendo um crime?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Deputado, na minha visão, o procedimento de aquisição ele cumpriu os trâmites legais e os requisitos exigidos na Lei 13.979. A questão do pagamento antecipado, eu não... eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas como que o senhor dá um parecer sobre algo que o senhor não tem o processo completo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas no que o senhor está se referindo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor deu o parecer... da compra da Veigamed. O senhor deu o parecer para que o processo seguisse normalmente conforme o setor...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... administrativo de compras e tal, fazendo pra que, lá ao final, o Secretário pudesse assinar.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, o senhor deu um parecer sem o conhecimento do processo todo, pelo que o senhor está nos dizendo aqui. Porque o senhor não sabe...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas qual é a parte que eu não tive conhecimento, Deputado?

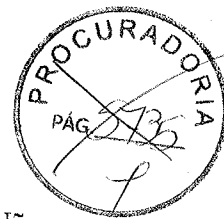
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A parte que o senhor não teve conhecimento é da forma como foi direcionada a compra e... ã... da questão dos pagamentos que, contra a lei... eu acho interessante que aqui nesse processo da Intelbras...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... o parecer é bem claro: Não pode fazer o pagamento antecipado. O pagamento será feito mediante a entrega dos bens com o documento assinado pelo Governador.

Por que no processo da Veigamed não se fez a mesma coisa?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu não fui provocado quanto forma de pagamento, se seria antecipada ou convencional.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Então, o senhor deu o parecer sem conhecer todo o processo da compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu conhecia o processo, mas como eu frisei... é... o... a solicitação de proposta de pagamento antecipado, isso é comum na Secretaria, e a gente sempre desconsidera: não, o pagamento vai ser o que nós determinarmos. É trinta dias após o recebimento da mercadoria.

Então, se eu não fui provocado se poderia ser feito pagamento antecipado ou não, se a ordem de fornecimento, que é um documento que substitui o contrato, indica que o pagamento será trinta dias após o recebimento do bem, é... eu entendo que o ciclo... é, e fica caracterizado que foi... é, intenção do gestor, e aí cabe indagar a ele porque que ele preferiu adotar uma modalidade de pagamento não prevista, naquele momento, é... eu entendo que a situação de pagamento antecipada não era permitida pra aquele caso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Hobus, se [o senhor] me permite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - É... eu ia até pedir um aparte ao senhor ali.

A pergunta que foi feita pelo Deputado Milton Hobus... eu vou ajudar o senhor aqui. Pelo registro dos nossos taquígrafos, a gente pode ali levantar o depoimento em relação à pergunta que foi feita anteriormente pelo Relator. O senhor respondeu a mesma pergunta que foi feita anteriormente ali, mas com a seguinte resposta: Por que aconteceu... todos os fatos acabaram conduzindo à compra? O senhor respondeu: por o gestor não seguir a orientação do jurídico. Essa foi a pergunta dele. Quem é o gestor e quem é o jurídico? São as minhas perguntas agora.

O senhor... eu ia até interromper o senhor, ia deixar a minha pergunta pro final (dirigindo-se ao Deputado Milton Hobus).

Algo ilícito aconteceu pelo gestor não seguir a orientação do jurídico. Quem era o gestor? O nome do gestor? A pessoa do gestor? Quem era o gestor que não seguiu a orientação do jurídico e quais foram essas orientações? Porque de alguma forma, o senhor respondeu, houve orientações do jurídico para o gestor. Ele não quis te ouvir, ele declinou. Quais foram essas orien... o jurídico no caso seria o senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Nesse processo dos respiradores, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

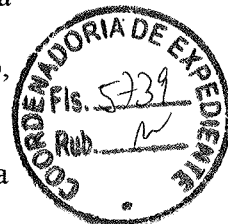
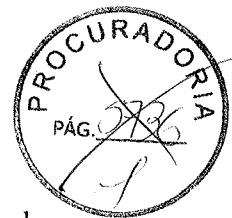
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E quais foram as orientações que o gestor não ouviu do senhor? Essa é a minha pergunta.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não realizar o pagamento antecipado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor orientou ele a não fazer o pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Especificamente nesse processo, não tem manifestação minha nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mas já declarou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Desde o dia 16 de março, a assessoria se manifesta no sentido de que não é permitido o pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim, mas o senhor orientou ele a não fazê-lo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu nem imaginava que ele cogitava fazer o pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não, mas o senhor disse: "Não. O gestor não seguiu..." O senhor foi... tá... explícito, "O gestor não seguiu a orientação do jurídico". Eu sou o jurídico. Quer dizer que eu dei uma orientação a ele.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Nesse processo, Deputado, eu não me manifestei em relação ao pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Desculpa interromper o senhor, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Tá bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Doutor Carlos, bom dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês chegaram a fazer uma reunião da equipe, da organização do Grupo Gestor da crise, que teriam que fazer dispensa de licitações, que haveriam compras em que se mantivesse uma regularidade, uma seriedade? Houve uma reunião do grupo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Houveram algumas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Oi?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim, houveram algumas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Quem que coordenou a reunião?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Era a superintendente de gestão administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - E ficou muito claro a seriedade do que era a pandemia, a necessidade de fazerem compras? Foi alertado sobre os cuidados com as compras que deveriam ser feitas e tudo mais?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então, todos vocês estavam conscientes de que teriam que ter um olho muito claro nas compras que seriam feitas, já que era uma dispensa de licitação?

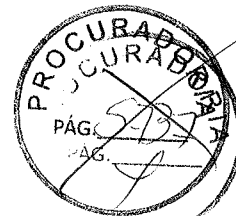
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, inclusive, quanto à transparência, a assessoria, tão logo saiu a alteração da Lei 13.979, recomendou que se seguisse a publicidade conforme a lei estava sugerindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês chegaram a dar parecer contrário a algumas compras?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não me recordo, Deputado. Agora... alguns pareceres foram emitidos no sentido de orientar como fazer as aquisições.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Bom, conforme já foi comentado aqui, eu venho de um Município pequeno, né, [onde] tinha dois Procuradores: um de confiança, meio louco, mas bom Procurador, e uma Procuradora de carreira. Em todas as compras que eram feitas pela Prefeitura, a minha opinião, sugestão ou palavra valia muito menos que a de um Procurador no momento de uma compra. Nada se fazia sem um parecer, sem uma opinião dos Procuradores para dizer: "Olha, por aqui não dá, tem que mudar" Mesmo tendo um advogado no setor de compras. Era um confronto ali jurídico para ver: Isso aqui dá problema ou não dá. Isso é feito em praticamente todas as Prefeituras, pequenininhas, grandes, e, mesmo assim, acontece muito enrosco com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas... há um debate sobre isso. Imagine o tamanho da Secretaria da Saúde, as compras que estavam feitas, e vocês estavam só em dois Procuradores dando os pareceres.

Não chama a atenção essa falta de um controle mais efetivo em cada compra, ainda mais numa de um valor como esse? De um olho mais afinado, refinado, nessa compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... Deputado, após, essas primeiras aquisições, houve determinação do senhor Secretário de Estado pra que os pareceres fossem submetidos ao consultor jurídico da Pasta que possui uma função de Procurador-Geral do Estado, e, aí, ele começou a avalizar e assinar conosco os pareceres também, tá? Então... é... houve, sim, essa participação posterior por um cargo de Estado efetivamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Bom, a gente... pelos documentos aqui provam que a Veigamed não estava autorizada a vender respiradores, e a gente sabe que em qualquer licitação, para uma pequena obra, a empresa tem que ter acervo. Tem que ter lá... tanto feito disso, tanto daquilo ou já tem que ter tido vendas daquela área, tal. Ninguém pesquisou ali a empresa ou as empresas para ver se realmente elas estavam com um acervo, elas tinham uns equipamentos para venda, elas tinham capacidade de efetuar a entrega dos equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, esse... esse crivo, como o senhor está sugerindo, ele deve ser feito pela área que está solicitando o serviço e está analisando o recebimento das propostas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês não precisavam dar parecer nenhum sobre um *checklist* de...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ... se estava sendo cumprido ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não, não. O *checklist* que nós adotamos é o que a lei informa, né, que são... é... a dificuldade, aliás, de, de, dos instrumentos jurídicos que têm surgido nessa crise... são grandes. A cada semana, pelo menos, saem duas novas alterações legislativas sobre o assunto, é... na maioria flexibilizando, e... pro senhor ter ideia, a gente pode contratar, mediante justificativa, com empresa penalizada, inidônea, é... negativada perante ao Fisco. Então, a flexibilização ela tá dificultando. Ela facilita a aquisição, mas ela dificulta o controle e... pela assessoria a gente analisou se os requisitos da Lei 13.979 estavam sendo cumpridos. Minimamente foram cumpridos.

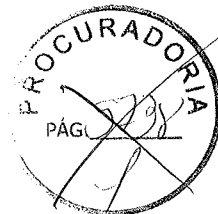
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Quem pediu agilidade no parecer dessa compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A agilidade partia do próprio Secretário e da própria superintendente de gestão administrativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - O Secretário da Saúde que pediu agilidade nesse parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso. Não... é... não somente em relação a esse, mas a todos os outros relacionados ao enfrentamento da Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então, eles que pediam... definitivamente era...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ...a pessoa que pedia agilidade era o Secretário da Saúde.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ...e a superintendente, a Márcia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... a frase que era reforçada para nós: "Ó, não pode faltar equipamento pra atender a população e... insumos pros nossos profissionais atenderem à população." E isso que era ressaltado e... e foram criados grupos de WhatsApp pra: olha, o processo saiu de tal setor, vai chegar em ti até o final do dia. Favor dar uma prioridade de tramitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - As pessoas que efetivamente efetuavam os decretos de dispensa de licitação, de autorização de compras eram servidores de carreira, comissionados ou é uma mistura?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A maioria são servidores da Casa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - São servidores de carreira?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Muito bem, Presidente.

Bom dia, mais uma vez, bom dia senhor Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - É... boa parte daquilo que eu queria perguntar, o Deputado Milton Hobus insistiu muito, mas eu quero insistir também. O assessor jurídico é a pessoa que dá segurança na análise do processo de compra - no caso, essa compra dos respiradores - ao gestor, que é o Secretário, no caso o ex-Secretário da Saúde. O que, de fato, a assessoria jurídica analisou nesse processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Nós analisamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - O senhor não sabia que iam pagar antecipado? O senhor não sabia que a empresa tinha cadastro para receber esse recurso antecipado e poder cumprir? Se a empresa tinha condições de fornecer esses equipamentos? Se ela tinha especialidade nisso? A assessoria jurídica não analisa nada disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Ela analisa a situação fática apresentada diante da urgência e emergência e a justificativa da contratação... se ela se enquadra pra ser considerada uma dispensa. É... situações como análise de orçamento, análise de equipamento, capacidade do fornecedor atender o contrato, isso é feito pela área que está centralizando as aquisições. Então... então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - A assessoria...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - ...o setor jurídico ele se enquadra no aspecto legal da situação, se preencheu os requisitos legais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Em qual... o senhor pode repetir? O assessor jurídico se enquadra onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Carlos Roberto, eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho mais próximo ao microfone, até porque ele está de forma remota...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... eu já trabalhei dessa forma algumas vezes, é muito difícil ouvir mesmo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Então, Deputado, a assessoria jurídica ela... ela pega a situação de fato que está sendo apresentada pra ela e... e enquadra, vê se a situação se enquadra dentro dos requisitos legais é... pra ser considerada uma dispensa, se ela preenche os requisitos para que possa gerar a contratação.

A análise de orçamento, equipamento, a qualificação em si do fornecedor pra atender o contrato isso é feito pela área que está centralizando a aquisição em si, e não a assessoria jurídica pra... pra atender esses aspectos como o senhor mencionou, né, de qualificação do fornecedor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, eu faço uma proposta, não tem o cadastro, não tem, não tem segurança nenhuma que eu vou entregar esses equipamentos, eu vou receber antecipado e a assessoria jurídica não analisa isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A solicitação do pagamento antecipado não foi submetida à assessoria jurídica, sobre a possibilidade de pagamento antecipado nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, isso foi uma decisão de quem? O senhor pode dizer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso aí é uma decisão de gestão, de gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Gestor, no caso, o Secretário da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - É... eu queria perguntar ao senhor: depois do decreto de calamidade, todas as compras da Secretaria da Saúde não importam o valor? Elas são feitas sem a participação do Grupo Gestor? Não tem mais...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Relacionado ao enfrentamento da Covid, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Sim?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Todas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Tá.

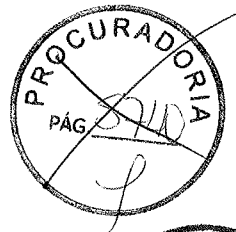
É... eu acho que é importante que fique claro, né, de todas as perguntas que eu vi e as respostas que foram feitas, é... eu passei duas vezes pela Secretaria de Estado da Agricultura como Secretário. Antes de homologar qualquer uma das compras que eram feitas ou licitações que eram feitas, ou com dispensa de licitação, eu não homologava nenhuma sem ter o parecer jurídico do assessor jurídico, que era quem me dava segurança de uma análise de um processo seguro.

Eu não vejo nenhuma segurança nesse processo de antecipar R\$ 33 milhões para uma empresa que por enquanto ainda se tem dúvida se ela existe. Como que essas compras foram



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



viabilizadas, como que esses orçamentos chegaram? A assessoria jurídica não analisou os orçamentos, não teve orçamentos que pudessem... apenas propostas por e-mail, mas nessas propostas elas estavam completas, diziam o que a empresa era? O senhor tinha essa possibilidade de analisar ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, essa atribuição não compete à assessoria jurídica, Deputado, analisar a proposta e orçamento. A área que demanda o serviço, que demanda a aquisição, ela sabe melhor do que ninguém o que ela quer, o que ela pode avaliar.

Então, a minuta da dispensa ela já foi apresentada, e é o comum que seja apresentada, com a indicação do vencedor e do futuro contratado, valor, condições de fornecimento e condições de pagamento. Nessa minuta, se o senhor verificar, não há qualquer menção à possibilidade de pagamento antecipado. Também... os outros requisitos legais estavam, no meu entendimento, cumpridos ali, os requisitos que determina o artigo 4º da Lei 13.979.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom, bom dia, doutor Carlos Roberto Costa Júnior.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Alguma vez a gente já conversou pessoalmente? Não.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah... eu fico pensando aqui... eu tenho o costume de fazer anotações de algumas falas, de algumas frases...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Deputado Kennedy, quem está em casa gostaria de ouvir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah!

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Tá bem baixo mesmo".)

Então, peço para que o pessoal lá do som possa colocar um pouquinho mais de [volume].

Eu fico... com tudo isso que eu ouvi da vossa pessoa e dos colegas aqui, Deputado Milton, é... pelo que eu vejo, a Secretaria da Saúde está com um pepino maior do que só esse. Vossa excelência falou que tem 6.554 processos por ano...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Instrumentos contratuais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Instrumentos contratuais...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... que vocês fazem e apenas dois jurídicos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Exato, pra área de compras, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E, além dessa fragilidade que eu vejo numa Secretaria tão importante, o que eu vejo, pela sua fala... Eu só queria perguntar uma coisa: o senhor falou da compra de EPs de R\$ 77 milhões - o Deputado Felipe Estevão falou 75, falou 77 - e esse vocês deram um parecer pra que não houvesse, é isso?

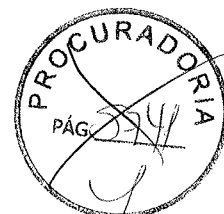
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso, sugerimos que não... ocorresse o prosseguimento, né.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Deputado, é... Me lembrando vagamente. É... eu achei o quantitativo... é... é... não tinha um amparo pra ser solicitado o quantitativo ou não tava justificado corretamente, e a outra preocupação era terceirizar a atividade fim da... da licitação. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Esse mesmo cuidado não teve no respirador?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É porque são situações diferentes, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Porque essa nós estamos contratando uma empresa é... pra nos fornecer o equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Hum, hum.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - O outro, de EPI, a situação era nós autorizarmos uma empresa a adquirir no mercado externo e trazer para nós com o preço que ela negociasse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas não, não foi a mesma coisa? Essa empresa...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... a Veigamed, ia trazer da China, ou seja, ia importar um produto...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas até então não se sabia que ela iria importar, né, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, mas tem algumas coisas óbvias, né, porque... se o mundo todo estava atrás do respirador... o Brasil não estava produzindo respiradores, tem...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... algumas coisas, né, óbvias. Por isso que eu fiz essa pergunta. Por que no EPI vocês disseram não, porque... vejam bem, Deputados, eles disseram não porque nós vamos contratar uma empresa pra trazer produtos de fora e, daí, isso nós não podemos, como o senhor falou, terceirizar a...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Atividade licitatória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... a atividade licitatória.

Na Veigamed foi a mesma situação, foi terceirizado, e o pior ainda, que foi terceirizado - e bem relatado pelo nosso Relator - de prazos assim quase que inconcebíveis, né? Vossa excelência falou, inclusive, em canibalismo comercial, o mundo todo estava atrás de respiradores e EPIs e, daí, vem uma empresa e faz esse tipo de proposta de entregar em dois dias uma parte do material.

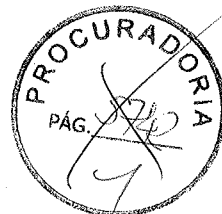
Eu não vou condenar o senhor, até porque, não é o meu papel. Falando sobre essa questão que outros Deputados já falaram aqui que o jurídico da empresa tem que dar sustentação... o Deputado Fabiano falou, o Deputado Sopelsa, que já foi Secretário, falou, que a empresa... e o Deputado Milton Hobus, até como empresário também fala que o jurídico tem que dar sustentação.

Marquei também a frase que vossa excelência falou que muitos dos administradores não seguem o procedimento ou a dica do jurídico, mas neste caso... e aquilo que eu digo, Presidente, da importância de a gente ter acesso a todas as outras, porque a gente fica só com uma versão, né, a versão hoje. Eu... como o senhor se comprometeu em falar a verdade, eu tenho que acreditar que vossa excelência está falando a verdade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Neste caso, a sua fala dizendo que ficou no fato determinado e que vossa excelência disse que deu, que tinha um parecer, do dia 16 de março, dizendo que ao final menciona que era necessário que fosse consultado o Tribunal de Contas e o Ministério Público e também que teve um outro documento dizendo que não era possível e também não eram feitas os pagamentos antecipados, somente trinta dias depois.

Acreditar na sua palavra só coloca, Deputado Milton, aquilo que a gente tem... já os documentos. Houve uma malandragem do gestor, malandragem do gestor pra não passar as informações corretas pra área jurídica pra fazer aquilo que eles queriam, que era a contratação da empresa. Isso é o que eu fico diante do que o senhor fala. Quando o senhor diz que não foi perguntado, não foi (*ininteligível*) no processo que era pagamento antecipado, e o senhor diz que no EPI vocês falaram, me dá essa sustentação.

Agora, deixe eu lhe perguntar: vossa excelência falou que tem o CPF de quem desmembrou esse processo aqui já mostrado pelo Deputado Milton Hobus... que foi desentranhado – acho que essa é a palavra...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso, correto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... quem desentranha o processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Correto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k. Se quem... se há um procedimento, eu, no meu simples gabinete de Deputado, eu tenho um programa que todo processo eu tenho lá, e também, quem tira e coloca... e eu como... a parte tecnológica diz que é o Deus do programa, você determina até onde o assessor pode ter acesso ou não, né, você vai determinando fases. Todos os que fazem alguma movimentação no processo fica lá com um *login* e a senha dele, tem a digital eletrônica dele.

Pois bem. Então, este processo, e os cinco mil e poucos por ano, o senhor, na sua tela de computador, o senhor tem como acessar e ter todo esse procedimento do... do... de todo o processo virtualmente? Está lá, por exemplo, "escaneado" lá, o senhor pode ver todo o processo ou ele é limitado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Existe essa função no sistema do Estado, mas não foi o caso desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - (*Pausa.*) É... o sigilo... num procedimento de aquisição já de fase externa não é recomendável, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Porque tem que ser dada a publicidade de todos os atos que estão ocorrendo dentro do processo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E por que há a necessidade de ter a publicização desses dados e não estar neste processo o processo inteiro digitalmente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Ah, isso aí é uma... uma função que o sistema... eu também gostaria de entender, Deputado. Por que é feito o desentranhamento dessa forma e a peça não consta... a peça desentranhada ela some do processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor falou: "É normal sumir parte dos processos."

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, é normal haver desentranhamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, não. O senhor falou exatamente essas palavras: "É normal..."



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Então, eu me equivoquei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k. "É normal sumir parte dos processos." Logo depois o senhor fala: "Já avisei que não pode acontecer isso. A requisição não foi feita pelo jurídico." Então, eu tendo a entender dentro dessa sua fala — e, daí, por isso a minha preocupação...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... das outras compras, porque se o jurídico diz que já avisou que não pode acontecer isso... o que é acontecer isso? É desentranhar partes de processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Aí vossa excelência diz pra mim que os processos, em alguns casos, não são colocados todos lá... a questão, quando exige a publicidade. Concorde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não foi... não foi exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Então, por favor, diga o que foi.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... ocorre equívocos de juntada do processo, de peças... é... por exemplo, um parecer jurídico que era relacionado à análise de uma determinada situação ele foi juntado indevidamente no processo que não se refere a isso. Pode ocorrer. É feito o desentranhamento. A minha orientação pras áreas que atuam no setor de compras, já que eu não atuo sobre toda a Secretaria é: "Não desentranha. Deixa a peça como está, mesmo de forma equivocada, e aí lança um termo de informação que agora tu vai juntar a peça correta no processo." É isso. É... eventualmente, eles desentranham, não sei por qual razão, algumas peças do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É normal isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Foi verificado várias vezes, não sei precisar o número.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E... o que dá... essas vezes que foi verificado, o que resultou isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não tenho conhecimento do que resultou, se gerou uma sindicância, um procedimento administrativo, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, nós poderíamos dizer que o processo, o sistema da Secretaria da Saúde é extremamente vulnerável?

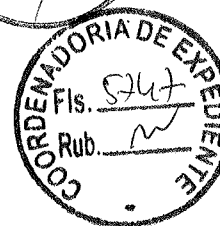
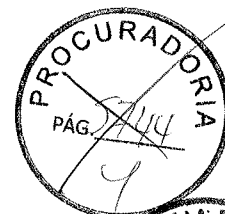
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Se o senhor está se referindo ao Sistema de Gestão de Documento com essa permissão de liberar o desentranhamento, eu acredito que, sim. Eu entendo que não é recomendável que isso aconteça. Agora, o procedimento de compra da Secretaria, pelo volume de aquisições que, conforme já foi citado, nós geramos, eu entendo que é um procedimento seguro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que o senhor disse que depois, quando foi mostrado pelo Relator a matéria que vossa excelência se colocou como a base pra dar a sustentação do seu parecer, que foi um jornal do Mato Grosso do Sul, e aqui já colocado, que vossa excelência não tinha conhecimento que aquele valor era diferente... É parecido com aquela vez quando veio o Secretário aqui daquela comparação que eu fiz entre Goiás e Santa Catarina, e que o Secretário de Defesa Civil disse: "Não misture alhos com bugalhos." e depois eu provei, conversei, inclusive, com o Governador Caiado, que os 10 milhões eram somente a estrutura, mas depois, com os valores de insumos, leito, pessoal, até



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



destinação do lixo, era menos da metade do que o valor lá do tal hospital de campanha. É só pra imaginar essa questão.

O senhor disse que: "Nesse momento, eu já estava inclinado a dar o parecer favorável para essa dispensa de compra de 200 respiradores por 33 milhões". Por que o senhor já estava inclinado pra dar...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A... a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... o parecer favorável?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Perdão.

A notícia ela surge, ela foi inserida no parecer já quase no final, faltando dois ou três parágrafos. Todo o desenvolvimento do parecer já tava na construção de deferir a dispensa. Eu entendi que a urgência, a emergência, a aquisição se fazia e era justificável pra aquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor não olhou, por exemplo, aquele documento que o Relator colocou que tinha nomes de empresas e interessados diferentes?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É normal vocês darem pareceres de documentos só de uma lauda como foi, inclusive, com fotos iguais de duas empresas iguais?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... a... análise, como eu mencionei, eu fico muito seguro com as áreas que me antecedem, que encaminham...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas especificamente dessa que o senhor teve o parecer...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu con...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... de duas propostas com as fotos de Internet iguais.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu confiei e confio na área que tá me demandando documento. Se ela testou, se ela juntou no processo e ela entende que ele satisfaz os requisitos pra justificar aquisição, eu vou confiar na área que tá me mandando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor não tá querendo livrar a sua responsabilidade?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Em que sentido?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - De ter prevaricado nessa questão de não ter olhado melhor o...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu entendo que não, eu entendo que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E para encerrar, senhor Presidente, a minha participação, o senhor falou que teve a participação do... a consulta do Tribunal de Contas e do MP. Eu só fiquei meio em dúvida disso daí, porque o senhor falou no dia 16 de março.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É... o Secretário da Casa Civil, o Secretário Helton, e o próprio Governador diziam a todo momento que o Ministério Público e o Tribunal de Contas estavam juntos nisso daí. Eu não sei se é porque tem tanto indicado do Tribunal de Contas no governo, como surgiu um vídeo aí, mas eu não saberia dizer, mas depois dessa fala do Governador, quando estourou o processo, o próprio Ministério Público e o Tribunal de Contas, em nota, disseram que em momento algum foram consultados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Eu só queria saber o seguinte: nessa sua fala de 16 de março que o senhor fala que lançou o chamamento público e, ao final, menciona que era necessário que fosse consultado o TCE e MP, foi antes desta nota do MP e do TCE ou foi depois?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não me recordei, Deputado. Salvo engano, essa nota do MP e do Tribunal de Contas foi já em abril é... perto do mês de maio, acredito. Então, é... o que se comentava é que haviam grupos de WhatsApp em que estavam participando eventualmente Promotor de Justiça ou Tribunal de Contas, mas não indicavam quem eram os nomes, né. Mas, assim, participação de forma decisória no processo, não teve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas está no chamamento do dia 16? Está lá no processo? O senhor me falou o número, eu acabei não, não...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - O parecer jurídico é o 398/20...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas o senhor falou que no dia 16 de março lançou um chamamento público e, ao final, menciona que era necessário que fosse consultado o TCE e o MP.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não foi... eu acho que o senhor interpretou errado. Eu sugeri que fosse submetido ao Secretário de Estado, o Secretário Helton, que... uma... minuta de instrução normativa pra disciplinar as aquisições relacionadas à Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso no dia 16 de março?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - No dia 16 de março. Ao final desse parecer, é... eu já prevendo que a solicitação de pagamento antecipado por parte dos fornecedores seria recorrente, eu sugeri que fosse consultado tanto o MP como o TCE sobre a possibilidade de adotar o pagamento antecipado e sugerindo que aquele... enquanto não houvesse pronunciamento desses órgãos, que não se realizasse pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Então, não chegou a ser um... um documento, foi só uma...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, foi um parecer enviado para a Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E, a partir dali, então, a Superintendência não fez o que o senhor deu no parecer, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu não sei se ela deu destino ao gabinete do Secretário ou se ela... adotou ou não as recomendações do parecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor me permite?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem a cópia desse documento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Em mãos, eu não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor colaboraria mandando esse documento que o senhor diz que fez, pra CPI?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso é muito importante...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Você tem? Pra dispensar a requisição.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Posso enviar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o senhor se compromete a enviar esse documento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim, na data de hoje ainda.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu acho que isso é muito importante porque foi feito o alerta e o setor simplesmente ignorou, incluindo um alerta que envolve outros dois Poderes que também estão investigando.

Senhor Presidente, por mim deu.

Obrigado, senhor Carlos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Pois não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - *(Pausa)* É... eu vou insistir em retornar o assunto, porém, eu quero fazer uma pergunta: o senhor advoga há quantos anos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Desde 2006... quatorze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Há quatorze anos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Quantos anos na função atual que o senhor ocupa?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Função atual, dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Há dois anos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor considera competente e experiente para a função?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Entendo que sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Eu tenho aqui *(ininteligível)*, e como eu disse, eu não gostaria de retornar duas vezes, dois questionamentos, em torno da mesma pergunta que foi feita.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Contudo, é uma pergunta diferente.

Aqui está o relatório de licitação e as laudas que foram retiradas dele, de 02 a 18. Isso aqui não é mistério pra gente, isso aqui não é um problema, até porque pra "logar" é preciso a inserção do Cadastro de Pessoa Física da pessoa que está "logando" ali, né, isso não é um mistério.

Houve uma declaração do senhor, anteriormente, quando respondeu a pergunta do Relator. É a seguinte frase: "Não é incomum que isso aconteça na Secretaria." Isso não é incomum que haja o desentranhamento, a retirada. Para que ocorra essa retirada... ninguém vai retirar essas peças daqui de dentro aqui por um... né... é... é... sei lá, uma voz fala ao ouvido dela. Alguém que determina que assim o faça ou de própria intenção. Quem tem aqui o *login*, quem tem o CPF dele registrado ali, de própria intenção, retirasse, sem receber, a determinação do seu responsável, daquele que está à frente na sua cadeia hierárquica, lá dentro ou o próprio parecer do senhor, ou de um próprio Secretário. E esse desentranhamento, essa retirada, o senhor sabe que constitui em algo criminoso. Ou não?

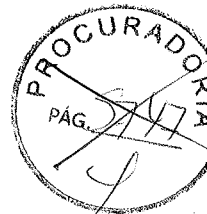
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Se existe essa funcionalidade no sistema, é por alguma razão. Provavelmente foi pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - De forma que ninguém saiba e sem justificativa?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, essa aí é uma situação que tem que ser avaliada com quem desenvolveu o sistema e quem é o detentor do sistema, né. Por que permite essa tal funcionalidade sem justificativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Justamente por isso. É uma fragilidade no sistema. E, no meu entendimento, não deveria nem ter essa possibilidade de alguém entrar lá dentro desentranhar ou acrescentar algo...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... que se fosse fazer alguma mudança.

(Pausa.)

O senhor conhece de quem é esse CPF aqui?

(O senhor Presidente entrega o documento ao depoente que o analisa e o devolve.)

Muito obrigado.

O senhor também alegou que a culpa seria dos setores anteriores que enviaram pro senhor as duas solicitações... as duas propostas idênticas, da MMJS e da JE Comércio.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Do setor que estava centralizando as aquisições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Que estava centralizando... eles lhe repassaram...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - As informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - As informações...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - ... e os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... os quais o senhor teria a obrigação de... a partir daquele momento que lhes foram entregue... qual seria o trabalho do senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu... verificar se a minha diligência sugerida no despacho foi cumprida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... eu entendo que a atribuição deles de analisarem o orçamento e os documentos é... conf... é... seria restrita à área que ele... à atuação deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Qual seria esse setor? Quem seriam essas pessoas? Porque o senhor deve conhecê-las pessoalmente, inclusive. Quem que seria? Quem que se...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu sei que o setor que estava centralizando as aquisições era a Superintendência de Gestão Administrativa. Agora, quem... ou o detentor do CPF, eu desconheço. Há uma equipe que compõe o apoio da Superintendência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E quais são os dados que o senhor analisa, uma vez que eles lhe são entregues? Já que o senhor responsabilizou que a culpa seria deles? Quais são os dados que o senhor analisa uma vez que eles lhe são entregues?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Ó...

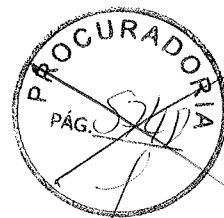
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deve ter um protocolo de...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Tem, tem. Até então a gente adotava... não existia *checklist*, né? O que nós adotávamos era o que a lei indica. Então, ela



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



indica declaração do objeto, a fundamentação simplificada da contratação, descrição resumida da solução apresentada, os requisitos da contratação, critério de medição e pagamento, estimativa dos preços obtidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Chegamos lá, nos critérios de? O penúltimo item que o senhor alegou.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - De medição e pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - De medição e pagamento. Nele não consta o pagamento antecipado, não faz menção nenhuma ao pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A minuta de dispensa não menciona isso. Só no orçamento da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A grande verdade é que... óbvio, né, é... encerro minhas perguntas aqui com essa última pergunta que eu vou fazer agora. É que devido a minha origem humilde, tá, é... eu sei que aqui as... eu estou acostumado num mundo onde as pessoas falam 70, 30, 40 milhões, mas eu chamo R\$ 33 milhões de uma fortuna...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... que mudaria a vida de muitas pessoas. Uma fortuna! R\$ 33 milhões pra mim é uma fortuna!

Aqui o senhor atribui o fracasso, porque essa compra foi um fracasso, e um fracasso cheio de menores fracassos em volta ainda, mas a cereja do bolo seria o fracasso da compra mesmo. A que o senhor atribui: Essa compra fracassou por isso.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A compra, com certeza, o fracasso dela é em razão da não entrega, senão não estaríamos aqui discutindo. Se tivesse havido a entrega, estaríamos discutindo o preço. É... a outra questão é o prejuízo que o Estado está sofrendo, que foi em razão do pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor concorda que se hoje nós tivéssemos duzentos catarinenses precisando desses respiradores, eles estariam mortos agora?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu desconheço como está a realidade das nossas unidades hospitalares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hipoteticamente falando. Se eles precisassem agora deles.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas da mesma forma, hipoteticamente, se eles tivessem chego estaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mas não chegaram.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A grande verdade é essa.

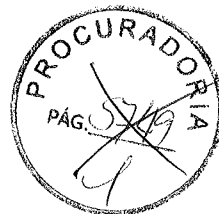
O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Assim como se estimava que até 6 de abril haveria uma pandemia, a nível catarinense, de seis mil mortos. Então... o cenário de terror que estava se vivenciando era grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Meu falecido pai, né, ele falava que as crianças e os néscios tinham o direito de errar; homens, não. Houve erro na compra desses respiradores. Houve erro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Senhor Carlos Roberto, agradeço ao senhor aqui e, agora, o senhor tinha pedido anteriormente, a oportunidade de falar. E se o senhor tem algo que possa acrescentar ou somar ao depoimento que o senhor deu até agora aqui, o senhor pode ficar à vontade.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom, senhor Presidente, eu gostaria então de um contato para poder enviar esse parecer que foi solicitado, né.

(O senhor Deputado Ivan Naatz manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Tá o.k.

É... a outra situação... aí, eu peço um pouco de paciência dos senhores, é em razão de apresentar uma breve cronologia de ato legislativo que tem saído em razão da pandemia.

O consenso que se tem entre os doutrinadores do direito administrativo, e, aí, eu cito o professor Marçal Justen Filho e Jacoby Fernandes, o consenso é que os institutos do direito administrativo até então vigentes eles não se aplicam mais. Estamos numa situação totalmente nova e inesperada, tanto que reflete na própria atuação do legislador em praticamente toda semana transformar o nosso ordenamento jurídico num periódico, que sai atualizações legislativas de toda sorte. E aí eu cito que a própria Anvisa, através da Resolução da Diretoria Colegiada 348, de 18 de março, a 356, do dia 23 de março, elas flexibilizam e até dispensam em algumas situações, o registro dos equipamentos e outros materiais relacionados ao Covid na... no portal da Anvisa, né?

É... não posso deixar de falar que a Lei 13.979, que é de 06 de fevereiro de 2020, é uma lei federal que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência que já se aproximava ao Brasil. E aí vem uma série de sucessões de alterações, como a Medida Provisória 926, de 20 de março, e aí quando a gente baseia a nossa aquisição com base nos requisitos que ela indica... é a Medida Provisória 951, também, 15 de abril, e aí... *(pausa)* outra Medida Provisória, a 961, que permite o pagamento antecipado mediante garantia – essa medida provisória é de 06 de maio. A Emenda Constitucional 106... essa aí ela flexibiliza, inclusive, que eu possa contratar empresa com pendência junto ao INSS. E assim, por aí afora, vários atos normativos publicados pelo legislador, né, às vezes referendado uma Medida Provisória do Poder Executivo, é... vão inovando no ordenamento jurídico brasileiro o que de, certa forma, transmite, inclusive, insegurança pros operadores, né? Eu fico imaginando a cabeça do gestor em lidar com toda essa... esse arcabouço jurídico pra um momento tão crítico que ninguém estava preparado para atuar.

Então, essas são as minhas considerações. Fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Esta Casa agradece, tá, a participação e a presença do senhor.

Gostaria de pedir à assessoria que o conduzisse e informasse o *e-mail* já, porque ele se comprometeu a remeter um documento...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Uma instrução normativa de 16 de março.")

Uma instrução normativa ali.

Solicito à assessoria que acompanhe o depoente.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Licença.

(O depoente Carlos Roberto Costa Júnior deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Eu vou dar cinco minutos de intervalo para esta Comissão.

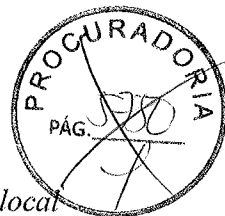
(O senhor Presidente suspende a reunião pelo tempo de cinco minutos.)

Senhores Deputados, dando continuidade aos trabalhos, peço à assessoria que conduza a este ambiente a próxima pessoa a ser ouvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



(O depoente Carlos Charlie Campos Maia adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Por gentileza, o nome completo do senhor.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Carlos Charlie Campos Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, se aproxime um pouquinho mais do microfone.

Senhor Carlos, o senhor sabe por que foi convidado para esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito na tarde de hoje?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Acredito que, sim, porque eu sou o diretor de licitações e contratos da Secretaria de Estado da Saúde, e, possivelmente, por cau... por conta do episódio... do processo de compra de duzentos respiradores pulmonares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Justamente isso. Só falar um pouquinho mais perto ou aproxima o microfone do senhor. Pode puxá-lo até o senhor.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O.k. Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, o senhor tem o direito de permanecer calado, caso assim o senhor deseje fazer, mas é preciso que o senhor expresse isso, tá? O silêncio não é indicativo de resposta, então, o senhor pode falar: Eu prefiro permanecer calado, e, assim, não responder a pergunta.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Gostaria de dizer também para o senhor que o senhor está compromissado a dizer a verdade, nada mais que a verdade no âmbito desta Comissão.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá? Sob pena de falso testemunho.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que o senhor dissesse o nome completo do senhor; na sequência, dissesse a sua profissão e onde o senhor trabalha, o seu endereço completo e a sua data de nascimento.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Meu nome completo é Carlos Charlie Campos Maia. Eu sou bombeiro militar da reserva remunerada, estou em cargo comissionado há cerca de um ano na Secretaria de Estado da Saúde como diretor de licitações e contratos. É... a minha data de nascimento é 08/04/1968 e meu endereço é Rua Professora Otília Cruz, 415, bairro Jardim Atlântico, Florianópolis, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

Com a palavra o Relator, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, senhor Carlos, obrigado por ter vindo aqui.

O senhor disse que está há um ano, um ano e pouco, como direto?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Como diretor, exato.

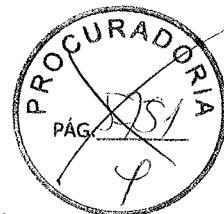
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi nomeado por quem? Veio à Secretaria por convite de quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu fui convidado pelo Secretário Helton, que também é bombeiro militar. Ele me conhecia porque eu trabalhei alguns anos com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



licitações no Corpo de Bombeiros. Ele conhecia o meu trabalho, a minha experiência e por isso... Eu... eu não apareci na Secretaria simplesmente por amizade, mas pelo meu histórico profissional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De licitações?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor sabe que o Ministério Público de Santa Catarina está fazendo uma investigação da compra dos respiradores?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, já prestei depoimento no Ministério Público.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que o Ministério Público de Santa Catarina trata o senhor como investigado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem conhecimento que o senhor é investigado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perf... Sim, perfeitamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual era o seu papel na Secretaria da Saúde, nas compras, especificamente, licitações? Qual era o papel do senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Todo o processo licitatório ele passa pela diretoria a qual estou à frente. Todo o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todas as licitações?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Todas as licitações passam por ali, independentemente de qual unidade hospitalar, de qualquer superintendência, todos os processos passam por ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor identificar irregularidades, qual é o procedimento que o senhor tem que fazer?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu vou comunicar a minha superintendência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem que é?

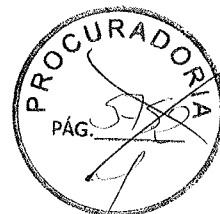
O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Na época, era a superintendente Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor sabe que esse problema dos respiradores está rodando, o senhor falou que o senhor é investigado, já prestou depoimento. O senhor conversou com a Márcia, diretamente, com relação a essa compra específica desses respiradores – depois vou mostrar alguns documentos para o senhor aqui – sobre a possibilidade de pagar antecipadamente, sobre a licitação não estar correta, sobre alguma coisa... O que o senhor conversou com a sua superintendente com relação a essa licitação específica que o senhor gostaria de dizer aqui para a CPI?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu gostaria de traçar um panorama para que os senhores pudessem entender o que estava acontecendo.

O nosso volume de trabalho na Secretaria... bom, é até interessante que os senhores saibam dessa informação: quando eu trabalhei no Corpo de Bombeiros, na época, o Orçamento do Corpo de Bombeiros era cerca de R\$ 17 milhões para atender a toda corporação. Quando chegamos na Secretaria, o volume de trabalho é gigantesco, porque o Orçamento é de R\$ 3 bilhões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINACOORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

O volume de trabalho... eu nunca trabalhei tanto na minha vida, eu sou Coronel do Corpo de Bombeiros, e como diretor, como... trabalhando em Diretoria de Licitações no Bombeiro eu nunca trabalhei tanto fora... como trabalhei na Secretaria da Saúde. O nosso volume de trabalho já era enorme. Quantidade de todos os tipos de processos licitatórios. O que que aconteceu? Começou o Covid... a pandemia, Covid-19. O que que aconteceu? Havia uma previsão, uma expectativa, de que a curva dos acometidos pela Covid-19 estaria crescendo assustadoramente. O que que aconteceu? O Secretário Helton reuniu-se com os superintendentes, uma delas, a Márcia, eles... é... tavam... tinha uma previsão de que em abril deste ano iria morrer cerca de 6 mil pessoas em Santa Catarina. O Secretário e a superintendente Márcia eles sabi... eles estavam apavorados, simplesmente estavam superassustados, porque se dizia, corria-se nos corredores da Secretaria, que iria morrer gente nas calçadas, em frente às unidades hospitalares... O governo estava extremamente preocupado com isso.

O que que aconteceu? O nosso volume de trabalho ele cresceu assustadoramente, porque começaram a vir várias dispensas de licitação para compra de... luvas, de máscaras, especialmente EPIs, Equipamentos de Proteção Individual, para atender. E, além disso, como se não bastasse a compra deles, o aumento, o consumo desses materiais de consumo, que são materiais descartáveis, eles aumentaram gigantescamente nas unidades hospitalares. Por quê? Porque todos os profissionais agora queriam usar. Todos queriam luva, todos queriam máscara, todos queriam gorro, todos queriam jalecos de proteção.

O que que aconteceu? Nós fazíamos, nós fazemos, na Secretaria, na minha diretoria, edital de cotação de preço. O que que é isso? Esse edital ele é publicado, nós colocamos na Internet, as empresas interessadas em fornecer determinado objeto, seja a luva, seja a máscara ou qualquer outro que a Secretaria necessite, elas cotam, nós fazemos uma grade de preço, só que isso leva-se alguns dias.

Aí... o Secretário percebeu que estava havendo um *delay* e a urgência era extrema. Percebeu-se que eram necessários, além de EPIs, também equipamentos, como por exemplo, os duzentos respiradores, e outros, mais do que esse. Esse foi um processo apenas, com duzentos respiradores.

Nesse meio tempo, aconteceu que o Secretário... é... e vários superintendentes, o Secretário Adjunto também, eles se mudaram. Eles saíram da Secretaria e passaram a trabalhar, a operar junto à Defesa Civil, onde eles montaram o que se chama de Coes, Centro de Operações de Emergências em Saúde. E, praticamente, nós não os víamos mais. Não via a Márcia, não via o Secretário, com raras exceções, quando a Márcia chamava eu e outros diretores que fazem parte da Superintendência, e lá ela dizia: olha, nós temos que alinhar nossas compras, alinhar um planejamento, alinhar a recepção no centro de distribuição, no nosso almoxarifado. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

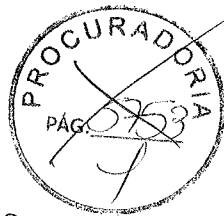
Em pouquíssimas vezes foi que eu tive contato com ela. E o que que aconteceu? O Coes decidiu que nós não faríamos mais cotação de preço, porque aconteceu que o mercado, ele se tornou um mercado extremamente tóxico, extremamente canibalista, por quê? Porque as empresas elas se recusavam a cotar, as empresas começaram a dizer assim: Olha, meu preço é pra 24 horas, e se vocês não comprarem comigo eu vou vender pra outro. E aí começou, o, o, o valor das, dos objetos começaram a crescer assustadoramente. Qualquer um que os senhores imaginarem, isso aconteceu.

E aí então o... possivelmente o Secretário com... assessorado com os superintendentes, decidiram então, que o Coes lá na Defesa Civil iria obter os orçamentos, montar os processos,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



encaminhar para nós, para que nós fizéssemos dispensa de licitação. E assim aconteceu. O Processo 37.070, foi um deles, dos respiradores, então, ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tudo bem, depois eu vou... já compreendi, até aí tá tudo certo.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — ...tá, mas eu vou... eu quero chegar na sua pergunta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois o senhor vai ter a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Coronel, ao final a gente sempre abre a possibilidade de fazer uma explicação, uma explanação geral mesmo, daquilo que possa colaborar com a CPI, tá? Se não a gente perde o *time* das perguntas aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu já compreendi até aí, já entendi a situação de calamidade, gente correndo, tá ótimo...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Queria responder a sua pergunta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas muito bem.

É o seguinte, o senhor participou, nessa pandemia, de compra, oferecendo, gente, gente, gente, tinha gente envolvida? Pessoas? Era por *e-mail*? Era pessoal? Quem queria vender pro Estado chegava em quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Isso não chegava pra nós, o Coes centralizou essas compras, na minha, a minha diretoria não fazia contato algum com a empresas, exceto quando nós fazemos as cotações de preço, as empresas cotam e aí nós temos uma empresa vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o Coes é que decidiu tudo isso aí?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem compõe o Coes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — A pessoa responsável, a pessoa principal era o próprio Secretário. Ele se assessorou do Secretário Adjunto e dos seus superintendentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Superintendentes.

A Casa Civil participava?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não sabe ou...?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sei, eu não tinha contato com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Então o senhor conheceu o Fábio de Ambrósio?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sei quem é essa pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Samuel de Brito Rodvalho?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pedro Nascimento Araújo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa.

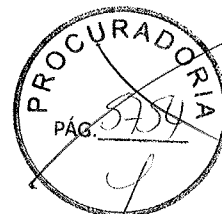
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro de Barros, de Biguaçu?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa. Esse nome...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem certeza?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Absoluta. Esse nome, quando o senhor citou agora, não, é porque eu, eu li na mídia esse nome aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabe que o Leandro já foi superintendente da saúde, trabalhou?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço, na minha época não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

Por que o Ministério Público está investigando o senhor? O senhor sabe? Assim ó: por que o Ministério Público tá me investigando se eu não participei de nada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Simplesmente pela função que eu desempenho, por eu ser um diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha função então, de impedir qualquer irregularidade?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Se eu constatasse algo grave, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito Bem.

Vocês conversavam pelo WhatsApp?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Em alguns momentos sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sobre compras?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

A Márcia simplesmente ela mandava pra mim o WhatsApp dizendo: olha, é... questões burocráticas, como por exemplo, lembro de um *e-mail* onde, depois do caso, dos duzentos respiradores, ela pediu pra que eu fizesse a notificação à empresa pelo atraso na entrega deles. Esse, essa, essa, esse era o tom das nossas conversas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Nós mostramos hoje pra CPI, um termo, um protocolo de intenções que o Estado firmou com a Intelbras no dia 24/03, portanto antes da compra, certo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor, eu tenho aqui no relatório, que o senhor despachou a primeira vez nesse processo no dia 26/03, ou seja, no mesmo dia em que saiu a licitação. O senhor teve conhecimento na integra desse protocolo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não vou dizer na integra, mas uma boa parte desse processo sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, eu tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da proposta, do oferecimento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da condição de preço?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tudo isso o senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

A dispensa de licitação aconteceu no dia 26/03, certo?

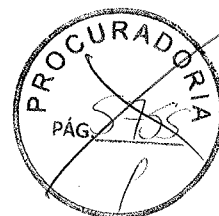
O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só que eu vou mostrar pro senhor o *slide*. Por favor...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

De uma conversa de WhatsApp que a polícia tirou do celular da Márcia Pauli.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só um minutinho.

A licitação começou dia 26, vou mostrar para o senhor. Não sei se o senhor vai conseguir ver ali, o celular da Márcia Pauli.

É aquela conversa por telefone.

Essa daí *(mostra imagem)*, essa conversa aí, se eu não me engano... tem outra? *(Pausa.)*

Só tem essa? Essa é a transcrição da conversa.

A polícia transcreveu a conversa, certo? Olha só, a polícia transcreveu a conversa - volta lá para os Deputados verem, quem está em casa principalmente -, a conversa está ali, certo? Entre a Márcia Pauli e uma pessoa.

Volta.

Ali está a transcrição do que eles conversavam, eles já conversavam sobre a compra dos respiradores. Queria que o senhor observasse a data, dia 22 de março.

Então, nós temos uma conversa da Márcia Pauli...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Conversando com o eventual vendedor de respiradores antes do dia 26 que abriu licitação. O documento diz que ela conversava com ele no dia 22 de março.

Eu quero saber do senhor, antes do dia 26, vocês trataram de compra dos respiradores?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Simplesmente a Márcia nos disse que nós iríamos comprar respiradores, agora, qualquer conversa dela não sei, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, essa informação é uma espécie de informação privilegiada? Sei lá...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não entendi por que que o senhor tá dizendo privilegiada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, se eu tenho uma... eu sou o diretor, eu posso comprar 100 milhões de equipamentos. Aí alguém sopra pra mim: Ó, nós vamos comprar 100 milhões de equipamentos. Aí eu tenho uma informação privilegiada. O senhor compreende isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não concordo com o senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu não quero saber se o senhor concorda comigo, eu quero saber se o senhor compreende.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu discordo do seu pensamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu quero saber se o senhor compreende o que eu tô falando, compreende?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu sei que nós iríamos comprar respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, eu vou repetir então, para que o senhor compreenda melhor, o senhor é Coronel da reserva, deveria compreender melhor as coisas, né?

Mas, assim, eu sou o diretor, sou o superintendente, eu sou o cara que posso comprar, eu tenho dinheiro para pagar...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sou eu que pago...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aí... Não, não tô dizendo que foi o senhor que pagou. Tô falando que aí alguém me sopra no ouvido no dia 22 que no dia 26 eu vou abrir uma compra de respiradores, etc., etc. Eu quero saber do senhor, essa informação de que a Márcia tava tratando no celular compra de respiradores, o senhor participou?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sabia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabe se outra pessoa da Secretaria sabia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem certeza?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Absoluta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não vai encontrar imagem do senhor, WhatsApp, conversa?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Estou bem tranquilo quanto a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem, então, o senhor não acompanhou.

O governo do Estado culpou a Márcia Pauli - pode tirar a imagem - o governo do Estado culpou a Márcia Pauli por todo esse processo, foi o primeiro. Márcia Pauli foi para televisão, deu depoimento, o Secretário falou na TV que ela era a responsável, que tinha que tirar ela, chegaram a dizer que ela estava sendo preservada, né?

(O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima manifesta-se fora do microfone: "Preservada.")

Que estavam cuidando dela, né? E aí ela saiu. O senhor culpa... o senhor considera que foi ela a culpada de tudo isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — De forma alguma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem foi?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Quem estava acima dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem que era?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O Secretário e o Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Adjunto também, que é o atual Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Por quê? Eu não sei o que eles conversavam. Eles estavam no Coes, na Defesa Civil, nós ainda estávamos no mesmo prédio. Eu não participei de praticamente nenhuma reunião com o Secretário lá na Defesa Civil, exceto uma, já próximo do final do... quando ele pede a exoneração, não me lembro exatamente por quê. Ah, era pra tratar sobre leitos... contratação de leitos em hospitais privados, era um outro assunto. E foi algo muito rápido também.

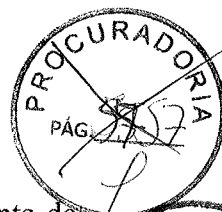
O que que aconteceu? Pelo que eu observei, a Márcia era uma superintendente, pessoa esforçada, trabalhadora. Ela saiu da Secretaria e foi para o Coes. Ela estava trabalhando 17, 18 horas por dia, de segunda a sexta, feriado. Eu lembro do feriado de 21 de abril, a Márcia não sossegava e não sossegava nós, porque ela tava dizendo: olha, precisamos comprar isso, precisamos comprar luva, tá acabando luva, ó, o centro de distribuição almoxarifado tá dizendo que vai acabar, vai faltar nas unidades, por favor, vocês acelerem aí a compra, agilizem o processo.

E o que que aconteceu, eu observei o seguinte, nas poucas vezes que eu tive oportunidade de falar com a Márcia, a Márcia, pegaram ela e utilizaram ela, além de ser



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



superintendente, que é um cargo prestigiado, colocaram a Márcia, porque superintendente de gestão administrativa, não pegaram outros porque eram médicos de outras superintendências, e pegaram ela, no meio de um monte de homem uma mulher, pegaram ela, existem superintendências com outras mulheres, mas pegaram ela por causa da gestão administrativa, e transformaram ela numa secretária executiva, a ponto de, numa das reuniões que a Márcia convidou os três diretores da nossa superintendência que... é... planejamento e de compras, é... logística e a minha diretoria de... de... de licitações e compras, nós estávamos conversando e de repente entra o Secretário Adjunto numa reunião. Ele abre a porta, sem pedir licença pra ninguém, com arrogância, ele simplesmente vai lá — e eu sei que eu tô..., falando isso, eu tô sujeito a ser exonerado porque ele é o Secretário e eu sei disso, mas eu estou falando o que eu presenciei, eu sei que isso está sendo transmitido e não tenho medo algum —, ele simplesmente invadiu a nossa reunião, não pediu licença pra ninguém e disse: Márcia, olha, eu preciso falar com fulano — não sei quem que era — olha, providencia uma reunião. E a Márcia não soube dizer não, não soube dizer não! Ela simplesmente ficou chocada, acho que constrangida porque tava na frente dos seus três diretores, e ela não falou nada e ele virou as costas e foi embora.

Aí eu já vi que... coitada. Desculpem, pela situação que eu vi, ela foi usada como um boi de... é... um boi de piranha. É um bode expiatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ah... não sei. Aí não poss... não sei, não sei, eu só sei que ela estava exausta, ela estava esgotada e ela não sabia mais dizer não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor porque isso ajuda muito a gente aqui.

Eu quero saber o seguinte, o senhor disse que ela estava sendo usada de boi de piranha etc., etc. O senhor já disse também que é do Secretário Adjunto, atual agora Secretário, e do ex-Secretário, mais alguém? Algum outro Secretário do Estado? Alguém do *staff* do governo?

Nesse Coes aqui, participavam várias Secretarias, o senhor sentiu que ela estava sendo pressionada e eles pressionados por outros Secretários?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não posso dizer, isso eu não presenciei, só falei o que eu presenciei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor, eu tenho um despacho do senhor ali, eu tenho um *slide*. Mostrar *slide* 22. (*Mostra imagem.*)

Que é o despacho do Diretor, dizendo o seguinte: “Diante do volume e da forma...”

O senhor disse o seguinte no despacho, no dia 30/03...

(*A assessoria da CPI tenta localizar o slide.*)

Bom eu vou dizer o seguinte, enquanto eles localizam ali.

No dia 30/03, está aqui no processo, o senhor mandou... o senhor deu um despacho no processo, mandando, expedir a OF e o pedido de assinatura... a OF, vou repetir, no dia 30/03 o senhor mandou expedir a OF, pedindo a assinatura da superintende Márcia, o senhor fez essa ordem. O que que é a OF? Eu acho que é ordem financeira para pagamento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não é isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas... por isso, que eu vou perguntar para o senhor, o que que é a OF?

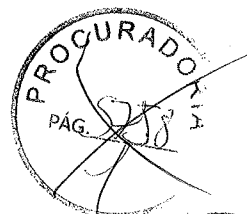
E diante do volume e da forma antecipada, do pagamento antecipado, dos problemas que tinham na licitação, os orçamentos, que eu vou mostrar para o senhor depois, o senhor não acha que é o Secretário que tinha que dar essa ordem de pagamento e não a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Porque todo o processo ele segue esse rito.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



OF é ordem de fornecimento. É autorização para que o fornecedor possa entregar o objeto que está sendo comprado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o senhor deu ordem para ela entregar, estava tudo concluído?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, eu não dei ordem para ele entregar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse pra ela dar?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o que que o senhor despachou aqui?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É... eu simplesmente determinei que a minha equipe providenciasse a ordem de fornecimento, o que é isso? Foi feito a dispensa de licitação, uma vez aprovada a dispensa - já tinha passado por parecer jurídico, foi aprovada - , eu determinei que a ordem de fornecimento fosse encaminhada para a superintendente pra que ela assinasse. Só que eu cometi um... um equívoco na hora, porque dezenas estava... nós estávamos trabalhando com dezenas e dezenas de processos diariamente. Na verdade, não deveria ter sido para a Márcia, deveria ter sido para o Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — ...tanto é que o foi, tanto é que o foi, por quê? A Márcia ela assinava ordem de fornecimento até o valor, até abaixo de cinco milhões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Essa, essa...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — ... acima, acima de cinco milhões é o Secretário. No afã de fazer o processo acelerar, eu acabei de, é... no meu despacho, equivocando eu coloquei Márcia, mas na verdade era para o Secretário, tanto é que realmente ele foi. A minha equipe entendeu que o despacho, ele não tem mais como apagar ele é eletrônico, a minha equipe já percebeu meu equívoco e fizeram, pediam assinatura eletronicamente para o Secretário, o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, esse despacho que o senhor deu ali para Márcia, eu notei que foi equivocado porque foi acima do valor...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi equivocado então?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Foi equivocado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, ele foi para o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Foi para o Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, no fim, quem decidiu foi o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Quem assinou foi o Secretário?")

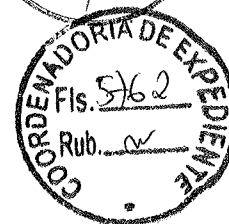
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem assinou foi o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ele assinou tanto a dispensa de licitação, no corpo da dispensa está dizendo assim que, é... algo nesse sentido, não vou saber exatamente a redação, mas que diz assim: "essa aquisição será efetivada mediante ordem de fornecimento". O que aconteceu.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Sobre o pagamento antecipado. Foi feita a compra antecipada, não era uma coisa normal na Secretaria, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não é normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor já tinha feito compra antecipada antes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Se eu não me engano, algu... teve outras dispensas de licitação, como a de equipamentos de proteção individual, luva...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não, estou falando antes da epidemia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não, não, antes da epidemia não, no momento não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor nunca tinha feito compra antecipada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas daí tinha uma ordem para pagamento antecipado, qual foi procedimento do senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Simplesmente nós encaminhamos, o meu setor a minha diretoria não se responsabiliza por pagamento, nós encaminhamos para o Cofes, aliás, a Cofes que é a Coordenação do Fundo Estadual de Saúde, tem um profissional, um servidor que ele tá no mesmo nível de um superintendente, o nome não é esse, o título não é esse, ele é coordenador, mas tá no mesmo nível e ele é quem tomou as providências pro pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor diz que tem experiência em licitação, o senhor conhece a Lei de Licitações, conhece as instruções normativas, conhece a 02.20 do governo do Estado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não me lembro de cabeça, eu teria que ver.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Posso mostrar para o senhor. São as instruções que regem as compras do governo, a 06/2020.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento dela?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, vagamente, teria que lembrá-la.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento da Instrução Normativa 37 da União, que regulamenta os pagamentos antecipados?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, sim, recentemente eu tomei conhecimento dela por conta da CGE, a Controladoria-Geral do Estado que se manifestou com relação a isso.

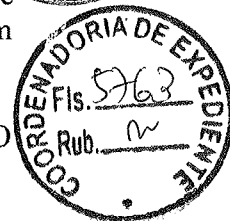
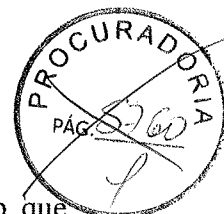
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor conhece esse *checklist* aqui?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, ele chegou bem depois de todo, bem depois a CGE nos encaminhou esse *checklist*.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, mas o advogado que antecedeu o senhor aqui, o assessor jurídico, ele disse pra gente, e ele vai trazer pra CPI um documento que ele fez, ou ele fez ou o grupo, né?

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Dia 16 de março.")

Dia 16 de março foi feito um documento regulamentando todas essas questões. O senhor recebeu esse documento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, por WhatsApp.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por WhatsApp?

O senhor lembra o que tinha nesses documentos? Se tinha instrução para compra antecipada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Me lembro, mas não tínhamos quase tempo pra ler mensagens longas, não tínhamos tempo. E se fosse algo tão importante ele ter... provavelmente ele iria encaminhar pra mim. Tinha um grupo de SGA, Superintendência de Gestão Administrativa, todos os diretores e gerentes. Nós tínhamos duas opções, ou nós paramos pra ler documentos ou nós fazemos os processos andar, e como não rece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então vocês não lia os documentos que...?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Os documentos de todos os processos que me chegaram, esses eu li, documentos esparsos se não tivesse um endereçamento pessoal pra mim, eu não me esforcei porque não tinha nem tempo pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pode mostrar aqueles orçamentos ali.

(O Relator se dirige à assessoria para mostrar a imagem.)

Só para o senhor ajudar a gente aqui, né?

Primeiro o da Veigamed. Essa aí é a proposta que acabou sendo adotada pelo governo *(mostra imagem)* e o governo pagou antecipadamente, essa proposta, o senhor tem conhecimento dela?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, estava no processo.

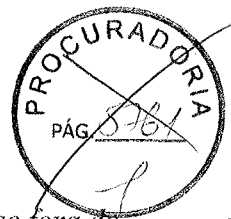
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não notou que ela não tinha CNPJ, não tinha endereço, não tinha... assinada por duas pessoas, o senhor não notou isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O que que eu posso dizer pro senhor... essa foi uma decisão de gestão do Secretário. Como eu lhes disse, os orçamentos foram obtidos no Coes. O Coes pegou e tramitou esse orçamento para alguém da SGA, uma assessora. Esse processo ele foi para DPGC. Antes de vir para minha diretoria, ele passa pelo crivo da Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras. Quando... uma vez que passou por essa primeira diretoria, eles fazem o filtro inicial, eles fazem o início do processo. Depois que isso aconteceu o processo vem. Se os senhores acompanharem na tramitação do processo os senhores vão ver que em momento algum foi tramitado direto. O processo não nasceu na minha diretoria, ele veio de fora. Eu vislumbrei que tinha apenas um orçamento e eu sabia que o... o parecer jurídico, a assessoria jurídica iria se manifestar. Esse é o nosso... o fiel da balança, tanto é que determinei pra que fosse feita... confeccionada a minuta da dispensa de licitação. A minuta foi feita e a minuta é encaminhada para o parecer jurídico. Se senhor observarem na tramitação do processo o próprio assessor jurídico, a pessoa que depois aqui me antecedeu, ele disse que havia necessidade de outros orçamentos, o que foi que eu fiz? Eu peguei e devolvi o processo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — *(Relator manifesta-se fora do microfone: Esse é um orçamento ou os dois orçamentos? Ininteligível)*

Desculpe.

Esses são os orçamentos, pode voltar lá. Dá pra ver melhor aí? Tá aqui no processo, se o senhor quiser ver melhor, posso mostrar para o senhor.

O senhor vê também que tem a mesma foto, o mesmo endereço, mesma fonte, não tem CPF, não tem data, não tem assinatura, não tem nada, o senhor notou isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor notou.

Muito bem.

E daí?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Daí que, ainda mais eu sendo militar, eu recebi ordens pra que eu fizesse a dispensa de licitação. A minha diretoria realiza a dispensa, realiza um documento, esse documento seguiu avante, seguiu à frente, foi analisado por um assessor jurídico, quando ele me dá o aval de que eu posso seguir com documento, eu tramitei para os meus... para o meu superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o seu superior é o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Nesse caso a assinatura foi dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor alertou o Secretário? Olha isso aí não tá certo, esse documento não tá certo, esse pagamento não tá certo.

Eu preciso que o senhor nos ajude.

O senhor alertou o Secretário? Não disse: olha isso aí não tá certo, esse documento não tem CNPJ, eu sou um militar, eu tenho uma carreira... sabe? Não vão me complicar com isso aí, o senhor chegou a fazer essa...?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Quando o Secretário ele e o seu, a sua assessoria decidem, resolvem eles mesmos captarem os orçamentos, não competia a mim questionar isso. Eles mandaram, eu não sei o que foi que eles acordaram. Eu não sei o que foi que eles falaram. Eu não sei com quem eles falaram, como eles acordaram isso. Eu não sei o que foi que eles decidiram. Veio para mim o processo, nós executamos o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Tô terminando já.

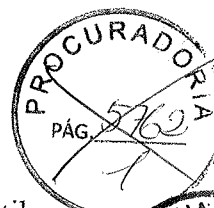
O prazo, o senhor observou que era muito apertado entre o dia 26, que é o início da licitação, e o pagamento dia 1º, a entrega dia 4, o equipamento na China, o senhor não notou nada disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Só pra se ter uma ideia, é... os processos nós tínhamos... montamos, os senhores podem verificar com as autoridades policiais, quando fizeram as apreensões dos nossos celulares, que foi criado um grupo chamado 24 horas, os senhores vão observar lá. Que que é esse grupo 24 horas? A Márcia pediu, a Márcia superintendente pediu, pra que nós criássemos esse grupo porque não só esse processo, outros processos também foram feitos extrema... com uma velocidade extrema, por quê? Aí, então, o que que acontecia? Alguém começava o processo, como por exemplo, aquele da DPGC, começa lá, eles disseram: ó, já montamos o processo, estão inseridos os documentos, passava pra mim, pro meu setor, o meu setor, meu setor fazia a parte dele e já mandava uma mensagem pro setor seguinte e esse por sua vez pro outro, pro outro, pro outro... pra que não houvesse interrupção. Por isso eles andaram rapidamente...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Era um caminho fértil pra corrupção, roubalheira, um negócio assim.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Essa afirmação está sendo do senhor, não minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, a conclusão que o senhor tá falando aqui é um caminho fértil...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, eu não posso pactuar com esse seu pensamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se não fosse assim teria impedido a compra, o pagamento antecipado, teria verificado que não era.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não fui eu quem autorizou o pagamento antecipado. Eu não tenho nada com isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha obrigação de alertar, Coronel.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não tenho na... a decisão não foi minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha obrigação de alertar.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, é o senhor, é o senhor, é o senhor quem está dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Vamos lá, vamos ver.

Muito bem. O Secretário Helton, em uma fala da Márcia, ela disse que o Secretário Helton, teria intervindo diretamente com a Veigamed para baixar o preço dos respiradores, que eles eram 190, abaixaram para 165 cada um. O senhor tem conhecimento dessa conversa?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois que esse rolo todo aconteceu, acabou, deu rolo, saiu no Intercept a confusão toda, o senhor conversou com o Secretário Helton, ele ainda era Secretário, sobre isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não conversou com ninguém?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Saiu escândalo, nada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, apenas ficamos sabendo via mídias sociais, porque ela estava lá no Coes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor. Obrigado pela participação do senhor, foi muito importante.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom dia, boa tarde, né, eu não almocei ainda eu falo bom dia, mas eu já sei que é uma e meia.

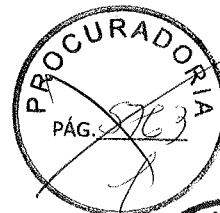
O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Carlos, bom dia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O senhor ouviu falar sobre pedido de propina nas licitações ocorridas na Secretaria de Saúde?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, em momento algum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Porque um empresário de Joinville afirmou que pediram pra ele R\$ 3 milhões em propina...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço totalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor imagina de quem partiu esse pedido de propina?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Não imagino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor tem um relacionamento íntimo com o ex-Secretário Helton?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não íntimo, simplesmente profissional, até porque sou bem mais antigo do que ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas conhece ele há bastante tempo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Secretário Helton, ele foi chamado pela polícia pra dar um depoimento no domingo, logo depois da sua exoneração a pedido. Ele deu o depoimento e, na terça-feira, depois que a Márcia buscou estabelecer a sua versão, ele voltou espontaneamente na polícia para mudar seu depoimento. Nesse depoimento ele fez quatro afirmações muito graves, desde o pedido de pagamento de 40 milhões para empresa que gere o Samu, até EPIs, participação de outro Secretário para hospital de campanha, isso, todas as afirmações ao Douglas Borba.

O senhor sofreu alguma pressão do Douglas Borba?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu conheço o Douglas Borba pelo... pelo jornais. Nunca conhe... nunca tive contato com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É porque a sua função é uma função complicada, né? Os respiradores, óbvio, o volume, né, 33 milhões chamam bastante atenção, mas até em coisas menores, não tô dizendo que é pouco, é muito também.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por exemplo, vocês compraram máscaras que tem o valor de mercado de R\$ 3,00, R\$ 3,40, R\$ 3,70, por R\$ 16,00, R\$ 18,00.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É o canibalismo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É o canibalismo. O comércio aconteceu isso. Se nós não comprássemos, eles vendiam pro Rio, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pois é, mas esse canibalismo o ser humano que tá sendo comido é o dinheiro da pessoa, do cidadão catarinense que paga imposto, né?

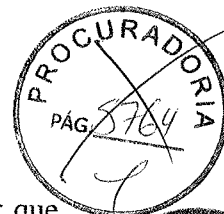
O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ou se fazia, ou se comprava nesse preço, o que o que todos os Estados fizeram praticamente, ou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É, mas (ri) o senhor acabou de citar os militares... até tenho que tomar cuidado para não ofender outros militares, porque eu conheço militar que é referência para o Brasil inteiro... O militar de Santa Catarina é referência para o Brasil inteiro, desde a banda da PM, até os seus soldados, Sargentos, aqui temos um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Sargento, Coronel, Tenente-Coronel. Um erro não pode ser justificado ao outro, né? Por que um Estado faz errado a gente vai fazer errado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não sei... eu não entendi exatamente, mas o que eu gostaria de frisar é o seguinte, ou se pagava esse valor, ou não se comprava nada. Os preços é a lei da oferta e da procura. Simples assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O que que pode ter feito com que o Helton, que foi domingo contar uma história, terça-feira mudasse?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não tenho a menor ideia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu queria aqui, só deixar em ata o meu respeito e admiração pelos militares de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Bom dia, Coronel Carlos.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado por ter vindo.

Nós vimos aqui que, antes desse processo da Veigamed, havia sido feito uma tratativa que envolveu aí, claro que não foi o senhor, envolveu o Governador, envolveu Secretário, com Fiesc, com empresas catarinenses, que se colocaram à disposição pra trazer esses equipamentos e o senhor participou...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nessa minuta de contrato, aqui, da Intelbras.

Segundo o depoimento da Intelbras, ela estava à disposição para trazer não só cem, como foi contratado aqui, ela poderia trazer mais. Só que as empresas na China exigiam pagamento antecipado, e daí o governo disse que pra Intelbras não podia pagar antecipado. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, desconheço isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor não participou de nada disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não participei, de nada, de todas essas tratativas eu estava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor sabe desse documento aqui, que cem respiradores, que são os corretos segundo a empresa...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, sim, perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que é o CGA 70, se não me engano, que é o correto pra UTI, que não é esse Shangrila... E que eles vão custar pro governo 7 milhões e uns quebradinhos, 100 respiradores, quer dizer 200 daria 14. O senhor sabia disso? Está aqui nesse documento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que o senhor... tem o nome do senhor...

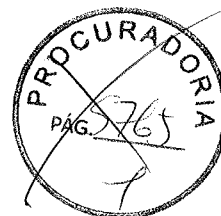
O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não... não, não, perfeito, eu tenho conhecimento do processo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O que nos causa estranheza, e eu queria entender até que ponto o senhor sabe, porque aqui tem a assinatura do Governador e do Secretário Helton, como é que, qualquer cidadão de sã consciência sabendo que pode comprar por um, com segurança, porque é uma empresa idônea, que não quer ganhar em cima,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



que o Estado tem as melhores empresas com *expertise* de importação, tanto é que essa Veigamed se utilizou de empresas catarinenses pra fazer a importação, porque ela nem sabe fazer, como é que um vivaldino desse chega e passa por tanta gente? Você tem um negócio aqui que podia custar 14 e você se dispõe a pagar 33 em vez de 14?

O senhor consegue me... quando esse processo da Veigamed de 33, passou para tramitar pro senhor, o senhor... não passou isso pela cabeça:...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...poxa, a Intelbras poderia trazer isso, eu vi lá o contrato da Intelbras.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O que nos foi repassado é que não havia capacidade da empresa Intelbras fornecer todos eles. Então, uma parte foi comprado em um lugar, outra parte em outra e assim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque aqui no processo, a Intelbras disse para o governo que ela não tinha suporte financeiro pra trazer tudo, que se o governo antecipasse 30% pra colocar lá pro exportador, ela poderia trazer tudo. Daí, tem um documento aqui que diz que para a Intelbras não se podia pagar antecipado, e, 3 dias depois, se pagou antecipado para um fantasma. Não lhe causa estranheza? Isso não passou pelo senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas isso o senhor concorda que o governador do Estado e Secretário Helton sabiam disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, os termos foram acordados por eles, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Foram acordados por eles.

Então eles sabiam que podiam pagar 14 milhões por 200 respiradores e optaram por pagar 33 pra esse fantasma. Diferença só de dias. Aliás, no dia primeiro de abril, o Governador assinou um termo aqui para a Intelbras, se comprometendo, quando os 100 respiradores chegassem a Santa Catarina ele reembolsaria a Intelbras e ficaria com os 100 respiradores. E no dia 2 de abril, alguém, lá dentro da Secretaria, o gestor no caso, o Secretário, autorizou a pagar 33 milhões...

O senhor como um militar, como se sente com isso? Porque eu percebo que o senhor é uma pessoa honesta. Dá pra ver que o senhor é uma pessoa honesta. Como o senhor se sente sendo comandado por pessoas que praticaram esses crimes e o senhor tendo que responder por isso, está aí na condição de investigado. Como o senhor se sente?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É uma situação bem desconfortável, com certeza. Por causa de decisões equivocadas que foram tomadas lá em cima, não só eu, mas outros colegas, estamos sendo envolvidos em tudo isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado, senhor Presidente, tô satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

Antes eu quero consultar o Deputado Sopelsa, ele tinha se manifestado anteriormente ali durante a fala do Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tinha?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quero me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Certo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Respondendo ao Deputado Sargento Lima, eu pergunto depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Boa tarde, senhor Carlos.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou que havia uma previsão com relação à epidemia, e que nesta previsão em abril nós teríamos seis mil pessoas mortas, inclusive, nas suas palavras, que teriam pessoas mortas nas ruas e nas calçadas dos hospitais. O senhor sabe da onde veio essa previsão?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não sei. Isso foi falado pra nós entre gerentes, entre diretores, não sei a fonte da onde foi extraída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não sabe, por exemplo, dar uma dica onde é que a gente poderia buscar esse dado que fez o governo fazer tanto atrapalhada.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor disse que quando o Coes mudou pra Secretaria de Defesa Civil, o senhor não via mais os seus chefes.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Praticamente não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem eram?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Acima de mim, está a superintendente Márcia estava, e...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela estaria também no Coes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim. E acima dela estaria o Secretário Helton e o Secretário Adjunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E vocês lá na Secretaria ficaram sem chefia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não sem chefia, é... tanto é que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Desses aí, eles não foram mais lá na Secretaria?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, eles não foram mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou também que o Coes decidiu não fazer mais cotações de preço.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso daí o Coes estava acima do Grupo Gestor Econômico?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, creio que não. Não está acima do grupo gestor, é... agora... o que foi acordado com o grupo gestor não posso... não sei, eu desconheço totalmente.

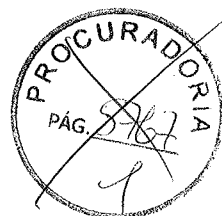
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu concordo com o Deputado Milton Hobus, a gente percebe que o senhor é um cidadão do bem, o senhor vem aqui numa posição muito clara, eu... depois das suas afirmações aqui (ri), eu não sei se o senhor volta pra função, como senhor mesmo disse aqui.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim. Eu não estou preocupado com isso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

E quero lhe agradecer, exatamente isso, mostra que o senhor está querendo ajudar a esclarecer os fatos. Mas o senhor fez duas afirmações. A primeira afirmação que o senhor fez é responsabilizando diretamente o ex-Secretário Helton e o Secretário atual agora, pessoas responsáveis por esta compra dos duzentos respiradores.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — São decisões que foram tomadas. Eu não posso afirmar que o Secretário Adjunto tomou a decisão, porque quem mandava, quem, quem comandava a Secretaria é o Secretário Helton, em última análise ele foi quem tomou a decisão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou que esse Secretário Adjunto entrou numa reunião sem pedir licença e disse pra superintendente marcar uma reunião com alguém e que ela ficou sem ação, ou seja, ele também tinha força dentro da Secretaria.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, sim. Ele possivelmente era um dos que estava assessorando o próprio Secretário Helton, e possivelmente precisava conversar com alguém, não sei quem que era e foi lá e pediu pra que essa superintendente Márcia fizesse contato com essa pessoa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou uma frase que me lembrou o ex-Comandante Adjunto, que na semana passada - quando deixou o comando da Polícia Militar - falou algo o forte e eu acho que é verdade, ele disse: Na caserna, sim é sim, não é não.

O senhor falou aqui, sou militar e recebo ordens, quando questionado por algum Parlamentar se o senhor não teria como alertar o erro que estava tendo nesse processo fraudulento. O que aconteceu? O senhor estava na Secretaria e parece que agora o governo virou uma caserna.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não entendi exatamente a tônica da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu vou voltar a dizer.

O senhor é um bombeiro militar reformado, está numa função gratificada.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, portanto, o senhor está numa condição de diretor de licitações e contratos da Secretaria de Saúde do Estado, que tem um montante de R\$ 3 bilhões o orçamento da Saúde. O senhor quando questionado por um dos nossos Parlamentares, não me lembro quem, o senhor afirmou que não deu nenhuma orientação de alarme sobre esse processo porque o senhor é militar e recebe ordens.

A minha pergunta é a seguinte: o governo, hoje, de Santa Catarina composto por muitos militares, aos quais eu, como disse o Deputado João Amin, respeito muito, o governo hoje de Santa Catarina está fazendo isso, como uma caserna, só cumpre ordens?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Prefiro não responder a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quê?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Vou me limitar à minha diretoria e minha função. Aí eu não vou entrar no campo do que eu acho como cidadão. Eu prefiro não me manifestar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k. É seu direito, mas a gente observa aqui, Deputados, que a o governo virou uma caserna, com todo respeito aos militares, e o pior de tudo, né, quando você tem a hierarquia e que daí, talvez... a sua



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



manifestação... volto a dizer aqui, assino embaixo do que o Deputado Milton Hobus falou da sua pessoa, a gente vê que o senhor é um homem sério, eu vejo que o senhor é um homem sério, e mais que sério ainda, o senhor é corajoso quando se tem a verdade, porque o senhor disse: pegaram a menina e fizeram como boi de piranha e os responsáveis são o Secretário, que agora é ex-Secretário, e o Adjunto que agora é Adjunto(*sic*). E quando questionado se o senhor não poderia ter alertado, o senhor se preserva, como daquela formação, quem é militar nem se forma é forjado, né; Sargento Lima, a forja que vocês tiveram.

Isso me preocupa muito, Deputado Felipe Estevão, porque a gente observa que quem estava na Secretaria era um Coronel da reserva, esse Coronel Helton determinava as coisas de cima pra baixo, e talvez usava, Deputado Milton, a cautela, a hierarquia e disciplina usada na caserna para fazer os rolos e cale-se quem puder.

O Secretário, o atual também é militar ou não?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não é militar.

Deixa eu ver se eu tinha mais algumas coisas aqui marcado. Eu acho que ela isso.

E me causou estranheza essa questão da mudança do Coes, ou seja, o Secretário, o Secretário Adjunto e a superintendente irem para a Secretaria de Defesa Civil e a partir dali definem que não seja mais feito cotação de preços. Eu gostaria muito de saber e talvez, Relator, seria importante a gente ir atrás deste... Eu entendo a sua situação, como o senhor fala do canibalismo comercial que é uma verdade, né, é o processo normal de oferta e procura, mas eu quero ir muito atrás de quem fez esse parecer que tocou o terror em quem tinha determinação, e disse agora em abril, Deputado João Amin, que teríamos 6 mil pessoas mortas pelas ruas. Eu acho que isso tem que aparecer, porque eu acho que isso é um negócio muito importante, por quê? Porque eu fui conversar com Secretário de Saúde de Joinville - assim que o ex-Secretário Helton viria em uma convocação nossa aqui, né, dois dias antes eu fui conversar com ele - e ele me mostrou um parecer de uma universidade, aliás, de três universidades, que dois dias depois de eu ter conversado com ele, nós teríamos em Joinville 856 pessoas mortas, e nós tínhamos uma. Teria que morrer muita gente em um dia ou em 48 horas. Eu acho que isso é muito importante porque é o seguinte, por que que é importante Presidente? Porque a gente tem que ir buscar esses tais estudiosos que fizeram e tocaram o terror com esses pareceres e que colocaram não só os governos na berlinda, mas provocaram a subida dos preços dos produtos, fomentando esse canibalismo comercial.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, Relator eu peço pra que o governo... possa ser requerido ao governo, qual é o parecer, a teoria... tomara que não seja, tomara que não seja igual o Governador decidiu fechar as academias porque recebeu um vídeo *fake* dizendo que na academia o vírus, através do cabelo da mulher, pode chegar a 40 metros, a 80 quilômetros por hora, um negócio impressionante.

Então, eu acho que isso tem que vir à tona, porque isso também faz parte da gente entender esse processo, como o senhor que é uma pessoa que a gente vê que é sério e que tá numa condição difícil, imagino o seu constrangimento, a sua história...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Imagino o senhor explicar em casa o constrangimento que vem aqui, mas nós não estamos querendo culpar ninguém. Nós só estamos querendo é achar quem determinou, e a sua presença hoje aqui foi muita clara, e eu quero lhe parabenizar pela sua coragem, e torcer pra que o senhor não seja exonerado de lá, porque se for, é porque o governo quer esconder mais coisas ainda.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado, Presidente.

Eu só quero fazer, Deputados, um comentário.

É Coronel Carlos, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Coronel Carlos, eu quero lhe cumprimentar primeiro.

E ouvindo, senhor Presidente, senhor Relator e senhores Deputados, se nós ouvirmos e lembrarmos do depoimento do assessor jurídico da Secretaria da Saúde, da forma que saem os pareceres para que os contratos possam seguir, são muito poucas coisas analisadas, muito poucas, basta ver os pareceres em cima da compra dos 200 respiradores.

O Coronel Carlos coloca que eles obedecem muito ou olham muito o parecer jurídico do assessor jurídico da Secretaria. O senhor também diz, e eu quero aqui repetir aquilo que os Deputados anteriores disseram, o respeito que eu tenho pela Polícia Militar de Santa Catarina. Aliás, a Polícia Militar de Santa Catarina é um exemplo para o País. Mas, neste momento, neste momento, sem fazer julgamento, pelos dados que se tem até hoje, a Polícia Militar de Santa Catarina está ficando manchada, tá ficando manchada.

O senhor disse que obedece a hierarquia e eu tenho esse conhecimento e acho que é certo, agora eu quero lhe dizer uma coisa, com muita humildade, quando a gente tem conhecimento de que as coisas não estão sendo feitas corretamente, mesmo que seja contra os nossos superiores, nós precisamos nos manifestar. Nós precisamos nos manifestar! E aquele ditado de calar, consente, o senhor, que parece ser uma pessoa muito séria, o senhor não pode carregar.

Portanto, os esclarecimentos que o senhor tem possibilidade de oferecer pra esta CPI, eu lhe peço que o senhor ofereça.

Deputado Sargento Lima, era essa a minha interferência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, Coronel Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobalchini, só pra comunicar o senhor, que a câmera do senhor está invertida está na vertical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A minha está aqui na horizontal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Agora sim, está chegando para a gente agora na vertical.

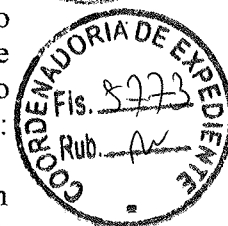
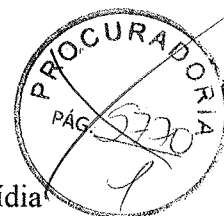
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

Aqui ouvindo, ouvindo com muita atenção, é um negócio de altíssimo, pra não dizer de total risco. Como é que as pessoas perdem totalmente o controle, perdem a condição de pensar? Quando se analisa todos os elementos e se vê que a possibilidade de dar certo é muito pequena. Tendo outras possibilidades como essa, por exemplo, da Intelbras, ou de se aconselhar com a Fiesc, aqui em Santa Catarina que é um Estado de ponta da federação. Tem que se socorrer de uma empresa de fundo de quintal, do interior do Rio de Janeiro, por onde pairam já tantas e tantas dúvidas em relação a tudo que tem acontecido lá nos últimos anos. Santa Catarina é um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Estado que nos orgulha a todos e a gente se constrange quando vê estampado na mídia nacional, nos programas de maior repercussão, dado, eu prefiro dizer, ao amadorismo tão grande, e o senhor é Coronel, chegou no topo da carreira e deve ter alguma coisa que lhe permita falar com o Coronel Helton que, aliás, é Tenente-Coronel. Tem que ter um momento pra alguém ter a tranquilidade de falar ao Governador que está na mesma patente sua: Governador, vamos parar com isso, vamos puxar o freio de arrumação.

O governo divulgou que o Ministério Público e o Tribunal de Contas fariam um acompanhamento de todas as requisições, estariam presencialmente para dar transparência, pra dar tranquilidade, tanto para os servidores, quanto pra sociedade, de que o que estaria sendo feito era estritamente no cumprimento da lei. Isso ocorreu Coronel?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desculpe, por causa do *delay* na comunicação, entendi que a sua pergunta é se outros órgãos se prontificaram a estar conosco é... é... é essa a tônica da sua pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O próprio Governador anunciou que o Ministério Público e o Tribunal de Contas integrariam, estariam presencialmente acompanhando todas as aquisições. Pergunto: isso aconteceu, ou foram consultados esses órgãos?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Teve alguns momentos em que se tentou fazer reuniões. Eu lembro de uma reunião que eu participei do Coes, com a superintendente Márcia, foi feita uma videoconferência com vários órgãos: Ministério Público, ã... CGE e outros órgãos que não me recordo agora, Tribunal de Contas também, vários envolvidos. Se ficou no campo das ideias, efetivamente não se... aquilo não aconteceu. É... os órgãos não vieram, não enviaram pessoas para nos auxiliar. Parecia-me que estava mais confortável ficar do lado de fora, observando o que estava acontecendo.

Não estou aqui emitindo juízo, dizendo que eles são culpados ou não porque o Secretário sabia dessa condição, dessa situação. Eu sei que na reunião que eles participaram conosco é... falaram de nos apoiar, mas efetivamente não veio ninguém pra Secretaria para que estivesse conosco, analisando os nossos processos um a um. Isso não aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se estivesse no tempo lá em que o senhor estava ainda na ativa, responsável pelas licitações, o senhor faria lá o que aconteceu hoje, aqui no Estado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desculpe, por causa da... da transmissão eu não entendi o início da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se o senhor pudesse decidir, voltando a um tempo lá da sua condição de diretor de licitações lá do Corpo de Bombeiros Militar, o senhor faria um negócio como esse?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu prefiro me abster de responder a essa pergunta porque nós estaríamos tratando de um caso hipotético. Eu prefiro falar do concreto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Do concreto, do concreto... o senhor vê que foi um equívoco muito grande, que o erro praticado foi sem precedentes e que isto não pode ocorrer?

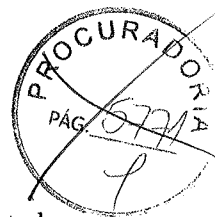
O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Concordo que houve um equívoco e concordo que não deve ocorrer, é... resalto, no entanto, que se talvez os órgãos de controle estivessem mais presentes, talvez isso não tivesse acontecido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tá, o.k., Coronel, obrigado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado Deputado Cobalchini.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem, senhor Presidente.

Senhor Carlos, é bom tê-lo aqui. Todo o Estado catarinense, são sete milhões de pessoas que querem esclarecimento de algo... talvez o maior escândalo que eu me lembro nos meus 30 anos de existência. Ainda jovem sei disso, mas 33 milhões pagos adiantados.

Senhor Carlos, o que me deixa até revoltado, profundamente triste, é que eu visito, por exemplo, a Casa Guido, em Criciúma, e eu vi crianças com câncer e metástase, senhores Deputados, e aí: titio, me empurra aqui, com aquele soro subindo, aquele sorriso, e três dias depois estava morto.

Então, tratam-se de 33 milhões que se esvaíram de forma irresponsável. Como eu sempre digo aqui, ou é um amorismo tremendo ou é corrupção. Isso judia a alma, o espírito, deixa a gente revoltado, e eu vim para esta CPI muito determinado a ter respostas: quem? Quem foi o autor dessa maldade, dessa malignidade com o povo catarinense? [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

E até vou divergir um pouquinho do Deputado Kennedy. O senhor era diretor de Licitação e Contratos da Secretaria da Saúde. Por mais que eu veja sinceridade, é óbvio que o senhor foi usado, desculpe a expressão, mas um Coronel ser laranja de um esquema fraudulento como esse, é triste ver isso, ainda mais tratando-se da briosa Polícia Militar do Estado, tão respeitada, e eu sei o amor, eu vejo na sua fala a sua firmeza, mas, inegavelmente, o senhor fez parte disso. Por mais que o senhor não teve benefício algum, mas o senhor foi usado, o senhor tem responsabilidade, foram 33 milhões que passaram, o senhor era diretor de Licitação. Então é triste.

Eu divirjo do Deputado Kennedy, o senhor tem obrigação, sim, tem responsabilidade de trazer esse assunto... Eu acho que o senhor quer esse esclarecimento, mas acho que toda a população quer e merece isso, um esclarecimento. São 33 milhões que se esvaíram, e até agora a Justiça recuperou 400 mil, 500 mil, e o senhor era diretor, fazia parte.

Então, o objetivo de estarmos aqui conversando é sabermos quem determinou. E pela sua... porque eu vi a sua conversa com os Deputados, esse Adjunto... até onde vai a influência dele, porque pelo que eu estou vendo ele tem influência, ele é um médico e o Coronel é quem determina, como bem falou o Deputado Kennedy, tem uma cadeia hierárquica, e eu convivi com o Moisés, sei como é que ele lidava, ele queria que fôssemos um "carimbódromo" aqui na Assembleia dele também. Mas um dia, mesmo se abstendo da amizade, porque ele disse: oh, tu queimou a ponte. Eu me abster, disse não, espera aí, eu também tenho responsabilidade. E hoje estou aí gastando o que não tenho com advogados, porque fui suspenso do partido, mas disse não. Teve um preço, foi árduo, mas disse não.

Em nenhum momento o senhor olhou para esse absurdo, 33 milhões pagos adiantados para uma empresa *fake*? Se o senhor pesquisasse no Google veria que é uma casa de massagem, um cabaré. O senhor, sendo um Coronel, com todo o *know-how*, a sua história, o senhor não parou um minuto para questionar sobre isso? Não fez um questionamento, uma posição firme de um Coronel?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu já estava na Secretaria há cerca de nove meses. Dezenas e dezenas de processos, inclusive com processos de valores maiores foram comprados, de quarenta e poucos milhões...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Coronel, não vou me ater a sua história. Os 33 milhões, esse fato, na compra dos respiradores, 33 milhões, o senhor não viu nada de estranho? Se o senhor se reserva, o senhor diz que não sabe, não sabe, blinda os seus superiores. Então a gente quer saber, o senhor, em nenhum momento... também não chamou a responsabilidade para si, nesse caso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Deputado, se o senhor não permitir que eu faça um panorama, eu não terei como responder a sua pergunta. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor está criando um enredo, oito meses, aí fica vago, Coronel, por gentileza...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se o senhor não permitir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...a compra dos respiradores.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou me omitir de responder se o senhor não me permitir, pra que o senhor possa entender a minha resposta, então vou me omitir de responder essa pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor está sob juramento, o senhor não pode se omitir. O senhor pode dizer que não sabe, pode dizer: não sei, não tenho conhecimento.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou dizer que não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor não pode se omitir.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou dizer que não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque se nós provarmos que o senhor tem conhecimento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se... se... se o senhor me permitir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e o senhor disser que não tem, a gente pode...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se... se o senhor me permitir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor pode ser responsabilizado por falso testemunho.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Porque... porque a minha resposta, ela precisa ter uma... um... um pano de fundo pra que o senhor possa entendê-la.

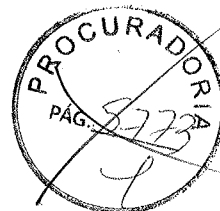
Durante nove meses que eu trabalhei, dezenas e dezenas de processos passaram por nós. Todos eles processos sem problema algum, objetos entregues, equipamentos entregues, EPIs entregues. De repente começa a pandemia, vem um processo desse, menor do que outros que nós já havíamos adquirido. Não tinha suspeição alguma, porque o Secretário ele determinava várias, várias compras, ele assinou vários contratos, várias ordens de fornecimento. Jamais passaria pela minha cabeça que isso poderia ter... ter... ter acontecido esse equívoco. Parti do princípio da boa-fé, por isso ele seguiu avante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, me perdoe, senhor Carlos, mas o senhor tem muita boa-fé, são 33 milhões. Nesse momento acho que tem a maior audiência o Estado catarinense, a gente é pressionado aqui, as perguntas que eu estou lhe fazendo é questionamento da nossa população de um modo geral, empresários, pessoas que estão... a população, o contribuinte catarinense, é dinheiro do contribuinte. E em nenhum momento o senhor, com a sua experiência, não fez um questionamento, não... Simplesmente o senhor assinou, seguiu diretrizes de cima e assinou, não fez nenhuma objeção.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não assinei, apenas despachei para que fosse feita a dispensa de licitação. O processo foi concretizado e foi encaminhado para quem de direito para assinar a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas o senhor... O Deputado Felipe me permite entrar nessa seara pontual que o Deputado Felipe aborda muito bem. O senhor não acha que poderia ter feito, por exemplo, um encaminhamento para frente com ressalva, recomendando a não contratação? Porque senão o senhor pode até passar como conivente com relação ao processo.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Quanto a isso eu não tenho o menor problema. Por quê? Porque nós temos um filtro chamado Assessoria Jurídica. Se quem entende do Direito, é mestre no Direito, devolve o processo pra minha diretoria dizendo que o processo pode seguir avante, eu não sou da área do Direito, eu sou da área da Administração, eu simplesmente peguei e encaminhei o processo para o meu superior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Seu Carlos, o Secretário Adjunto, o atual Secretário de Saúde, o senhor André, estava ciente desses processos e com a repercussão desse pagamento antecipado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não posso afirmar com certeza, posso dizer que possivelmente sim, porque ele estava junto com o Secretário lá no Coes, na Defesa Civil, e acredito que todas as decisões, tanto do Secretário Helton, eram compartilhadas não só com os superintendentes, mas possivelmente também com o Secretário. Mas eu não, não posso afirmar isso porque eu não estava lá, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor chegou a assinar algum pedido de parecer sobre esse processo de contratação?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O que eu posso lhe responder é o seguinte: o trâmite, quando um processo adentra a minha diretoria, nós, em todos os processos, é o momento onde o processo vai à assessoria jurídica. O assessor se manifesta, não havendo restrição da parte do assessor, o processo segue avante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha ciência que a proposta da Veigamed era de 50% de entrada e não do pagamento integral?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não me recordo desse detalhe. Não me recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou até seguir aqui uma fala que esses dias o Deputado Ivan Naatz falou: o senhor deve rever, o senhor é desmemorizado demais, em parte não se lembra, não sabe...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Essa foi a única pergunta que eu disse que não me lembro, a única, de várias que eu já respondi a vários Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só para dizer aqui, a gente foi falar muito sobre a caserna e tal, o pessoal da Polícia Militar pede para deixar bem claro que o Governador e o nosso convidado como testemunha aqui são dos bombeiros militares.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Corpo de Bombeiros Militar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Corpo de Bombeiros e não da Polícia Militar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, para finalizar, eu também tenho um histórico militar, graças a Deus.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

(Falas paralelas. Risos.)

Senhor, eu não me orgulho disso, mas derramei sangue e tive o meu sangue derramado no cumprimento da minha missão lá dentro. Quando eu coloquei o meu pé dentro desta Casa, eu tive que me dar conta rapidamente de que a minha função mudou.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aquilo, por mais que tenha marcado a minha vida, me causado muito orgulho, não era mais o meu ofício.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu tenho certeza absoluta que uma dessas pessoas que, futuramente, estejam envolvidas em todo esse processo, jamais passou por um quartel, nem na rua dele, não botou o pé lá dentro. O verdadeiro responsável por esse imbróglia mesmo jamais passou sequer na rua de um quartel e jamais mereceria honrar o brim azul ou o brim caqui. Essa é uma certeza absoluta que eu tenho.

Só para a gente desmistificar essa história de que um militar segue ordens, somente e nada mais faz. Ele faz, sim, ele toma decisões em questão de dois ou três segundos, que mais tarde o Juiz vai ter que levar seis meses para decidir se aquilo que ele decidiu foi certo ou não.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós temos essa liberdade para decidir sobre isso.

A minha pergunta não é sobre valores, ou técnicas, ou, enfim... Na avaliação do senhor, quando o senhor tomou conhecimento da troca de equipamentos – os equipamentos acordados eram uns, os equipamentos que foram propostos para ser entregues eram outros, unidades fixas foram trocadas por unidades de terapia intensiva móveis, que ainda podem ser utilizadas, mas não são as adequadas ou as recomendadas para a atividade fixa. Ou seja, lá dentro do quarto do hospital você chega lá, do lado do leito hospitalar, você colocar a unidade respiradora artificial e você colocar lá dentro.

Por que digo isso? Porque a capacidade, inclusive de carregar, a voltagem e tudo isso que envolve, transformadores, enfim, tudo isso que envolve para você colocar ela dentro de uma unidade de terapia móvel é diferente da fixa. E aquele cidadão que está ali acometido por uma síndrome respiratória aguda, ele também pode ser vitimado pela qualidade do equipamento.

Quando se compra esse tipo de material – isso a gente está vendo em todo o Brasil – vou comprar agora um respirador, são duas preocupações que o sujeito tem na hora de avaliar: a compra do material e o treinamento das pessoas que vão utilizar. Não adianta simplesmente ir lá na China ou na Noruega e jogar aquele material. Aí, sim, eu entro no campo da caserna, porque a gente sabe muito bem, cada vez que a gente comprava um equipamento, chegava um “Lucas” lá dentro do batalhão e falava assim: como é que a gente utiliza esse negócio aqui? Tem que ter alguém que fez o curso na empresa para treinar e ensinar as pessoas a operarem com ele.

Também não foi citado isso.... Essa parte de treinamento, que para mim seria essencial e técnica, não está aqui. Levando em consideração ainda que o André é médico de terapia





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



intensiva, é a especialidade dele, se não me falha a memória, que na época era o Subsecretário, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Secretário Adjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Secretário Adjunto, adjunto ao Secretário.

Valores e a função do equipamento foram alterados. Não é o causar estranheza... Quando se... O senhor chegou a comentar ou a abordar esse assunto da troca, principalmente da função, da qualidade do tipo de equipamento, da alteração dele com o Helton ou com o Adriano? A gente tem que parar com essa dificuldade de citar nomes, falar o Secretário, para ficar algo subjetivo parado no a... Com o Helton, com o Adriano ou com a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Adriano eu não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Adriano não, é o?...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sei do Helton, Secretário Helton e a superintendente Márcia, era com quem eu tratava. Especialmente com a Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando um dos dois comentou sobre isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O que aconteceu é o seguinte: é... nós fizemos notificação à empresa, está nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – A empresa fala a respeito da troca de equipamentos, que tinha problema em conseguir os equipamentos e tal. O Coes estava ciente disso. Como eles... foram eles que iniciaram todo o processo, eu não sei como eles lidaram com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a informação que o senhor repassou: olha, esse não é o equipamento que está descrito na...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, estava lá no processo, estava lá no processo. Tanto é que mais tarde, não faz tanto tempo assim, a CGE, agora, poucos dias atrás, ela foi emitir um relatório que chegou às minhas mãos, e ela pediu pra que... determinou pra que nós fizéssemos uma terceira notificação à empresa, pedindo pra que ela revisasse os seus preços para baixo, em virtude da troca de equipamento, e pediu... E... eu fiz essa, essa notificação à empresa. A empresa faz várias alegações quanto a não poder fazer reequilíbrio e tal. Essa informação eu passei diretamente para a CGE. É um do... uma, uma das pessoas que serão ouvidas hoje é o Controlador-Geral, e até eu confirmei com ele antes de entrarmos aqui se ele recebeu a minha comunicação.

E a empresa, então... e eu questionei, nessa notificação eu questionei a empresa sobre os equipamentos, perguntei pra eles sobre por que que eles mudaram. Eu disse assim: qual é a diferença, por que vocês não... se tão mudando de equipamento, porque que vão... a questão do, dos valores. E a empresa alegou que, em vez de entregar o equipamento original, iria entregar um Shangrila com alguma especificação, não sei os números técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, sim.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – ...depois de Shangrila alguma coisa. E ela diz que esses, inclusive, seriam equipamentos melhores e tal. Simplesmente peguei essa comunicação, encaminhei pra frente, o processo foi tramitado para o atual superintendente e à Controladoria Geral, que estão cientes.

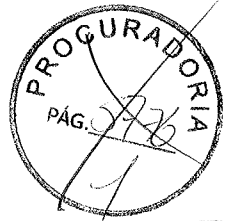
Então, aí é uma questão de, agora, de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – De gestão desse que seria o Coes?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Coes que era formado pela Márcia, pelo Helton e pelo Sub, pelo Adjunto?...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não, não, a Márcia era uma das integrantes. Os... os superintendentes todos estão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Na época o atual Secretário e o Adjunto, ele era Adjunto ao Helton?...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que é Adriano o nome dele, não é?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não, é André.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – André?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – André Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – André Motta. Eu anotei errado aqui, mil perdões. André.

O senhor falou que numa determinada reunião ele também entrou esbaforido pela porta, cobrando atitudes de forma deselegante, como se estivesse entrando dentro da própria casa dele, enfim, e tratando as pessoas ali sem o devido respeito. Esse tipo de atitude denota alguém que tem pressa, ele quer que a coisa funcione rapidamente. Ele falou assim: olha, faça isso, chame o fulano aqui e resolva tal problema aqui o quanto antes possível.

Eu também acredito que ele não salte do travesseiro da casa dele e saia tendo esses arroubos, ele precisa receber uma determinação de alguém: olha, meu Adjunto, resolva isso. E quem estaria na cadeia de comando, não hierárquica, mas de comando ali seria o Secretário da Saúde, na época o Helton Zeferino, que, por sua vez, recebe diretamente, como seu chefe logo à sua frente na cadeia hierárquica de comando e de comandamento, o próprio Governador. Não existem mais paredes entre eles, uma subdivisão ali dentro, seria o Governador, o Secretário e depois o Adjunto ao Secretário.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ou o Governador não sabia de absolutamente nada, nem do processo, nem... foi guardado em segredo para ele a compra do respirador, o Helton e o André confabularam isso sozinhos e resolveram essa compra sozinhos, ou ele teria conhecimento disso.

Para concluir. Tirando esses dois nomes, o senhor acredita que, na construção dessa compra, qual foi o papel... Qual foi o papel da Márcia nessa compra? Tendo em vista que nós já sabemos que ali tem uma cadeia de comando, enfim, tudo isso. Por isso que eu gosto de parcelar a minha pergunta mesmo para que fique claro. O papel dos outros três nós já sabemos; o papel da Márcia, qual foi o papel dela nessa compra?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não tratava com o Secretário. A Márcia era uma... uma mediadora entre o Secretário e os seus diretores, um dos quais eu. E ela simplesmente dizia para nós... que nós tocássemos o processo e tal. Ela foi quem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com celeridade, com rapidez.

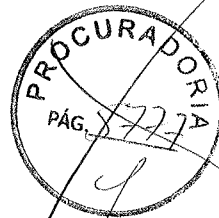
O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, exatamente, com celeridade, com rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu escutei diligentemente a opinião de todos os Deputados aqui, e só para a gente poder concluir o assunto, não vai se achar nunca quem falou que nós estaríamos vivendo hoje o apocalipse



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



zumbi. A cada quinze dias eles esticam a curva para de novo justificar mais uma compra, mais uma mortandade, enfim. Aí nós temos o Estado de São Paulo, em que está todo mundo morrendo, mas no Estado de Minas ninguém está morrendo, Santa Catarina também não, nós temos que afunilar algumas coisas ali, né?

Há dois meses nós éramos chamados de gado, olha lá o gado, o gado vai matar Santa Catarina, porque o gado está falando que essa curva não existe. O gado também apóia... que acabou de ser liberada agora a utilização de hidroxicloroquina. Os insanos, né, o pessoal da arminha? A gente carregou essa culpa, esse estigma macabro nas costas dois meses, apanhei dois meses nas redes sociais. Tomara que morra alguém da tua família, eu escutei isso, e porque a gente falou: essa curva não existe, não existe achatamento de um vírus, senão a gente achatava a AIDS. Simples assim.

Coronel, quero agradecer a presença do senhor aqui e dizer que foi de bastante valia também. Todos os Deputados concordam com isso, que houve revelações muito úteis para serem utilizadas nesta Comissão. Agora estendo a palavra ao senhor para fazer as suas breves considerações. O senhor pode ficar à vontade e, posteriormente, a gente encerra a nossa sessão de perguntas ao senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Lima, só ficou uma situação para trás. Nós temos nesse processo aqui diversos desentranhamentos de documentos. Várias vezes foram processos desentranhados, no começo, no meio e no fim. Virá uma testemunha aqui e, no processo, tem um parecer dele, ele disse que deu o parecer, mas o parecer não está no processo.

Como é que funciona essa questão de desentranhar documentos de dentro do processo licitatório?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Os processos eles... tramitam dentro de um sistema chamado SGPE, Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, isso é o significado da sigla. Qualquer pessoa que tenha acesso ao processo, que esteja de posse do processo, essa pessoa pode desentranhar alguma peça. Isso aconteceu em setor que não o meu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem. Tem como resgatar essas peças, quais as peças que estavam lá?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não existe um arquivo de segurança?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não sei dizer se é possível, acredito que sim, mas teria que se consultar a Secretaria de Estado da Administração, que contratou uma empresa pra que gerencie esse SGPE. Então poderia se ver se é... se existe o *backup* dessas peças. Eu acredito que sim, mas eu não posso confirmar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual era o departamento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se veria na Secretaria de Estado da Administração. A Secretaria da Administração, eles podem dar essa informação com precisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está o.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, está a sua disposição, para fazer as suas considerações finais.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O.k.

Senhores, agradeço, não, não tenho mais nada a apresentar.

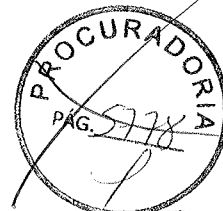
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deus que o acompanhe.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



(O senhor Carlos Charlie Campos Maia deixa o recinto.)

Peço à assessoria que chame a próxima pessoa a ser ouvida. *(Pausa.)*

(O senhor Relator, Deputado Ivan Naatz, ausenta-se do recinto.)

(O senhor Luiz Felipe Ferreira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Na saída do Presidente da CPI, Deputado Sargento Lima, que vai atender à imprensa rapidamente, ele pediu para que eu pudesse fazer a inicial do próximo depoente.

(O senhor Luiz Felipe Ferreira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

O senhor sabe por que foi convidado a fazer parte hoje desta reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos, o que lhe for perguntado, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Lembrando que o senhor está na condição de testemunha, compromissada, ainda detém o direito de permanecer em silêncio caso os fatos revelados possam incriminá-lo, mas o senhor deve expressar tal direito quando não entender, até para que a gente possa entender que o silêncio pode ser chamado ou considerado uma omissão. Então, portanto, se o senhor não quiser responder, o senhor diga que não quer responder para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro.

Eu peço que o senhor fale o seu nome completo, a idade, a sua profissão, o lugar em que exerce a sua atividade, o local de nascimento e o seu endereço – o mais próximo possível do microfone, porque nós temos alguns Deputados que estão de forma remota.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É... Luiz Felipe Ferreira, 52 anos, sou professor universitário, atualmente eu ocupo o cargo de Controlador-Geral do Estado. É... resido na Servidão Fernando José de Andrade, 392, Sambaqui.

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – O senhor está com advogado aqui ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Não.

Então passo a palavra agora ao Relator, Deputado Ivan Naatz. Antes, porém, devolvo a presidência ao Presidente da CPI, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado pela gentileza, Deputado Kennedy.

Passo a palavra ao Deputado João Amin. Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, se o Relator chegar eu me proponho a interromper os meus questionamentos e passo a palavra para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência está com a palavra, Deputado.

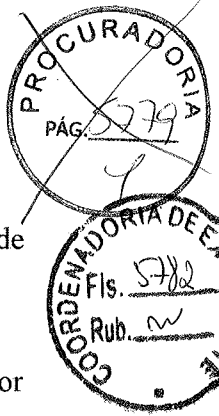
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

Senhor Controlador-Geral, como o senhor conheceu o Governador e quem indicou o senhor para ser Controlador-Geral do Estado?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A... Foi a partir da transição, do governo de transição, eu fui coordenador da equipe de transição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem seria?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu fui coordenador da equipe de transição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, eu não perguntei se o senhor foi o...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – E lá atrás...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não foi isso o que eu perguntei para o senhor. Eu perguntei como o senhor conheceu o Governador e quem indicou o senhor para ser Controlador-Geral do Estado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu fui convidado pra participar da equipe de transição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Por quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...foi nesse momento que eu conheci o senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Por quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O Coronel Márcio Ferreira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem, por favor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O Coronel Márcio Ferreira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então ele que o indicou, pelo menos para a transição?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Feito, agora o senhor respondeu. Obrigado.

O senhor tem conhecimento de que na Controladoria...

(O senhor Relator retorna ao recinto e faz sinal para que o Deputado João Amin continue.)

...na Controladoria-Geral da União o ocupante do cargo de controlador é um auditor de carreira, né, como ocorre também em diversos outros Estados da nossa Federação. Já em Santa Catarina o cargo é ocupado pelo senhor, um professor universitário de Contabilidade com doutorado em Engenharia Ambiental. Como o próprio governo se diz técnico, o Sindicato de Auditores do Estado pede, publicamente, a sua substituição, porque o senhor, segundo o Sindicato, é fruto de uma indicação política e os assuntos tratados na CGE necessitam de imparcialidade e independência.

O senhor considera que possui capacidade e independência/imparcialidade para exercer o cargo de Controlador-Geral?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É... com todo o respeito, Deputado, eu fui convi... convocado pra responder a respeito das contratações da Veigamed. Então eu vou me ater à convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então o senhor se nega a responder essa pergunta? Tem esse direito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu vou me ater... eu vou me ater à convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, por gentileza, só um minuto.

Ele [Deputado João Amin] está construindo a pergunta dele e eu gostaria que o senhor *(dirige-se ao depoente)* colaborasse de forma mais efetiva.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem até, se o Deputado Kennedy e o próprio Deputado Sargento Lima me permitem fazer uma observação, não foi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



feito o Aviso de Miranda ao senhor Luiz Felipe. Então que se faça o Aviso de Miranda agora, que ele tem o direito de permanecer calado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está compromissado aqui com a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A dizer a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se compromete a dizer a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sob pena de concorrer sob falso testemunho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Então ele foi... o Deputado Kennedy assim o fez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito. Então eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só pra continuar aqui... Quem vai fazer a pergunta precisa fundamentar a sua pergunta.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senão a gente fazia perguntas objetivas e mandava via WhatsApp ou e-mail.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá, concordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor então se nega a responder essa pergunta? É isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A... Eu tô dizendo que eu fui convocado pra atender...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, só para constar em ata, é importante o senhor falar dessa maneira.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu estou atendendo ao que eu fui convocado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa pergunta eu não vejo correlação com a minha convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor então se nega a responder essa pergunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu estou dizendo que eu estou respondendo ao questionamento que eu fui convocado. Essa questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, mas a pauta aqui vai ser muito mais abrangente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa questão ela não guarda correlação com a... convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, essa é a sua opinião, que não tem correlação. É óbvio que tem correlação.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então, você possa... fazer a pergunta então.

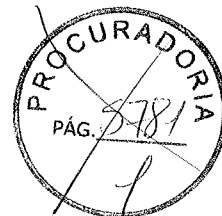
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, eu acabei de fazer. Quer que eu repita a pergunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Pode ser.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, então vamos lá, até peço desculpa aos senhores Deputados e ao público que nos assiste.

O senhor tem conhecimento que na Controladoria-Geral da União o ocupante do cargo de Controlador é um auditor de carreira, como ocorre também em diversos outros Estados da Federação. Já em Santa Catarina o cargo é ocupado pelo senhor, professor universitário de Contabilidade com doutorado em Engenharia Ambiental. Como o próprio governo se diz técnico, o Sindicato dos Auditores do Estado pede, publicamente, a sua substituição porque o senhor é fruto de uma indicação política, e os assuntos tratados na CGE necessitam de uma imparcialidade e independência.

O senhor considera que possui capacidade, imparcialidade e independência para exercer o cargo de Controlador-Geral do Estado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Todos os resultados apresentados até agora da CGE comprovam esse fato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Todos.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como é que é?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Todos os resultados apresentados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Peço que conste em ata isso, por favor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...pela CGE comprovam essa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas onde estava a CGE nos respiradores, no hospital de campanha, na compra de máscaras?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ai... aí no momento em que for perguntado, eu vou responder como é que funciona o sistema de controle interno dentro do Estado para saber qual é a posição da CGE dentro desse sistema de controle interno.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então o senhor pode se considerar perguntado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então é, é, é essa é a questão. Então... voltando à sua pergunta, grande parte dos auditores tem como formação a Contabilidade. Eu sou bacharel em Contabilidade, especialista em Auditoria, mestre em Administração. Se for olhar o meu currículo, eu tenho diversas atuações na área de auditoria. Certo?

O que compõe a estrutura da CGE? São três grandes macrofunções: auditoria interna, que ela é composta por um grupo de auditores, os auditores da Diag, então a auditoria interna ela trabalha no PAA, no Plano Anual de Auditoria, o.k.? Então... essa área é, é dirigida por um auditor, como também a Subcontroladoria é um auditor de carreira. O.k.?

Então toda a área de auditoria ela tem realmente a fundamentação relacionada à formação auditoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – E eu, de fato, sou da área de Contabilidade e de auditoria.

Uma das prerrogativas pra você fazer auditoria, uma das, né, principalmente auditoria contábil, é você for... ser bacharel em Contabilidade. O.k.?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O.k.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Como é que tá estruturado o Estado em termos de controle interno?

Nós temos três linhas de defesa, três linhas de defesa. Então você imagina três linhas de defesa. A primeira linha é a gerência, é o diretor, é o Secretário, essa estrutura, tá? A segunda linha de defesa vem toda a estrutura de suporte à primeira linha, então você tem a parte de licitação, o jurídico, você tem a contabilidade, você tem o financeiro, você tem toda a estrutura de apoio ao gabinete. Essa é a segunda linha.

Tanto a primeira linha como a segunda linha têm que se ater aos atos normativos, à conformidade legal, o.k.? Então o sistema, dentro das Secretarias, funciona de acordo com a primeira e a segunda linha. A questão de gestão é atribuição do Secretário, o.k.?

A terceira linha é a CGE, e ela trabalha de que forma? Ela trabalha de acordo com o PAA e com as trilhas de auditoria. Então eu tenho que ter um indicativo para, efetivamente, estar lá. Se eu não tenho um indicativo, eu não tenho como estar lá. Eu não tenho como a CGE, você... rastrear 26 bilhões por ano 100%. Não é isso?

Um exemplo bem fácil de se fazer. Quantos veículos passam acima da velocidade na SC-401? Diversos. Em que momento alguém, de fato, é identificado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou sugerir ao senhor parar de falar, porque senão eu vou pedir para o senhor sair do governo!

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Quando o senhor tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor não consegue pegar as coisas que estão roubando lá – desculpa, Deputado João Amin...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se o senhor não parar de falar, nós vamos pedir para extinguir a sua Secretaria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas... nós identificamos a questão do... do roubo, nós identificamos.

A questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – (*Ininteligível.*) identificaram o quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...a questão do... da... da ilicitude, se verificou isso em 18 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Identificou-se o quê, senhor, por favor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Só para... é que tá sendo feita a ata.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso. A ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor falou uma outra palavra anteriormente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu gostaria que o senhor repetisse a palavra que o senhor acabou de falar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O... a ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não. Quem falou roubo foi o nobre...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor acabou de falar roubo. A ata conseguiu pegar? (*Dirige-se à taquigrafia.*)

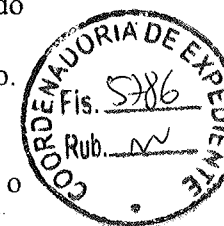
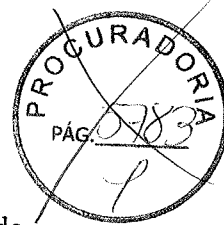
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Foi o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, então o vídeo também vai.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...o nobre Deputado que disse, o nobre Deputado que falou que eu não consegui pegar um roubo. Foi isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, mas o senhor repetiu o roubo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Repetiu

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, eu disse ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu não me lembro do Ivan, mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ilicitude. Ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor falou a palavra roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu estou reprisando, é ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só vai se comprovar roubo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado, sem prejuízo...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só vai se comprovar roubo pela materialidade dos fatos. Então no dia 18, no dia 18 de abril o processo chegou na CGE e foi feita a verificação do processo. Dia 18 de abril, o.k.? No dia 24 nós fizemos uma reunião com o Secretário da Saúde apresentando pra ele quais eram os problemas do processo. O.k.? No dia 24. Nesse dia 24, foi antes de qualquer manifestação de imprensa, qualquer outra questão.

Ali nós teríamos duas questões significativas: primeiro, apuração de uma sindicância, porque até aquele momento o que se tinha era um descumprimento de contrato, nada mais além disso, e descumprimento de regras legais, tá? E uma apuração preliminar, aliás, uma apuração preliminar, né, com base na Lei Anticorrupção. Então isso foi lá no dia 24. Então... foi *a posteriori* do pagamento? Foi. Então o que que você tem? Você tem um sistema de controle, que é pra funcionar dentro da Secretaria, você tem os controles intra... instalados, e você tem uma questão de conduta. Então a... ilegalidade ou a possível ilegalidade da operação não é por falta de controle, não é por falta de governança, nem por falta de gestão. É por falta de? Conduta, conduta dos indivíduos. Por quê? Se eu tenho uma lei que determina que eu tenho que botar três carimbos, por que eu coloquei um carimbo só? Não é isso? E você tem diversas etapas dentro da estrutura da Secretaria que deixaram de cumprir os controles. Se você deixa de cumprir o controle, você passa a correr risco, e o risco é isso que nós estamos vendo.

Então, os controles eles são existentes, estão lá, né? Por alguma razão, e por isso que tem uma investigação preliminar na CGE, tem uma investigação na Deic e Ministério Público, por alguma razão se deixou de observar os controles. A questão é essa, mas os controles estão lá, estão postos, o.k.? E quando a CGE foi demandada de verificar esse contrato, prontamente ela atendeu aos requisitos e tomou as iniciativas necessárias para a reparação do dano. Isso tá tudo documentado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O que essa investigação da CGE... O senhor poderia acrescentar aqui para nós, já que pode ser um fato novo, essa investigação da CGE já apontou o quê?

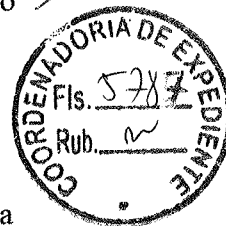
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa investigação da CGE ela é... é sigilosa, tá, no âmbito da CGE e na Diretoria de Correição. Então são os auditores que estão apurando a questão em si. Tem um trabalho conjunto com a Deic e... há o... tem que se aguardar os resultados, os resultados finais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor relatou em depoimento que o ex-Chefe da Casa Civil, o senhor Douglas Borba, o coagiu para a compra de EPI, de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



quase R\$ 70 milhões – isso é grave. O que o Governador recomendou ao senhor quando o senhor relatou esse fato grave?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas eu não relatei esse fato ao Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque quando aconteceu a questão no dia... na Quinta-Feira Santa, acho que era 9 de abril, mas... Quinta-Feira Santa, era um fato isolado. Na realidade você tinha um... um... processo mal fundamentado, mal estruturado, com vícios de origem, não é isso, pra compras do EPI.

Então naquele momento aquele processo ele não representava nada. Como o processo, na realidade, possuía vícios, a justificativa foi o arquivamento do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim, mas o senhor não considerou importante para avisar o Governador? O fato não era isolado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, porque... se o... se o processo ele não tinha materialidade, ele não tinha possibilidade de aquisição, por que eu iria avisar o Governador de um fato que o processo já foi arquivado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas foi arquivado porque houve uma denúncia! Foi arquivado não porque foi uma decisão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Foi uma decisão judicial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi uma decisão...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, não. Do EPI, ele tá perguntando do EPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, estou falando.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, do EPI, não. Não, EPI não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, isso começou a circular nas ruas, começou com as medidas emergenciais.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, não, do EPI, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Estava carregado o caminhão.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para trazer o equipamento.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, do EPI... do EPI... do EPI e o processo, daí teria que ver o número, do EPI foi um processo que nem estartou, ele não foi nem assinado, é um processo que não teve nem a admissibilidade. Então não tem como ter adquirido nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E hoje (*ininteligível*).

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Da... da parte que eu fiz a análise, era isso que constava no processo, ele não possuía admissibilidade pra ter sequência. Essa é a questão.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, a compra dos respiradores fantasmas por R\$ 33 milhões foi feita sem que o senhor ou que a CGE tivessem conhecimento.

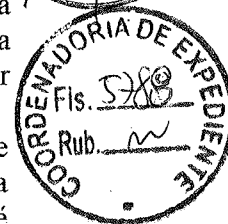
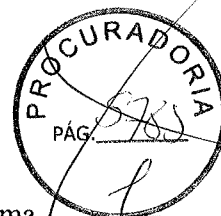
No site da CGE está noticiado que no dia 31 de março a CGE se reuniu no Centro de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria da Defesa Civil, SDC, com a Secretaria de Estado da Saúde para construir mais detalhadamente o trabalho de assessoramento e consultoria.

Poucos dias depois foi feito o pagamento à Veigamed pelos respiradores fantasmas. A pergunta é: o que o senhor foi fazer naquela reunião?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Na realidade nós fomos apresentar uma orientação técnica produzida pela CGE – isso eu trouxe pra disponibilizar aos senhores –, a Orientação Técnica 02/2020, que trata dos requisitos contra a Covid e o que que teria que ser observado por parte das Secretarias.

Então foi a proposta de trabalho que nós fomos apresentar lá na questão em si. O que que consiste, na realidade, essa orientação técnica? É uma base legal e depois eu tenho o guia de procedimentos. O guia de procedimentos é um *checklist*, praticamente ele compo... é composto por 26 questões, e depois ele te traz um parecer final com relação à aquisição.

Então nós estávamos estruturando uma política de trabalho pra atender as demandas da Secretaria da Saúde. Foi isso que foi feito na reunião.

Qual era o procedimento? A Secretaria da Saúde identificava quais eram as demandas necessárias pra que fossem analisadas pela CGE, ela mandava a demanda por *e-mail*, nós reconhecíamos e avaliávamos o processo, e devolvíamos a resposta por uma... um guia desse preenchido.

(O depoente mostra documento.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, Presidente, eu me dou por satisfeito por enquanto.

Passo a palavra de volta ao senhor e, daqui a pouco, a atuação da CGE vai ser culpa mesmo é dos Deputados, que aprovaram por unanimidade a reforma administrativa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o Deputado Milton Hobus me permitir, já que quero seguir a linha muito bem elaborada pelo Deputado João Amin, eu vejo aqui que os compromissos da Corregedoria são comprometimento, imparcialidade e impessoalidade. São os valores da Controladoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor se considera, sendo um cargo comissionado, indicado do Governador do Estado, capaz de cumprir esses valores de comprometimento, imparcialidade e impessoalidade.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É o que eu tenho exercido até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dentro desse um ano e meio em que foi criada a Controladoria, qual foi o caso de corrupção que vocês encontraram? O senhor poderia citar para a gente um grande trabalho da Corregedoria? Olha, assim: nós fizemos tal coisa, nós mostramos lá, pegamos aquele rolo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Se me permite, então vamos ali. *(O depoente folheia alguns documentos.)*

Ah... dentro da parte da Corregedoria, hoje tem R\$ 170 milhões em verificações de ilícitos, tá, das diversas áreas, entre elas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas do passado ou de agora?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, passado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Passado. Quero saber de agora.

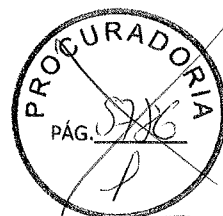
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Contando aqui... contando aqui 170 milhões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quero saber desse governo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Os 33, os 33, os 33 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber desse governo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Desse governo nós avaliamos 44 editais da Secretaria da Educação, isso num total de 54 milhões, e foram suspensos e/ou revogados o montante de 48,500 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Significa... porque não tavam completos, não atendiam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não estava irregular?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Existiu algum vício de origem.

Então, no momento que o edital ele é lançado, que cai na nossa trilha de auditoria, tem alguma... algum descumprimento? Vamos supor que nós estamos falando de obra. Obra eu preciso do projeto básico de engenharia. Só tem um croqui, não tem um projeto básico de engenharia, esse processo ele não pode ser lançado. Automaticamente a CGE faz uma recomendação, recomendação, aí a critério do gestor, porque ele tem um critério discricionário, ele é o gestor, a parte de gestão não é questão relacionada à CGE, ele atende ou não.

No caso da SES, aliás, da SED, nós tivemos aí, de fato... é o atendimento de 100% das considerações. O.k.? Aí vamos, então, no caso do hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu vou perguntar para o senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá. Diga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quero saber... O senhor disse que dentro deste ano e meio que o senhor é Controlador, que tem essa Controladoria, o senhor disse que encontrou contratos de 54 milhões que foram suspensos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, nós tivemos... nós avaliamos 54 milhões em editais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Desses editais, foram suspensos ou revogados os editais num valor de 48,5 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então praticamente tudo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Praticamente todo ele tem um vício de origem. Tem um problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gostaria que consignasse em ata bem claramente o que disse aqui o Controlador. No total de?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – 54.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 54 milhões, 48 milhões têm...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tinha algum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem algum vício de origem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...vício de origem.

O que que representa isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, agora eu vou continuar a pergunta.

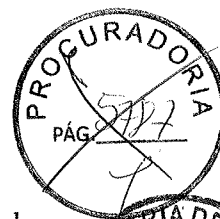
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O processo volta pra fase inicial, refaz o processo e daí ele é publicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou fazer uma outra pergunta para o senhor. Saiu o hospital de campanha, que é o primeiro de tudo. Nós ouvimos aqui



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



algumas pessoas para compreender como é que foi o procedimento lá no hospital de campanha, para fazer uma introdução aqui do processo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aquele processo não está em investigação, a gente não estuda aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas a gente precisa compreender.

Saiu o problema do hospital de campanha, eu quero dizer para o senhor, saiu o hospital de campanha. Saiu a notícia de que tinha um direcionamento para uma empresa, que tinha desclassificado a segunda empresa, contrataram a... desqualificaram a empresa que tinha apresentado o menor valor, a empresa entrou na Justiça, o Tribunal de Contas deu parecer, o cara ganhou na Justiça... O Secretário Helton foi convocado para vir aqui na Assembleia, teve que voltar, voltou no outro dia. Depois a gente trouxe também o Secretário da Defesa Civil.

O senhor acompanhou todo esse processo do hospital de campanha? Não estou dizendo o processo ali, estou dizendo toda essa celeuma que se deu no hospital de campanha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Acompanhou.

Então lá acendeu para o senhor alguma luz de que o governo estava cometendo equívocos?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Acendeu a luz... Houve... ocorreu uma reunião, se não me falha a memória numa segunda-feira ou terça, pra apresentar qual era a proposta do hospital de campanha, e aí representado por diversas entidades, né, Ministério Público, Tribunal de Contas, a CGE, estava a... a... Secretaria de Defesa Civil. E se tinha a intenção de construir o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu compreendo isso aí.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, mas eu vou chegar na... construir o edital, certo? Na quarta-feira é publicado o edital. Quando o edital foi publicado, que nós tomamos conhecimento do fa... da materialidade, foi feito a revisão do edital. Na quinta-feira pela manhã nós repassamos, né, ao Secretário é... João a questão das inconsistências, não é isso?

Então você tinha ali é... problemas de instrução do processo e problemas de execução do processo. Então a própria execução ela tava comprometida, porque você tinha ali a possibilidade de um jogo de planilhas. Porque você faz uma análise global e se no meio você põe algum valor zerado, o que está se considerando é a análise global. Quando você vai executar, você vai executar aquele serviço. Quanto é que eu vou pagar? Como é que vou mensurar isso? O.k.? Então nós fizemos a manifestação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Compreendi. Então no hospital de campanha...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Fizemos a manifestação, tá certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O hospital de campanha acendeu alguma luz do governo? Opa, pode ter rolo aí.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, acendeu, acendeu uma informação que a CGE apresentou ao Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque a relação da CGE é com o Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, tudo bem.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...a relação da CGE, em função da independência, não é todo... o... o... a questão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então como que o senhor soube? Alguém avisou a Corregedoria? Alguém mandou um e-mail?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ele publicou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor interveio de ofício?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, ele publicou o edital. No momento que ele publicou o edital, nós fomos avaliar o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então, da mesma forma que foi feito na Secretaria da Educação. Avaliação de edital. O que que ele teria que fazer ali?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, mas eu vou perguntar para o senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Suspender o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou perguntar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Diga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Daí muito bem, publicou o edital do hospital de campanha, o senhor viu e sugeriu correções.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Por que a Corregedoria...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A Controladoria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a Controladoria não sugeriu correções na compra dos respiradores, que tinha pagamento antecipado, que tinham propostas que não tinham assinatura, que não tinham endereço, que não tinham CNPJ, que não sei o quê, aquela coisa toda, que todo mundo e o senhor já sabem melhor do que nós.

Por que o senhor não interveio naquele?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Aquele nós avaliamos só 18/04.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê? Eu quero saber por quê? Porque aquele o senhor falou que foi automático.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque não foi demandado, não foi demandado. O do hospital de campanha eu participei de uma reunião do dia anterior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Nós tínhamos o compromisso de acompanhar e avaliar o edital. Esse foi o compromisso, esse foi o pedido da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles mudaram o edital depois que o senhor falou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mantiveram o edital?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mantiveram o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mesmo que estava com a sua recomendação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mesmo com as minhas recomendações, mesmo com as recomendações do TCE, o edital foi mantido. Por essa razão que o contrato foi cancelado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que fez uma reunião, pro Deputado João Amin, que muito bem encontrou lá no *site*, a data de uma reunião para tratar da Covid, para preparar a 02? Em 31/3, certo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em 31/3 o senhor fez essa reunião para tratar dos procedimentos da Covid e provavelmente para instruir, preparar a 02/2020. É para isso essa reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, essa reunião foi pra apresentar o guia de orientação e a orientação técnica da CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse? (*Mostra documento.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse guia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse guia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse guia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Apresentar. O senhor foi lá, no mural e apresentou ele?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, fui... fui fazer a sugestão de... discussão e apresentação do trabalho que ia ser feito pela CGE. Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor foi apresentar esse trabalho para eles?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem estava nessa reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ah, até agora eu... não sei te precisar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário de Saúde estava lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, era equipe de trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E que equipe de trabalho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A equipe de trabalho da... agora eu não sei te precisar qual é a equipe de trabalho que estava lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas a equipe de trabalho da Secretaria da Saúde estava lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não sei lhe precisar qual era a equipe que tava lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem uma ata dessa?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, teria que ver... que rever a minha agenda e... quais eram as pessoas que participaram. São tantas reuniões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas tinha gente da Saúde?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tinha... são tantas reuniões que você agora não consegue, dentro do espaço de tempo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é importante, eu queria que o senhor tentasse fazer esse exercício.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Concorde, concorde, concorde, concorde, são tantas...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós precisamos saber se essas pessoas estiveram lá. Oh, pessoal, olha aqui, tá vendo, não pode... tem instrução normativa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, o guia... esse guia... esse guia ele foi passado por meio de ofício circular pra todas as Secretarias, entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No dia 31?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, daí eu teria que resgatar qual foi a data. Então... tinha duas formas de trabalho: ou a Secretaria assumia e acompanhava o processo por meio do guia, ela mesmo faz o *checklist*, tá, ou ela poderia demandar para a CGE fazer essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse trabalho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já entendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O que nós teríamos? A CGE ela precisava de dois dias pra analisar o procedimento. Muitas das vezes a Secretaria dizia que não demandava desse tempo específico. Então você tem que ter o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...ou você tem controle ou você corre o risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Luiz Felipe, eu preciso entender, os Deputados aqui também precisam entender, quando foi que as Secretarias, todas, inclusive a da Saúde, recebeu recomendação dos procedimentos das compras emergenciais. Quando a CGE chegou para esses Secretários, diretores ou advogado e disse: pessoal, tem que seguir esse procedimento aqui.

Nós temos aqui a data de 31/3.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A orientação técnica foi publicada dia 7 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não publicada, o senhor explicou ela antes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, explicar é uma questão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ela passa a ser válida no momento que ela foi publicada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor mandou *e-mail* antes...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ela foi publicada, ela foi publicada dia 7 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois da...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então após, após 7 de abril que foi mandado um ofício circular pra todos os Secretários apresentando essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Foi onde ela se tornou válida, é, e um critério de atendimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a 02? E a 02?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ah, essa é a publicação da SEA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. O senhor sabe?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A 02 você não sabe dizer. E a 06?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa aí é SEA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso é da SEA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é o papel da Secretaria de Governança no governo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A Secretaria de Integridade e Governança ela taria dentro da segunda linha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ela faz?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Seria a parte de integridade e governança, de acordo com a Lei 17.715.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia explicar para nós aqui, porque nós não trabalhamos lá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas... eu... a minha parte é a CGE. Não é a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não... o senhor sabe o que faz a Secretaria de Governança? Eles são subordinados ao senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não. A subordinação dela é à Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, Casa Civil?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, melhor ainda.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não é subordinação à CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bom. Ela é subordinada à Casa Civil. Qual é o papel dela?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É trazer a segurança jurídica em termos de integridade, em termos da legislação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em termos de legislação, contrato.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso. A integridade, né, a relação das pessoas com o fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não é isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe o que fez a Secretaria de Governança nesse período da pandemia, as ações que ela tomou, a recomendação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu não... ela tem... estava trabalhando na área de gerenciamento de riscos, com o objetivo de fortalecimento da segunda linha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe o que eu posso dizer para o senhor? Que em um ano e meio formada, essa Secretaria não fez nada. Era bom o senhor, como Controlador, controlar isso, não é?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas ela está vinculada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para concluir, senhores Deputados, para concluir.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo mandou para cá, no dia 1º de abril, um projeto de lei. No dia 2 ele retirou o projeto de lei pedindo autorização para fazer compra antecipada. Foi no mesmo dia em que fez o pagamento antecipado da compra dos respiradores.

O senhor participou da elaboração desse projeto de lei?

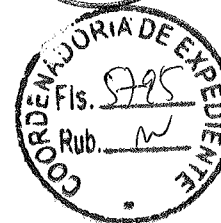
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor teve conhecimento dele?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem passou esse conhecimento para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Na realidade é em função dos grupos de trabalho, não é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Defesa Civil, a Casa Civil?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, é mais em função que os auditores estavam acompanhando todo o movimento e isso era discutido... nas reuniões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe por que o governo mandou e tirou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Doutor, Felipe, boa tarde.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu fui Secretário de Estado, assim como o Deputado Sopelsa, que está nos acompanhando via videoconferência, e o Deputado Cobalchini, também foram Secretários de Estado, e nós tínhamos certos regramentos para fazer os processos licitatórios, para as autorizações, tinha o grupo gestor, tinha a aprovação do Governador, nenhuma compra expressiva era autorizada sem conhecimento do Governador.

Eu não sei como funciona o governo hoje e o que a Controladoria, que é um órgão novo que foi criado, mudou nesses procedimentos. O senhor poderia dizer para a gente o que mudou do Estado antes, com os controles que tinha, com a necessidade dos ritos de aprovação etc., e como o senhor implementou isso para que nós pudéssemos chegar a contratos como estão saindo agora, sem ninguém saber de nada, ninguém sabe dizer nada do que aconteceu?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A... o rito ele continua igual. A questão legal ela tem que ser atendida. Qual é a grande diferença, né, vamos dizer assim, que o remédio, ele tem um gosto amargo? Se eu for mencionar duas operações, a Patriarcado e a Arritmia, que envolvem questões da Saúde, essas duas me somam 110 milhões, está certo? É um trabalho conjunto que nós estamos fazendo com o Ministério Público Federal. Isso é coisa lá de trás. Independente do período, o que nós tínhamos lá atrás? O SGPE ele apresentava tão somente a movimentação do processo, em alguns casos. O processo na íntegra não estava no SGPE, o.k.?

O que que nós temos hoje? Nós temos hoje uma mudança... por isso que eu digo que o remédio ele é amargo, uma mudança onde obriga você ter a transparência dos contratos, muito embora esse contrato, essa aquisição ela se mostra ineficaz em tudo. Não é isso? Está lá, todos os erros estão lá.

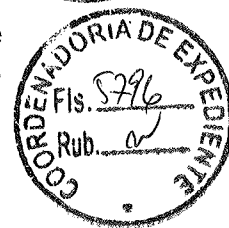
Então... é... essa do Patriarcado eu não sei quanto que eu posso recuperar ou se eu vou recuperar alguma coisa desses 110 milhões. E quanto tempo depois teve uma ação eficaz do Estado, né? Por pior que venha a ser essa questão dos respiradores, que é ruim, é, não se justifica, porque eu digo que é uma questão de conduta, porque... ou é dolo ou é... dolosa ou culposa, porque você tira os controles e você passa a assumir o risco.

Mas o Portal da Transparência tava lá. Quando a matéria, né, ela se apresentou, essa matéria buscou dado do Portal da Transparência. Quando o... o... dos... dos... EPs, de 70 milhões, que não dá 70 milhões, dá 77, porque eram 14 milhões de dólares, ele se apontou a primeira vez, ele aprontou lá pelo Portal da Transparência. Então tava lá, compras Convíd. Então ace... acendeu o sinal vermelho. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Então, a agilidade, houve uma agilidade, foi *a posteriori*, foi, mas num curto espaço de tempo, né? Tanto que nós conseguimos bloquear aí praticamente 11 milhões de um lado e mais os respiradores, 12 milhões do outro. Se justifica? Não se justifica, né, mas você tá mudando o parâmetro, você tá mudando o paradigma da informação dentro do governo, tá? Então isso tá trazendo reflexos.

Então existiam problemas? Existiam, como existe hoje, né? Esse da... e, e, Educação é um problema interno? É um problema interno. Como é que se chegou a isso? Se fazia uma licitação prum projeto básico, não é isso, um projeto básico pra compra de uma escola, era entregue o projeto básico, não é isso, pra construir uma determinada escola, não se fazia uma conferência de tudo que foi entregue aqui.

Então você tinha projeto básico com sobrepreço. Esse projeto básico você faz um processo licitatório agora pra contratar a obra, com base num projeto básico que tá mal estruturado. Então o problema ele vinha pra frente. Então no momento que nós... hum... passamos a ter um monitoramento de edital, um portal de transparência, essas fragilidades elas aparecem com maior facilidade, tá? Aí você tem a questão do controle social, que vem a contribuir com isso, né?

O que eu quero dizer é que não se justifica, na realidade, você atestar algo que você não recebeu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Luiz Felipe, o senhor explicou, mas não disse nada. Quando eu participei do governo já tinham sistemas de controle onde se controlava desde a licitação até a execução das obras em tempo real, com pagamento e tudo e todo mundo via aquilo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Estado estava organizado.

Eu lhe fiz essa primeira pergunta porque uma das funções que eu entendo que a criação desse órgão deve ser tanto de cuidar da formalidade legal dos processos, quanto proteger o gestor de eventual malversação do dinheiro público dentro da esfera pública, que sabemos que existe.

Essa questão da pandemia não pode, simplesmente pela pandemia e pelo pavor que se criou na população... Os gestores públicos têm que ser centrados, têm que ter pé no chão, porque se os gestores públicos não foram centrados e não tiverem pé no chão, o que nós vamos exigir de quem são nossos subordinados ou o que nós vamos explicar para a população?

E nós vimos durante a gestão dessa pandemia uma fragilidade total, tanto nas decisões quanto nos critérios utilizados para se fazer o enfrentamento. E na sua função de proteger o governo, em nenhum momento o senhor teve notícias de que um negócio tão grande, como por exemplo o hospital de campanha, que o senhor disse que o senhor participou lá, que foi chamado, o senhor não alertou o Governador que ele não deveria assinar esse contrato do hospital de campanha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa pergunta essa sua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque ele assinou. Ele assinou.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A, a, boa essa sua pergunta.

O decreto ele começou dia 17/3/2020. Não é isso? O decreto relacionado à pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A primeira ação na qual eu participei, e fui convidado, foi lá então em 31 de março. Essa... esse planejamento, essa execução de 17/3 a 31 de março não teve a participação da CGE.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ninguém...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...do governo nem o Governador...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nenhum Secretário, Deputado Kennedy, julgou a CGE um órgão importante para participar de um processo desse. É um negócio de doido.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É lamentável.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É um negócio de doido, é um negócio de quem não quer transparência mesmo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então só pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor sabia que o Governador deixou, porque ele sabia, dava entrevista todo dia, se reunia todo dia lá no Coes com o pessoal, que o Governador sabia que estava pagando esses 33 milhões antecipados, que eles estavam superfaturados?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Desconheço essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas nós sabemos que o Governador sabia, porque antes desse contrato da Veigamed...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Governador, no dia 24, assinou um protocolo de intenções com a empresa Intelbras para que ela trouxesse os ventiladores, os respiradores para Santa Catarina.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sem custos para o Estado, só o custo de internação e o preço dos equipamentos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Poderia se trazer os duzentos que precisavam, não só os cem como...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas esses respiradores eram pra junho. Pra junho. Ela recentemente ela pediu uma antecipação de recursos, nós fizemos uma análise desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Na época, quando foi assinado pelo Governador, a previsão de entrega ela abril, na época. Depois disso a previsão passou para maio porque os ventiladores iam sendo vendidos e a Intelbras disse que a empresa lá, para garantir a entrega, precisava de 30% antecipado. O senhor conhece todo esse processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Conheço parte dele, porque ele foi analisado na CGE agora no mês de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor não tomou conhecimento antes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, só tomamos conhecimento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Antes o senhor não sabia de nada?

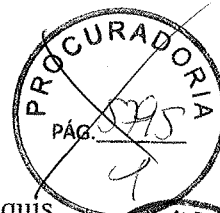
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Só tomamos conhecimento no momento que ele foi pra análise da CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque tem um documento aqui nesse processo, que prova o que eu obtive dos empresários, que só não trouxeram os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



duzentos, e não trouxeram antes, porque eles não tinham fôlego financeiro e o Estado não quis pagar os 30% antecipados, com uma justificativa de que pela Lei 4.320 não podiam pagar antecipado. Só que três, quatro dias depois daí podiam pagar antecipado 33 milhões sem garantia de entrega, porque a entrega era para ser para o dia 4 ou 5, até hoje nós não recebemos nada, de uma empresa que não tinha capacidade de dar garantias da operação, que não tinha *expertise* para isso e ninguém alertou ninguém sobre isso?

Quem é a pessoa que tem uma caneta tão forte de 33 milhões dentro do governo, sem o Governador saber, que dá um dinheiro para uma empresa que não tem condição de dar garantia de que vai entregar um negócio, que não tem patrimônio para isso, que não tem *expertise* para fazer esse tipo de aquisição? Quem é que tem uma caneta tão grande? Que estrutura é essa de governo que permite um iluminado lá dentro, sem o Governador saber, de mandar 33 milhões e sem saber se nós vamos receber alguma coisa em troca?

O senhor podia responder isso para nós?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É a autonomia da Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É autonomia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É autonomia dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então o Secretário fez...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...não precisa pedir autorização para o Governador...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...não precisa passar pelo Grupo Gestor, não precisa de nada disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nada disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ah, então o Estado está bem, viu? O Estado está bem, não é aquele Estado que eu participei, que as coisas eram controladas mesmo. Por isso que nós temos tantos processos com problemas, não é só esse. E o senhor está preocupado em olhar os processos do passado, dos outros governos, decerto...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e não está preocupado...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...nós tamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...em analisar os processos desse governo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós estamos olhando os processos desse governo também. Também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tem coisas, doutor Luiz Felipe, que fogem da lógica, até do bom senso. Por exemplo, a mesma Secretaria de Estado da Saúde, não sei se acolhendo as suas determinações rígidas de controle para fazer qualquer ato, não conseguiu fazer durante um ano inteirinho convênios com Municípios das emendas impositivas dos Deputados para passar dinheiro lá para a ponta, para a pessoa cuidar do povo ou para um hospital, porque a burocracia que eles introduziram lá para fazer um convênio pedia até a carteirinha do SUS da pessoa que eventualmente seria atendida. Chegou a esse descabro.

Não sei qual é a participação da CGE para montar uma estrutura dessa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E por outro lado o iluminado tem uma caneta poderosa que assina 33 milhões, que num dia anterior, dia 1º de abril, está aqui assinado...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



(Passa a ler.)

“CARTA DE AUTORIZAÇÃO

O ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica (...) representado pelo seu **Excelentíssimo Governador**, Sr. Carlos Moisés da Silva e pelo seu **Secretário de Estado da Saúde**, Sr. Elton de Souza Zeferino, vem pelo presente, declarar para os devidos fins e a quem de direito possa interessar, que autoriza a empresa Intelbras S/A – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, suas sucursais e filiais, a negociar, adquirir e importar para fornecimento ao Estado de Santa Catarina, equipamentos denominados ventiladores.

(...)

Florianópolis/SC, 1º de abril de 2020.” (Cópia fiel.)

A base disso foi a Proforma Invoice de sete milhões e pouco de reais para cem ventiladores. Quer dizer, todo mundo assinou isso, o Governador assinou isso, ele sabia que uma empresa catarinense, de boa-fé, poderia lhe ajudar a trazer os respiradores por, no caso duzentos... só multiplicar por dois, 14 milhões. Mas no dia 2 de abril o Estado paga 33 milhões para essa empresa desqualificada...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — (Gesticula com a cabeça que sim.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que o senhor há de convir que ela não tem qualificação pra essa negociação, e não passou pelo crivo de ninguém.

Então o senhor concorda conosco que existe, de fato, uma calamidade administrativa no governo de Santa Catarina, que não se consegue fazer nada.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não se consegue fazer nada.

No ano passado inteiro a Secretaria da Educação não conseguiu fazer uma licitação de reforma, dar ordem de serviço para recuperar uma escola do Estado. Tudo, tudo caindo aos pedaços. Dinheiro sobrando, dinheiro no caixa e não consegue fazer.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Há burocracia. Há integridade. Há não sei o quê. Mas as coisas lá na ponta não estão chegando. O que está acontecendo neste governo que tantos absurdos desses acontecem e o senhor, como um órgão novo feito pelo Governador, autorizado pelo Governador... Que nós aqui, Deputado João Amin, votamos por unanimidade, porque demos um voto de confiança para um novo governo, vamos deixar ele montar a sua Secretaria de Integridade, vamos deixar ele montar a CGE, já tem o grupo de auditores do Estado. Bom, ele quer fazer assim, vamos dar o voto de confiança para ele. Mas nada está funcionando. Nada está funcionando.

Então, doutor Luiz Felipe, eu só queria entender como é que o senhor, como um órgão de conformidade legal, que tem por obrigação proteger o seu Governador, que é o seu superior hierárquico, não discutiu isso, dizer: Governador, o senhor não pode assinar esse negócio do hospital de campanha, o senhor não pode autorizar os caras comprarem por 33 milhões de uma empresa dessa, sendo que a empresa aqui está se oferecendo para trazer pela metade do preço, menos da metade do preço. Será que ninguém alertou o Governador, porque ele sabia de tudo isso?

Então, é isso que eu gostaria de entender: até onde vai a participação do órgão que o senhor é o responsável e até onde começa a responsabilidade dos seus superiores em atos criminosos como nós vemos aqui.

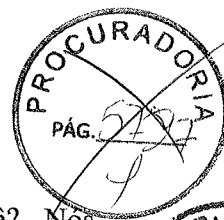
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá. Então se nós formos olhar o ano de 2019, não é isso, a... nos últimos quatro anos o... foi um ano do dezenove que o Estado teve resultado primário positivo.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: “Não fez nada.”)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Estado primário positivo. Isso significa dizer... isso significa dizer quê? Nós trabalhamos com controle, gestão e governança.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Me desculpa, me desculpa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu sou empresário, sou membro da Comissão de Finanças, analiso os balanços do Estado e o Estado só teve resultado positivo porque nós saímos de uma recessão profunda do Brasil e 2019 foi o recorde de arrecadação, o Estado teve mais de 2 bilhões de excesso de arrecadação...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e teve menos de 100 milhões de economia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tudo isso eu sei, o senhor não precisa me dizer.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então não pode fazer esse discurso aqui que fazem aí para a população e querendo enganar quem não sabe das coisas. Eu sei das coisas. O Estado não fez absolutamente nada para ter esse *superavit*, foi a força do trabalhador catarinense que deu esse *superavit* à economia catarinense, que deu esse superávit para o Estado de Santa Catarina. E talvez ficou tão bochechudo que não controlou mais nada, começou a gastar mau o dinheiro, como a gente está vendo em tantos setores que não é só na pandemia, mas isso nós vamos tratar mais para a frente.

Então, essa de dizer que criaram economia em função da gestão, ã-ãh, nós sabemos o número exato da economia, a economia foi mínima, mínima, mínima, mínima! Essa é a grande verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto os Deputados Moacir Sopelsa e Cobalchini, que estão participando de forma remota, se desejam fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu peço a palavra, para falar depois do Sopelsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado. Agradecido, Deputado Sargento Lima.

Luiz, né?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Doutor Luiz...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Especificamente e bem objetivo, na questão da compra dos respiradores, qual foi a participação da Controladoria-Geral do Estado que o senhor preside, a participação na análise do processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O que chegou, que documentação você analisou?

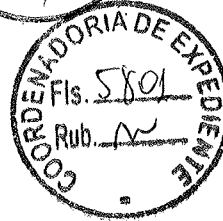
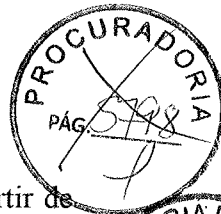
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós analisamos o processo a partir da data de 18 de abril, a pedido da Secretaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — 18 de abril? O que...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril, a partir da Secretaria... a partir de um pedido da própria Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Certo.

O que foi analisado nesse momento? Quais os itens?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos os itens. O que constava no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Todos. Quais?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, o que estava no processo. Então a legalidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quais os itens que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...a legalidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O senhor pode citar algum?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...a legalidade do processo. Então a questão do pagamento antecipado, a ausência de identificação de representante na proposta, improbidade de orçamentos, documentos que faziam referências, né, de forma divergente, enfim, endereços...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — *(Ininteligível.)*

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...incapacidade da empresa é... Veigamed em executar o contrato, enfim. Isso aí foi identificado a partir da análise. O que todo mundo já conhece.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo bem, estou satisfeito.

Só em tudo isso foi dado com legalidade, porque a empresa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...que a empresa tinha condições de...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Aí no dia... foi mandado uma notificação pra Veigamed visando o equilíbrio... o reequilíbrio econômico- financeiro, porque até aquele momento o que se tinha era uma compra num valor e a entrega no outro, tá certo? Aí foi solicitado (*o depoente folheia documentos*), foi solicitado instauração de investigação preliminar com base na Lei 2.846 e a Anticorrupção 1.106. E solicitar também a instauração de sindicância investigativa referente aos atos praticados no curso do processo da SES.

Então foram essas as três medidas iniciais é... adotadas pela Controladoria-Geral do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo isso foi antes de acontecer o pagamento e o fechamento do negócio.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não, após o pagamento. Tudo isso após.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Após?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Após o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Após o pagamento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Após o pagamento...

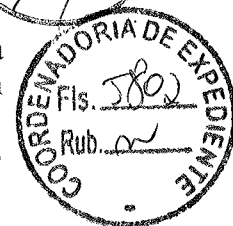
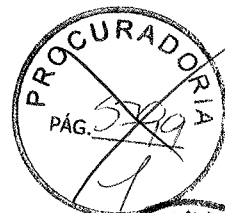
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Anteriormente nós não tínhamos conhecimento do processo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer, a Procuradoria só foi consultada depois que o negócio estava concretizado, pago antecipado, sem que se tivesse uma segurança da empresa, que de fato era uma empresa idônea, que o cadastro permitia que fosse pago antecipado? Tudo isso? Tudo isso os senhores analisaram após o pagamento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer, alguém fez o negócio, fechou a compra, pagou a compra e vocês não tinham conhecimento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Estou satisfeito.

Quero dizer o seguinte, viu, Deputado, olhe, não é pelos cabelos brancos que eu posso sugerir, mas acho que o governo está perdido. Não posso admitir em hipótese alguma que um órgão público, um Secretário... a não ser que mudou muito, não é, porque quatro anos atrás quando eu era Secretário era um pouquinho diferente e agora era para ter mais transparência. Foi criada a instituição para dar mais transparência, para dar mais segurança, mas se ter uma compra de 33 milhões de reais...

O senhor disse, Deputado Sargento Lima, que para o senhor é muito dinheiro, eu quero lhe dizer que nos meus 74 anos de vida, sempre trabalhando, eu talvez tenha 5% desse patrimônio.

(O senhor Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Ininteligível. Risos.)

E acho que precisam ser realmente revistas as questões das compras do governo do Estado. Não é porque nós estamos numa pandemia, porque nós temos um decreto de calamidade, porque nós estamos numa calamidade, mas é de a gente ficar... E as pessoas que ficarem sabendo disso, eu não tenho dúvida, vão ficar... a palavra mais certa é apavorados.

Era essa a minha intervenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, não só os cabelos brancos do senhor, mas a sua condição também de contribuinte lhe dá o direito de fazer esse tipo de comentário.

Logo após a fala do Deputado Kennedy Nunes, estão inscritos o Deputado Cobalchini e na sequência o Deputado Felipe Estevão.

O Deputado Ivan Naatz tem um requerimento a fazer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para não perder, senhor Presidente.

O senhor falou para nós aqui que a Controladoria-Geral do Estado fez um levantamento daquele processo da compra dos respiradores, um relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Uma lista de itens?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Uma li... Não, não, não, o senhor fez um relatório, né, um levantamento, identificou todos esses problemas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem um... tem o procedimento de auditoria aberto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo, é isso que eu queria saber. O senhor podia mandar para a Comissão esse documento?

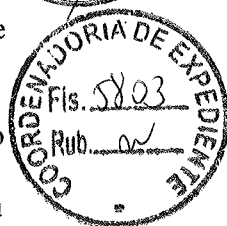
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Esse relatório?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O relatório e a... a... o relatório que foi feito e a... denúncia de fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que foi apresentado pra Deic. Isso eu posso apresentar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, eu solicito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que encaminha o *e-mail* solicitando o envio a nossa Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois dando conhecimento a todos os Deputados da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretário, o senhor já falou alguma vez pessoalmente comigo ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não. Eu gosto sempre de fazer essa pergunta antes para mostrar que as perguntas que eu vou fazer aqui não são imbuídas de qualquer valor sentimental, ou seja, positiva ou negativa.

Quando o senhor começou a falar aqui, eu acho que os seus alunos da Universidade Federal puderam lembrar das suas aulas, porque o senhor estava dando uma aula aqui e a gente vê que pela teoria há um distanciamento, há um fosso entre a teoria e prática, e a sua teoria, inclusive importante do seu doutorado e da sua formação, mostra que... deve o senhor estar percebendo também a diferença que tem entre as aulas e a prática.

Eu, na minha forma aqui, estou tentando montar um mapa, porque eu preciso dessa conexão de datas com aquilo que o senhor foi dizendo e sobre as coisas. E eu anotei aqui.

O senhor falou a primeira vez que entrou no processo dia 18 de abril. Confere?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril... foi quando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que a CGE entrou no processo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...de avaliação dos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dos respiradores.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Muito bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que foi demandado pela SES a avaliação desse processo, 18 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E quando é que vocês terminaram esse relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dia 24 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 24 de abril. O que dizia o relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nas inconsistência do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso. Inclusive a questão do pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que vocês descobriram o roubo?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, que existia um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou aqui em roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Um ilícito?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até porque eu não gosto que as pessoas fiquem pensando que a gente faça aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só um minutinho, Deputado, por favor. Só deixe eu colocar aqui...

A gravação do senhor agora, aqui...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

(O Deputado Kennedy Nunes reproduz em áudio um trecho do depoimento do senhor Luiz Felipe Ferreira: "as... nós identificamos a questão do... do roubo, nós identificamos...")

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor concorda?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, roubo. O senhor fala de roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Corrigindo a fala, ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu... corrigindo a fala, ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Falei roubo em função da fala do ilustre Secretário anterior. Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ai o senhor entrou no dia 18 de abril...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, Deputado Sopelsa, perdão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ... desculpe te atrapalhar, os bombeiros foram chamados depois que a casa tinha queimado (*risos*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bem lembrado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Infelizmente é isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bem lembrado. Aliás, pelo que eu estou vendo, a sua função... o que nós, Deputados aqui, pensávamos que seria de prevenção, a sua função está sendo muito mais de legista, né, de chegar só depois do problema, infelizmente.

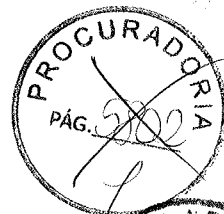
Nós votamos aqui porque quando na aula que o senhor deu e na justificativa da reforma administrativa, a gente achava que essa Controladoria e a outra Secretaria de Governança e Transparência, eram muito mais de agilidade, de prevenção. E pelo que eu vejo aqui o senhor só chega ainda... e pior ainda, o senhor chega quando o corpo está frio já. É muito complicado. Neste caso eu acho que até em momento de putrefação já, pelo que a gente vê aqui.

O senhor entrou dia 18, o senhor disse que no dia 24 entregou... Entregou para quem?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na reunião com o Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Governo não sabia de nada?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. É que ali na... na questão do secre... da... do processo em si, como você tinha ilícitos nós teríamos que fazer uma investigação preliminar para depois levar pro Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que no dia 4 de maio, aliás, no dia 7 de maio o Governador, numa fala com empresários, disse que ele sabia de tudo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não sei lhe dizer, não fui eu que levei pra ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não conversa como o Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu nem tenho o telefone dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor também não tem? (*Risos.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Controlador-Geral do Estado não tem o telefone do Governador?!

(*O depoente gesticulou que não com a cabeça.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor sabia que ele ofereceu um número aqui para os Deputados?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quando há... quando há necessidade eu faço agendamento e eu converso com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vamos lá no meu histórico. Dia 18 o senhor entrou, dia 24 o senhor deu o parecer, no dia 28 saiu a denúncia do site Intercept.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quatro dias depois.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No dia 29 eu publiquei esse banner aqui (*mostra ao depoente uma imagem do seu celular*). O senhor chegou a ver?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu perguntei: onde está o Controlador? Por quê? Porque até então a gente não via o senhor. Aí o senhor apareceu no dia 4 de maio numa live.

(*O depoente faz trejeito de quem estava tentando se lembrar.*)

Eu vou lhe lembrar, talvez o senhor esteja cansado já.

O senhor apareceu numa live junto como o Secretário Tasca e a tal da Secretária Naiara.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, na Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, na Defesa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

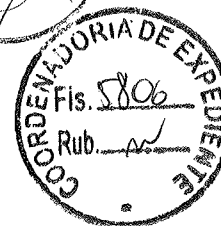
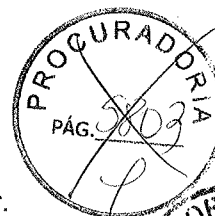
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor lembra o que o senhor falou lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Foram tantas coisas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu vou lhe lembrar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou, em outras palavras, que o senhor colocava a mão no fogo no processo, porque o processo estava totalmente correto.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, tsh, tsh.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Falou.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Certeza absoluta que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor fez isso inclusive com seus colegas Tasca e Naiara, mas o fato é que de corrupção o senhor não falou absolutamente nada. O senhor só tentou defender os dois Secretários, que eram o Secretário da Administração e o Secretário da Saúde. E se fôssemos atrás da sua conversa e o Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal não fossem atrás da verdade, a gente ia acreditar no senhor que estava tudo certo, que não tinha corrupção.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não foi essa a minha fala.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pena que eu não tenho aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso... Eu fa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas eu acho que seria interessante...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu falei que no ano de 2019...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...Relator...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode, pode requerer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a transcrição dessa *live*.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sabe por quê? Porque no momento da entrevista o senhor já tinha conhecimento dos fatos. O senhor falou para mim que entrou no processo dia 18, entregou o relatório que tinha roubo no dia 24 e no dia 4 de maio o senhor vai numa *live* e diz assim: não tem problema nenhum... Secretaria da Saúde... e o pior, é que o senhor em momento algum falou que houve corrupção. Na *live*, não, o senhor não falou que houve erro, o senhor não falou absolutamente nada. O senhor defendeu o Tasca e o Secretário Helton Zeferino ao lado da Naiara. O senhor falou isso daí... o senhor não falou nada, o senhor não emitiu nenhum parecer.

Somente depois, no dia 7, três dias depois, é que o Governador, numa fala com um grupo de empresários chamado Lide – aquela fala inclusive que ele pede para os empresários não investirem na comunicação –, é que ele diz, vou ler aqui – palavras dele: “Nós estávamos em desespero na primeira semana de março, em verdadeiro desespero.” Palavras do seu chefe. “Se me dissessem que tinha dentro de uma casa 100 ventiladores, mas que eu só podia ver depois, era possível que a gente desse o dinheiro pra ir olhar.”

O que esperar de um Governador que fala para empresários, Deputado Milton: a gente estava em desespero... E veja bem, um dos depoentes hoje aqui disse que o relatório que receberam é que em abril nós estaríamos com mais de oito mil mortos. O senhor sabia desse relatório ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

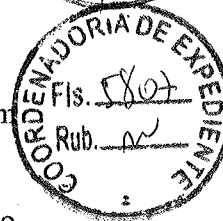
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não?

Aí no dia... O senhor falou também que o senhor faz parte da Cea, né? Como é?... Ivan...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — CA.
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — CA...
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — CA.
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Do CA. O senhor também faz parte do CA?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual CA?
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A partir de quando o senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual CA?
(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "O Centro de gerenciamento...")
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Centro de gerenciamento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, eu não faço parte do Centro de gerenciamento de risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Coes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não faço parte do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não faz parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não faço parte do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Controladoria não faz parte de nada?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não faz parte do Coes. Nós, é... nós nos habilitamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor trabalha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós nos habilitamos ao assessoramento da Secretária da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o senhor... O vai lá na Controladoria?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos os dias, todos os dias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor faz o quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — As atividades voltadas às demandas da Controladoria. Então nós temos atendimento ao Ministério Público, nós temos atendimento do Tribunal de Contas, nós temos diversas ações de auditoria que estão em curso, tenho aqui um relatório de 81 páginas que foi apresentado na prestação de contas do governo, quais são as ações da CGE, as entregas na CGE, tá?

Então, considerando que a CGE ela atende as diversas Secretarias, e quando é demandada pro gestor, ou num momento que eu identifico alguma ilicitude que passa nas trilhas de auditoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretário, deixa eu lhe fazer uma pergunta? Eu fiquei surpreso, porque... Volto a dizer, quando nós, Deputados, votamos para criar a Controladoria a gente pensava que era algo preventivo e não um legista de ver coisa atrás. Mas eu fiquei muito surpreso quando o Secretário de Saúde, logo depois de estourar o processo, ele faz uma portaria permitindo o senhor entrar no processo. Foi isso?

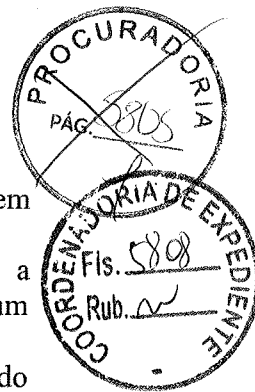
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que ele fez uma portaria trazendo a CGE como atividade essencial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí só a partir da autorização do Helton Zeferino é que o senhor pôde entrar no processo?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, na realidade eu vinha trabalhando em ações pontuais e ações específicas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que ele fez a portaria? Por que é necessária uma portaria para um órgão do Estado fazer parte de um processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em função das restrições, né, dos servidores, do trabalho *home office* e a necessidade de se ter uma atuação mais presente, não é isso, então foi que eu justifique pra ele a essencialidade da CGE nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor, a partir desse momento que entrou, a partir da autorização do Helton, é que começou a fazer esse relatório? Ou foi antes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, esse relatório ele foi apresentado, né, a partir de 7 de abril, e por demandas. Então, pra fazer o relatório a Secretaria da Saúde ela teria que requisitar.

Então... dessa etapa pra frente deve ter vindo aí uns três ou quatro processos para serem analisados pela CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quando o negócio apertou e que o senhor apareceu, o senhor disse que foi pressionado pelo Secretário Douglas. Que tipo de pressão foi essa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade foi o dos... EPI, compra de EPI. Não é isso? R\$ 14 milhões, numa Quinta-Feira Santa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que tipo de pressão, o que é que foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Era pra aprovação de... a necessidade de se dar a... a... agilidade do processo para as aquisições do EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — E esse processo ele foi... arquivado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Arquivado porque, pelo consultor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde que esteve aqui disse que o parecer foi que não era possível terceirizar uma licitação. É isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É que eles estavam compran... tavam fazendo direto com uma *trading*, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas aí tinha vícios de origem, tinha sobrepreço... enfim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E isso...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Além disso tinham outras questões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E isso nada foi verificado no...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, porque o processo foi arquivado. Perde o objeto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, no do respirador, que também era uma *trading* que estava importando equipamento... Porque é quase a mesma coisa, aqui disseram que não podia contratar uma empresa que ia importar, mais contrataram aqui uma que ia importar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O senhor participou, a Controladoria-Geral participou efetivamente do EPI?
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Fui chamado na Quinta-Feira Santa pra olhar o processo do EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Foi arquivado o processo. Ele não tinha condições, ele tinha vício de origem.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. E daí então cancelaram... foi a mesma coisa do cancelamento do Mahatma Gandhi, lá do hospital de campanha, ou vocês só chegaram depois do corpo frio de novo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, o Mahatma Gandhi... na realidade foi feito os apontamentos da CGE...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas antes ou depois do estouro?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Antes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah, vocês conseguem chegar antes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Antes... sempre chegamos antes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Oh...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... quando nós fomos chamados. Se nós somos chamados... Você não tem como identificar um ilícito num montante de 26 bilhões. Se você tem o controle e a pessoa não atende o controle, como é que vai ser feito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Deputado Kennedy, só para completar...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas só pra... pra... pra completar ali, a questão do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu ouço aqui (*referindo-se ao depoente*) e depois o João e o Milton, até para ajudar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para atender aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão do hospital de campanha, o edital saiu na quarta-feira, a nossa manifestação saiu na quinta. Então ele teria que proceder o ajuste do edital, com a retificação do edital pra atender não só as minhas demandas, como as demanda do TCE, tá certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Foi o Douglas que chamou vocês?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em qual situação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Para vocês aparecerem quando a... chegar antes?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Do Mahatma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Foi o Douglas Borba?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas qual... em qual situação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nessa situação que vocês foram chamados...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, do hospital, do hospital de campanha nós participamos da reunião numa terça-feira e acompanhamos a publicação do edital.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por que todos os outros vocês não apareceram e nesse vocês apareceram?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Do hospital de campanha?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É, todos...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque foi feito um chamamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... Defesa Civil chamou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ah, então foi o Cordeiro que chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O Cordeiro chamou pra uma reunião...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ã-hã.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...onde estava presente o TCE, estava presente a CGE, estava presente Ministério Público e a própria... Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E por que a Defesa Civil chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque era pra construir o edital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas a CGE participa da construção?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós temos uma... uma estrutura na CGE que contribui com atos legislativos, decretos, na parte de emendas impositivas, na parte de convênios. Isso... ele passa pela CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então a CGE participou do processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Milton... só para terminar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Luiz Felipe, só para eu entender. Como é que o senhor vê e consegue explicar isso: por que um Secretário da Casa Civil, que não tem nada a ver com a gestão da pandemia da Saúde, traz um processo de compra de 14 milhões de dólares, com vícios de origem e com sobrepreço, e pede para o senhor fazer esse negócio andar para frente? Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Um órgão totalmente alheio...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... ao que está controlando a pandemia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim... sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Será que ele tinha algum interesse nesse negócio?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei lhe dizer... no momento que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor não acha estranho isso?

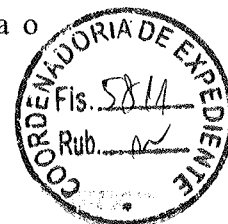
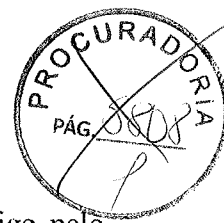
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É estranho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Governador, que tem o seu braço direito fazendo isso, será que o Governador sabia disso?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na... na ocasião ele conversou comigo pelo telefone, onde ele pediu que eu fosse até a Secretaria da Defesa Civil, e na sala estava o Secretário Elton e o Secretário Douglas quando eu cheguei. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para falar desses EPIs?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pra apresentar a questão do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Numa entrevista que o senhor deu em 2018, 31 de dezembro de 2018, o último dia, o senhor fala que a principal mudança com a Controladoria-Geral é ter um órgão independente que passa a validar as contas do Governo. O senhor lembra disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Falta planejamento na execução das atividades... A sua fala antes de ser Secretário.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso... sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Em muitas situações sai executando e depois entra o planejamento (o senhor era profeta, já estava imaginando que ia falar essas coisas, viver isso?), o que impacta em termos de prazo e de resultados. Se tiver um efetivo planejamento antes da execução, terá o melhor.

Outra fala sua: com a oficialização da CGE, a busca pela transparência sairá do discurso e passará para a prática. É um trabalho que previne a corrupção na administração pública, zelando pela transparência. Acesso à informação, controle social e conduta.

Toda essa entrevista que eu li, e acreditei no senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...é que me fez, no dia 29 de abril, dar um grito: cadê o Controlador?! E daí eu posso, hoje, tirar uma dúvida, que vocês não servem para nada no governo, na prática. E não vem me colocar aqui a culpa que todo mundo estava... como é que falaram aqui, no canibalismo comercial, que tem... Não, não vem!

Eu acho que não dá, porque o senhor falou do exemplo dos carros na SC-401, ou seja, não tem como controlar tudo na vida. E o senhor dizendo aqui só me dar uma certeza: é como se tivesse... quando a gente vai fazer essa previsão que o senhor fala de fazer um limite por amostragem, neste caso dos 33 milhões, Presidente, é quase como se fosse um boi entrando num galinheiro. Porque não dá para acreditar como é que você vai fazer um limite por amostragem de 33 milhões de reais, quando você tem...

Agora, para encerrar, senhor Presidente, do depoimento que o senhor fez lá no Ministério Público, o senhor mencionou uma conversa com o Secretário Tasca, na qual ele dizia que era abre aspa "Só ligar pro Secretário Helton que o senhor entenderá tudo". Está lá no seu depoimento no Ministério Público.

Por acaso essa fala é uma insinuação de que o Secretário Tasca tinha conhecimento de todo esse roubo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que era então?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade é... tratava sobre a questão do EPI, aquela compra de 77 milhões. Tá certo? Que eu verifiquei...

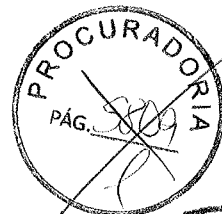
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então essa sua fala não é nada do ventilador, do respirador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, nada do ventilador. Não, não.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É a fala do?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dos EPIs, dos EPIs. Quando eu identifiquei a questão da ilegalidade da... do, dos problemas, do processo do EPI, eu liguei pro Secretário Tasca, né, referente a essa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Deputado Kennedy falou daquela reunião que tu participaste, tu, Douglas, o Helton, agora ele está falando de uma fala do Tasca, mas tem um... tem algo no meio aí.

E no seu depoimento o senhor falou o seguinte, que participou da reunião depois... foi até uma reclamação que fez pro Tasca e o Tasca pediu, indicou, recomendou o senhor falar sozinho com o Helton. Sozinho por quê? Que medo era esse do Douglas que vocês tinham? Que medo é esse?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque na realidade o que tava se identif... se identificando era uma interferência do Douglas numa Secretaria que não era de alçada dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, não é apenas uma interferência. Você falou que a maneira como o Douglas cobrava era muito mais do que uma interferência.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O que eu tô dizendo, a interferência no momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, o senhor disse... tem que dizer a mesma coisa, né, ou mentiu pra Polícia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — No momento que eles... com o Secretário da Defesa... da Casa Civil está gerenciando uma compra ou cuidando de uma compra na Secretaria da Saúde, é uma interferência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas o senhor falou até do jeito dele...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, a forma que ele me ligou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Qual era a forma?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, a forma que ele ligou que queria aprovação até as 12h daquele dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Determinando, mandando.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Determinando, isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E colocando que o Governador tinha interesse nisso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Ele determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nunca mencionou o Governador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele que determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas como é que ele poderia determinar ao Controlador?..

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Que poder era esse? Conta pra gente.

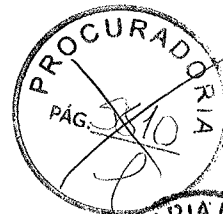
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Será um fato novo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão, a questão é que ele é... mencionava que o Estado não estava tendo êxito nas compras de EPI, que aquela ali seria uma possibilidade de atender às demandas do Estado. Certo? Só que quando se olha pro processo, as demandas do Estado é pra ir quatro meses, cinco meses talvez, não mais que isso. Ali nós temos uma demanda pra... pra... para praticamente dezessete meses. Então como é que vou fazer uma compra... Não é isso?

No momento que nós começamos a ajustar o processo, a nossa realidade ficaria em torno de... 6 milhões de dólares e não 14 milhões. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, o senhor já encerrou?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho mais uma pergunta.

O senhor, além de ser Controlador-Geral, o senhor é membro do Conselho da Celesc e da SCPar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ganha quase 9 mil reais de jeton?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É... por ser membro do Conselho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito. O senhor acha moral o senhor Controlador participar de duas empresas, inclusive uma delas nós estamos questionando o OPS, porque todas as licitações eles não mostram que é a SCPar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... o meu é o Conselho Fiscal. Existe um impedimento pela lei com relação ao Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Estatutária. Então não existe nenhum impedimento legal com relação à participação no Conselho Fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Com certeza ilegal, não, mas o senhor acha moral o senhor Controlador recebendo de duas empresas que o senhor deveria fiscalizar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a Celesc, na realidade, é uma S/A, a fiscalização ela é externa em função da própria CVM, não é isso? E... no Conselho Fiscal o papel é de fiscalizar as contas de encerramento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É.

O senhor já está sabendo dessas licitações da compra de 590 mil passou para 2.110 milhões; uma outra licitação com dispensa de licitação no Porto de São Francisco do Sul de mais de 10 milhões, que depois de denunciada foi destrutada amigavelmente?... O senhor já está sabendo desse assunto ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso foi março do ano corrente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ou foi agora, eu denunciei esta semana.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas já havia sido já divulgado isso, se não me falha a memória em março, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

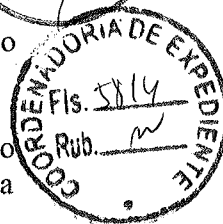
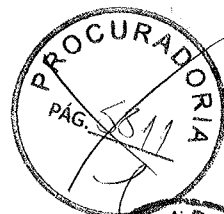
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Aí foi feito, sim, um encaminhamento pedindo esclarecimentos, pedindo esclarecimentos ao Porto de São Francisco do Sul e providências.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor tem como comprovar esse...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem um processo aberto lá da data de março referente a essa questão.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Agora, sobre essa questão ainda da SCPar, já chegou esse negócio por que as licitações não estão abertas na página da SCPar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...a... segundo eu tive observando, e eles me passaram essa informação, que depende do... como é que é, provedor inte... Não provedor, se é o Chrome ou Mozilla pra abrir. Enfim, o que que eu sugeri de fato, que tivesse um *link* com o próprio SGPE, porque o SGPE ele tem toda a informação e o trâmite do processo.

O que eles fizeram foi um *link*, né, buscando a informação e trazendo numa página solta, automaticamente você pode ter essa... esse recorte de não alcançar a íntegra do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor, como Controlador-Geral, vai pedir para o Governador tirar o Douglas dos dois Conselhos que também é seu colega no da SCPar e da Celesc, porque agora sequer mais é Secretário e está no epicentro dessa investigação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão do Conselho é... ele tem um mandato pra cumprir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas vocês dois foram indicados pelo Governador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...é indicado, indicado e passa pelo comitê de elegibilidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a indicação do Governador é aprovada ou não no Conselho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, mas daí ele passa a atender ao período que ele tem o mandato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então eu vou lhe fazer um pedido, para o senhor não chegar tarde demais com o corpo frio: pede para sair, porque isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Concluindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...tá ruim lá na sociedade. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

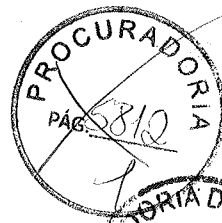
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Estou presente na reunião remotamente, mas estou presente, e ouvindo atentamente e com toda a paciência, como todos nós temos que ter.

Quando encaminhada a reforma administrativa, Controlador-Geral do Estado Luiz Felipe Ferreira, à Assembleia, uma das grandes novidades que a reforma propôs foi exatamente a criação da Controladoria. Foi uma inovação em relação à estrutura do Poder Executivo. E como já foi dito aqui por alguns Deputados, nós acreditamos que efetivamente a estrutura proposta iria ajudar no controle para que os processos tivessem a efetiva transferência, a lisura.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Eu fico agora aqui pensando, e preciso pensar em voz alta agora, será que não tem que rever esses processos a partir de situações como ocorreram, das EPIs, do hospital de campanha, dos respiradores. Será que nesse processo, quando se lança o edital, nesse exato momento não tem que chegar ao conhecimento da Controladoria? Para não chegar depois, como disse o Deputado Kennedy? Como falou o Deputado Sopelsa? Dia 18 de abril, como se fala aqui no oeste, a vaca já foi pro brejo.

A Controladoria tem que exercer um papel de prevenção e não apenas para apagar incêndio quando, muitas vezes, não tem mais o que apagar.

O Governo do Estado tem falado ainda, mas já se falou muito sobre isso, que é um governo digital, um governo sem papel. E esse processo... literalmente o processo é sem papel. Nem digital é, porque não houve ato, não houve publicidade. No seu relatório certamente que o senhor aponta essas falhas. O senhor concorda, não tem que virar essa página e começar de novo para não acumular ainda mais casos como esse? *(Pausa.)*

Estou lhe fazendo uma pergunta...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se o senhor não constata a necessidade de mudança nos processos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O que que nós fizemos? Nós adotamos uma política de compra pela SEA, tá? Então agora as compras do Covid-19 estão sendo realizadas pela SEA e uma análise prévia pela CGE.

Então existem dois momentos distintos. Uma é antes da publicação do edital e a outra, havendo a necessidade, uma requalificação, aliás, uma reavaliação pra fazer a qualificação do fornecedor. Tá?

Então, obrigatoriamente, a primeira análise... ela está numa... portaria a ser publicada. E... já está em vias de. Então uma análise prévia da CGE. Tanto que nós analisamos agora uma aquisição com a Weg. Isso, uma aquisição de respiradores com a Weg. Então essa foi feita uma... uma análise prévia por parte da CGE. Certo? Então isso está normatizado.

Então as compras Covids obrigatoriamente elas passam é... pela SEA, passa a ser realizada pela SEA, e uma avaliação prévia pela CGE do processo de contratação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quando uma aquisição, pelo que eu conheço, ultrapassa o limite de 650 mil reais, ela deve ser tramitada, aprovada pelo Grupo Gestor. Ainda que em período de pandemia há uma questão de excepcionalidade, até para dar agilidade, mas não seria prudente que esta situação tivesse tido um parecer, a aprovação do Grupo Gestor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, isso teria que ser dialogado lá com a equipe do Grupo Gestor. Mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor como Controlador-Geral do Estado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não... eu não participo do Grupo Gestor. Reconheço... Não, não participo do Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Você não participa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não participo do Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem é que faz parte do Grupo Gestor?

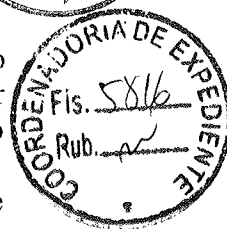
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É impressionante....

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Grupo Gestor... PGE, SEA, Casa Civil, Fazenda... CGE, SEA, Casa Civil, Fazenda... Acho que é isso, esses quatro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Já que eu não tenho também o telefone do Governador, vou fazer uma moção pedindo para o Controlador fazer parte do Grupo Gestor, porque é lá que funcionam as coisas. Pelo menos nos outros governos o Grupo Gestor é que dizia, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu fui Secretário e nós não tínhamos autonomia, Milton, Solpelsa, não tínhamos autonomia de espécie alguma, ou para realizar um procedimento como esse, ainda mais de altíssimo risco.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Esse... esse de 33 milhões ele não passou pelo Grupo Gestor. Não passou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu oriento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Seria um filtro, seria um filtro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu oriento para ficar, inclusive, como uma conclusão da nossa CPI, além de tantas outras conclusões que vamos chegar, mas esse fato de a Controladoria não fazer parte do Grupo Gestor, para mim me parece é que... Por isso que acontecem essas coisas como estão acontecendo. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]*

Mas eu quero dizer ao Controlador que, ouvindo atentamente tudo que o senhor falou, cada vez mais eu chego à conclusão de que o processo foi completamente viciado, não se teve nenhuma cautela, não teve absolutamente ninguém. Parece que todo mundo ficou cego, surdo e mudo. Ninguém de bom senso, de equilíbrio que tenha tentado alertar alguém, porque isso tornou-se de conhecimento público, todas as pessoas na rua estavam falando e ninguém falou ao Governador: Estanca! Pare! Sinal amarelo! Sinal vermelho! E não, o sinal ficou verde o tempo inteiro, mesmo em uma situação dessa.

Então, essas são as conclusões de que nós estamos chegando, parece que a gente precisa continuar aprofundando, sim, estamos ainda no início, Relator Ivan Naatz. Mas tem sido muito esclarecedor o dia de hoje e eu fico muito satisfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, Deputado.

Posso fazer uma intervenção para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor concluiu, Deputado Cobalchini?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Concluí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É o seguinte, eu vejo aqui que a Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina, unidade integrante da Controladoria-Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno e Ouvidoria, detém a função de sistematizar, normatizar, supervisionar, padronizar e fiscalizar. Está lá no *site*...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...do qual o senhor é diretor.

Eu só queria que o senhor confirmasse, o senhor não fez parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi convidado por ninguém para fazer parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse aqui que as recomendações que o senhor deu no hospital de campanha não foram atendidas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não foram atendidas pelo João Batista.

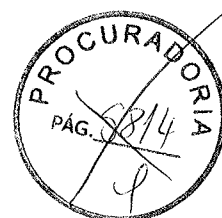
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foram atendidas.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Elas foram atendidas no... pelo senhor...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pelo Tribunal de Justiça, né?
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Elas foram atendidas no momento que o... que o Governador tomou conhecimento das recomendações, foi onde ele fez o cancelamento do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor está mentindo! O Governador assinou o contrato. O senhor quer que eu mostre?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. O que eu quero lhe dizer, o que eu quero lhe dizer que foi feito uma reunião para se apontar quais eram as fragilidades do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então depois do Governador ter assinado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Provavelmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, então tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá? Provavelmente. Nesta reunião estavam os Secretários e o Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o Governador assinou o contrato. Só não acabou aquele contrato porque o Tribunal cancelou, porque o Tribunal de Contas deu uma exceção, porque a Assembleia Legislativa fez amostras, porque nós mostramos o edital, porque eu mostrei a recomendação do Tribunal de Contas e porque choveu ação popular contra o Governador.

Então, se o senhor é o Controlador e não sabe...Mas foi isso,o Governador assinou contrato, mandou pagar, assinou. Eu nunca vi Governador assinar nada, mas o senhor Governador assinou. Então, não seguiu a orientação.

O senhor não faz parte do Coes.O senhor não faz parte do Grupo Gestor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como o senhor vai cumprir a missão do senhor que é de fiscalizar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque no momento que a CGE foi aprovado na 741, ficou em aberto dois aspectos específicos que deveria ser remetido a esta Casa, que era a estrutura, né, em termos de pessoal, e também a questão das atribuições em forma detalhada e os limites, né? E essa... essa segunda fase da implementação e da necessidade de reestruturação da CGE ainda não teve o trâmite final dentro do Executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, senhores Deputados, eu, como todos vocês, como todos aqui, estou assustado. Eu estou assustado, eu estou pasmo com a vossa excelência, com o governo. Por Deus,verdade, eu falo isso com tristeza de ver que as coisas não funcionam, não andaram.

Nós vamos ter que fazer um relatório para colocar tudo isso e Santa Catarina saber disso tudo – e muito poder na mão de uma pessoa só, cada um fazendo o que quer. A gente perde a palavra, triste.

E também para encerrar a minha participação, o Deputado Felipe quer falar também – pensei que já tinha encerrado,desculpa, Deputado Felipe.

Pode ser legal o senhor ter dois conselhos, como o ex-secretário Hoffmann, que chegou aqui adjunto, tem três empregos no governo, três! O Hoffmann sentou aí nessa cadeira que o senhor está, era Secretário Adjunto, conselheiro do Ciasc...

(Manifestação fora do microfone: “Cidasc”.)

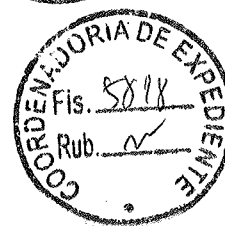
Não, do Ciasc e da Casan. O senhor é conselheiro da SCPar e da?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Celesc.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor é Controlador. O senhor tem três empregos públicos? Três! O senhor se acha... eu perguntei para o senhor antes: Eu me acho com capacidade para preencher algo com comprometimento, imparcialidade e impessoalidade. O senhor tem três empregos públicos! O senhor sabe quantas pessoas nesse país esperam ter um emprego? Que moral o senhor tem para poder fazer as fiscalizações que o contrato precisa ter, Secretário, com três empregos públicos?! Eu peço, encarecidamente, que o senhor deixe, pelo menos, dois deles.

Assim como o Douglas Borba era Secretário e três vezes conselheiro. Isso é um absurdo! Vocês tomaram conta do governo, pegaram todos os espaços, Deputado, pegaram todos os espaços e ocuparam para vocês. É isso o que vocês fizeram.

Muito obrigado, Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito obrigado, senhor Presidente.

Senhor Luiz Felipe Ferreira, entre os personagens centrais desse desastre que está acontecendo com Santa Catarina, que fez ela ganhar projeção nacional e de forma negativa, e hoje à medida que vem se desenvolvendo o trabalho da CPI mostra que não é mais compra irregular, é crime, é crime!

O senhor tem noção da gravidade desse desvio de 33, desse roubo – o senhor usou essa expressão – de R\$ 33 milhões? Para mim, Deputado Kennedy, a gente que é de confissão, de fé cristã, para mim é um dinheiro maldito, é um dinheiro que um câncer vai levar lá na frente. Um pastor disse isso para mim uma vez: Felipe, cuidado! O dinheiro público é um dinheiro que um câncer, que um acidente vai levar, cedo ou tarde, vai ser cobrado. É um dinheiro maldito. E aí eu falei: É aquele caso do hospital, porque eu visitei a Casa Guido, um menino com câncer precisando de tratamento e a família implorando, e eu não tenho, o que eu tenho são emendas parlamentares, é dinheiro público, eu não poderia ajudar, e aquilo me cortou o coração. Mas sai R\$ 33 milhões, talvez o maior escândalo do Estado. O senhor tem noção da gravidade desse escândalo? Porque o senhor fala com tanta frieza, o senhor chegou aqui tão topetudo, falando com tanta... “eu sou técnico...” parece que você não teve noção da gravidade do que está acontecendo no Estado. O senhor tem noção?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Da feiura desse ato, do quanto ele macula a história catarinense, o senhor tem noção?

Muito bem, o senhor foi indicado pelo Coronel Márcio, e a gente, digamos que, infelizmente, para minha tristeza somos correligionários, não sei e o senhor é filiado, mas eu me lembro e está muito fresco na minha memória, tem um vislumbre ainda do senhor entrando dentro da transição e senhor dava uma aula, olhava... o senhor deu uma aula e bem – alguém frisou aqui. Na teoria eu até fiquei impressionado, mas eu vi que na prática foi um verdadeiro desastre. Então eu sou testemunha ocular e presencial de quando o senhor entrou na transição, de toda a sua influência sobre o Moisés, que se encantou com a sua aula que senhor deu, até eu me impressionei, não tinha aquele conhecimento técnico, mas me impressionei. E até tive um vislumbre de um futuro um pouco diferente do que estamos vivendo.

E como o Coronel Márcio lhe indicou? Indicação política?... até onde vai a sua autonomia para – eu vou até usar essa expressão que o senhor Carlos Moisés usou – essa sandice que o governo fez de pagar adiantado? Eu me torno até repetitivo porque acho... Meu filho de cinco anos, quando ele tem um negócio na mão ele vai no mercadinho e quer um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



kinderoovo, ele gosta, ele não dá o dinheiro sem tomar o negócio: “Me dá meu kinderoovo e aí toma meu dinheiro”. Até uma criança de cinco anos tem esse critério: “Não toma meu dinheiro, me dá o produto que eu quero”, e aí o Estado paga R\$ 33 milhões. E aí eu quero chamar o senhor pela relevância do seu cargo, o senhor é Controlador-Geral do Estado, o senhor tem poder, tem uma caneta também, como eu digo, poderosa para coibir esse ato. Até onde vai a sua autonomia? Será que essa indicação política lhe amordaçou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, são recomendações da CGE. E, de fato, no momento que eu tomo conhecimento, tá? Então, por exemplo, na, numa ação que nós fizemos com relação às lavanderias, o contrato de lavanderia à Secretaria da Saúde foi algo trabalhado sem sequer mencionar pro Secretário Helton que seria feito aquele trabalho que iniciou num domingo. Nós fizemos um monitoramento de domingo a domingo do contrato, entendeu?

Então, no momento que existe a necessidade, se identifica o vício, ou a ilicitude, ou pela trilha de auditoria, é que você tem a ação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas o senhor, como Procurador, não viu nenhuma ilicitude? E torno a dizer aqui, se senhor entrasse no Google e pesquisasse o endereço da empresa, o senhor iria ver que era uma casa de massagem. O senhor, como Procurador, não sabia de nada disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas, a partir do dia 18 que o processo chegou, e tomamos conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Por favor, eu conheço a rotina do senhor, a proximidade do senhor com o Douglas Borba, eu convivi naquele meio, o senhor tinha acesso direto, livre, poderia conversar: a Procuradoria que tem esse dever de investigar. E nada fez?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu tenho um decreto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É irônico se ouvir, mas eu acho irônico porque (*manifestação ininteligível*) contribuinte.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu tinha... não, não, é, é, é irônico, irônico você achar que essa proximidade com o Douglas. Tem um decreto, dois decretos que ficaram parados desde dezembro na Casa Civil, demandas da CGE, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Em teoria, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então, na, na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...na prática o que o senhor fez? O senhor é muito bom de teoria, o senhor é um professor, um bom orador. É, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Toda, toda a parte de recursos antecipados, isso é trabalhado lá na CGE, tá? Tem diversas ações junto com o Ministério Público, a... o próprio Ministério Público tem ações específicas dentro da Saúde, dentro da Educação, dentro da Infraestrutura. São ações...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas, Procurador, o senhor tem ciência de que o cargo que o senhor ocupa ele poderia ter parado esse processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — As atribuições que existem hoje, dentro da 741 não me dão a liberdade parar qualquer processo. Eu recomendo, eu recomendo, ele não me dá, ela não me dá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não teria como parar esse processo. O senhor está fazendo o que o Secretário Helton fez, joga a culpa para o Douglas, o Douglas joga a culpa para o Helton. O senhor está fazendo a mesma coisa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não tô jogando a culpa pra ninguém.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não está chamando a responsabilidade, o senhor é Procurador do Estado, a gente pesquisa em qualquer Estado dessa nação e...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Controlador-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ... e o senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, Controlador-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Enfim, é sempre assim. A gente fica triste porque quer esclarecer, e chega aqui ninguém sabe de nada, todo mundo é omissor: não fui eu, eu não sei, eu não posso, eu não tinha esse poder, essa autonomia.

Bem, eu reforço o pedido, deixa de ser conselheiro, por favor. Porque a sua inanição machuca, fere, é cuspir na cara da sociedade catarinense. Mas eu vou me ater aqui, vou tentar ser o mais técnico possível, afinal, meu propósito, o nosso propósito é descobrir quem mandou, quem foi o ator principal nesse roubo, como bem verbalizou o senhor.

A Corregedoria do Estado até agora... eu bem lembro de toda a publicidade que o Governador Moisés fez pegando dados, como bem citou o Milton, dados que eram de crescimento natural e atribuindo a eles, vestindo uma glória que não era a sua, para si, cheio de orgulho, tentando enganar a população. E lembro bem da publicidade que ele fez quando criou o seu cargo, e aqui nós votamos. Enfim, eu vou ser sucinto.

Hoje a Procuradoria não tem um feito sequer, senão ações que fala vício de origem, um ano e meio quase de trabalho e vocês nada fizeram, nada de expressivo, acho que é o termo certo, nada de expressivo senão falar de governos anteriores.

E aí a Procuradoria nada detectou no hospital de campanha, por exemplo. Na SCPar, que para meu choque a gente tem as denúncias, os senhores Deputados podem escrever aqui, eu vou falar em parte, Deputado Kennedy, e em parte eu vou profetizar: a próxima CPI que vai ter nesta cidade, vai ter nesta Casa, vai ser da SC Parcerias. Porque o dossiê que eu já tenho do porto de Laguna, enfim, do porto de Imbituba... E aí eu acho que até o Deputado Kennedy errou porque faz a denúncia — tinha que deixar consumir, Kennedy, consumir o contrato, porque a SC Par... Aí me choca porque o senhor é Procurador, tem o dever de fiscalizar, até aqui as ações foram levianas, foram irrisórias, e aí o senhor é conselheiro da SCPar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deputado, se me permite.

O presidente de SCPar, que é aquele que foi sócio do irmão do Lucas Esmeraldino, falou à imprensa que as minhas denúncias para abrir uma sindicância é preciso assinatura de todos os conselheiros, inclusive do senhor. Então, assina lá para fazer, porque só a partir da assinatura de todos os conselhos... agora tem um carro porque está tudo em casa, rodando o Estado para procurar a assinatura. Eu disse: é melhor apurar porque senão daqui a pouco vão pedir assinatura lá no presídio, porque se continuar assim... É uma barbaridade, sabe?! Só para fazer esse... a parte que o presidente da SC Par falou.

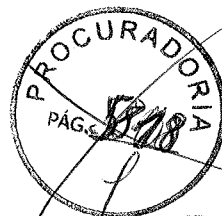
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Enfim, aí eu descubro e desanima meu espírito, e talvez a gente nunca viu isso no Estado sem antecedentes, o nosso Controlador-Geral do Estado é funcionário de uma empresa que ele vai fiscalizar. Enfim, preocupa-me muito.

Eu vou até encerrar, eu acho que os companheiros têm perguntas pertinentes, a gente tem dados concretos para chegar a um veredito final, para dar uma resposta à população catarinense. Mas algo me preocupou aqui, senhor Controlador, o senhor é conselheiro, tem essas três funções, e algo me preocupou porque mesmo com todo esse poder na mão, aqui mostrou duas coisas nas suas declarações: ou o senhor é omissor, ou o senhor foi conivente com corrupção.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



É isso que eu quero entender, talvez seja um ponto final e o senhor usou a expressão roubo aqui e depois indagado pelo Deputado Kennedy o senhor falou que foi...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ilícito. Se olhar no dicionário, fala de ações ilícitas, fala de roubo, praticamente a mesma palavra, e a Procuradoria não teve... Qual é o papel dela nessa compra? O senhor sabia, não sabia, o senhor recebeu ordem, o senhor teve autonomia, como foi a sua atuação? Porque R\$ 33 milhões se esvaíram, até agora nada voltou e um quica a bola joga para o outro. Qual foi o seu papel, o senhor teve culpa, não teve, foi omissor? É o que nós queremos entender, porque depois de tudo que eu vi aqui o senhor questionar, talvez, o senhor foi o que mais entregou informações importantes. Qual foi o seu papel, até onde o senhor foi omissor ou conivente com esse crime?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Omissão não houve porque o fato chegou a conhecimento da Controladoria-Geral do Estado no dia 18, dia 18 de março. É isso? Isso, 18 de março. Então, automaticamente, não houve é... qualquer... não, desculpa, 18 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — 18 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril esse fato chegou ao conhecimento da Controladoria-Geral do Estado. Então, no momento que tomou conhecimento, todas as ações necessárias foram feitas, certo? Apresentamos pro Secretário qual eram os riscos do contrato, quais seriam as medidas.

Então foram três medidas ali adotadas, o.k.? Uma era visando reequilíbrio financeiro-econômico do contrato, que aquela... até aquele momento você tinha uma expectativa de receber uma máquina um va, valor inferior ao contratado e já não havia aquele cumprimento de prazo, né, porque o valor tava associado à entrega quase que imediata do produto. Então haveria uma necessidade de um reequilíbrio financeiro do contrato, e isso foi apresentado ao Secretário.

Na sequência, a instauração de investigação preliminar, tá? Isso foi um ato da própria Controladoria, e solicitamos a instauração de sindicância investigativa na SES com relação ao processo em si para apurar as responsabilidades daquela questão.

Na sequência, o que que nós tivemos? Representação à PGE para que adote medidas cautelares judiciais e extrajudiciais contra a empresa Veigamed. Então, no momento que nós tomamos conhecimento da dimensão do que estava acontecendo até aquele momento, de um ilícito e um descumprimento de contrato, né, ilícito porque as peças apensadas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tem alguns erros, Procurador, me perdoe, desculpa lhe interromper, mas a Veigamed é uma empresa fantasma, ela não existe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então nós temos que achar agora o gênio que pagou os R\$ 33 milhões. Vocês levaram um golpe...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então, automaticamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...ou desviaram dinheiro.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — (Ininteligível.)

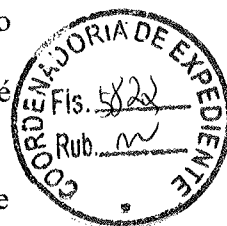
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, o que a gente quer saber, a empresa é fantasma. Argumenta bonito, o senhor é bom de argumento, o senhor é um professor, mas a empresa é fantasma, não existe. A Justiça não conseguiu recuperar o dinheiro, não conseguiu rastrear, sumiu!

A empresa não existe, vocês levaram um golpe, foram enganados. Então agora é apurar de quem... porque tem leis de responsabilidade fiscal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso. Por isso que tem que ser apurado administrativamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não é em uma empresa, é no Governo...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...é no seu grupo de trabalho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo, isso. É esse o que o meu grupo de trabalho vai apresentar, quais são as responsabilidades administrativas dentro do Executivo estadual. Então, o meu grupo de trabalho ele vai trazer essa resposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu só vou registrar aqui e repito: dinheiro público desviado, principalmente de saúde, é um dinheiro maldito, é um dinheiro que o câncer vai levar, que um acidente vai levar, cedo ou tarde a lei da sementeira, e eu creio nisso, ela vai levar. É até difícil ser técnico nessa hora, senhor Presidente, porque isso magoa muita a gente, fere, é cuspir na cara do cidadão catarinense.

E no demais, eu só vou deixar aqui os parabéns aos trabalhos, aos Parlamentares, que com afinco e dedicação se debruçam em cima desse material e vêm aqui sempre com responsabilidade ao povo catarinense de esclarecer as verdades.

Nós entramos aqui pela manhã, são quatro horas da tarde, eu acho que ninguém aqui almoçou, eu comi uma maçã, mas o nosso compromisso com a verdade é maior.

Então parabenizo os senhores pelo trabalho, tem meu respeito e minha admiração.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu agradeço os elogios, Deputado Felipe Estevão.

Senhor Luiz, para a gente ir às conclusões, certo? Eu agradeço o senhor pela paciência que tivestes até agora, é o mesmo cansaço que o senhor suporta, e nós o suportamos muito maior porque já tivemos antes do senhor mais três pessoas que foram ouvidas.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Sargento Lima, depois que o senhor concluir, eu só gostaria de o senhor, ou um outro Deputado, ou o Relator Ivan Naatz, em cima das perguntas do Felipe... o Felipe perguntou, e o Secretário respondeu as datas que ele começou a participar. Eu só queria, para quem está assistindo pudesse ter esse esclarecimento, as datas que o Secretário recomendou que tinham irregularidades, etc., elas são anteriores às denúncias terem vindo a público ou foram depois? Só fazer a correção nessas datas, se esse alguém aí puder dar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São posteriores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O senhor entendeu?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Anterior, anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Entendi.

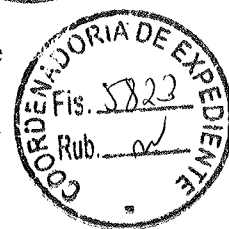
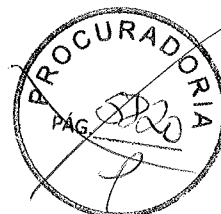
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Já estava na mídia, havia a primeira denúncia...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Eu apresentei dia 18, dia 24, e a denúncia é do dia 28. Ah... eu apresentei a resposta ao Secretário da Saúde dia 24, e a mídia, né, a reportagem é da data do dia 28.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Luiz, o fato de desconhecer a lei não te exime dela, isso é um fato, não te exime dos rigores da lei.

Eu senti aqui, lógico, na função de Presidente da Comissão, eu quero ver se algum Deputado saiu em prejuízo em relação à sua pergunta. Nós sabemos que todos esses fatos que envolvem a celebração do contrato com a Veigamed configura um ilícito que foi feito a várias mãos, isso aí uma pessoa não levou sozinha, isso é um fato. Ou se foi de forma dolosa ou culposa, isso aí também vai ser estudado mais tarde.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porém, teve a pergunta do eminente Deputado João Amin quando perguntou, e o senhor disse que não era o objeto desta Comissão saber disso, e é o objeto, porque as pessoas estão intrinsicamente ligadas.

O Secretário da Casa Civil foi operador de *marketing* durante o segundo período da campanha do Governador Carlos Moisés, o Matheus Hoffmann já era auxiliar do próprio Douglas Borba, enfim, está sendo montada uma estrutura de pessoas que estão envolvidas no ilícito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obviamente, que mais tarde vai ser provado se é ou não, e também se foi culposos ou doloso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então é pertinente a pergunta dele a sua indicação. Obviamente, que o senhor não estava passando na frente do Centro Administrativo com currículo na mão, entrou lá e eles resolveram te contratar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Alguém lhe chamou, esse cargo não é colocado na Internet à disposição para que apresente esse currículo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A sua indicação para o cargo que o senhor exerce até a data de hoje foi feita por quem? Alguma pessoa, um nome falou, e esse nome tem que ter te conhecido anteriormente. Quem foi que te indicou ao cargo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O professor Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O Coronel Márcio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O professor Marcelo tem a capacidade de te contratar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Na realidade, na questão da transição se estruturou as pastas e houve a conversa se eu tinha interesse ou não na CGE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor demonstrou seu interesse...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu demonstrei meu interesse, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quem falou sim, está contratado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, o senhor Governador.

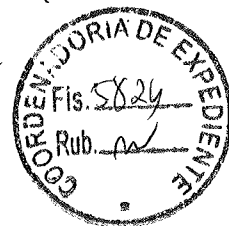
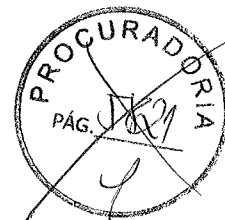
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Essa era a pergunta que o João Amin fez.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, tá.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor falou da coação, ou da ameaça, ou de alguma forma daquilo que foi feito, também foi uma pergunta que ficou prejudicada.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se eu digo que alguém me coagiu ou me ameaçou, eu tenho que falar: Olha, o Deputado Ivan Naatz me apontou um porrete e eu me senti ameaçado, ou Deputado Kennedy Nunes gritou comigo e eu me senti coagido, ou o Deputado Milton Hobus sabia de algo que eu fiz e falou: Lima, ou você faz isso ou eu revelo aquilo, aí eu tenho que ser coagido dessa forma.

Qual foi a forma que o Douglas Borba, o ex-Secretário da Casa Civil, te coagiu? Qual foi a forma? De alguma forma ele te coagiu, ele falou alguma palavra.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, ele tava atribuindo que se houvesse é... ts, mortes relacionados a médicos e enfermeiros eu poderia ser responsável a isso, porque estávamos tratando de uma compra de EPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que se alguém morresse em Santa Catarina... isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Automaticamente eu tava... eu tava bloqueando uma aquisição, e identificou que, na realidade, se eu não aprovasse aquilo ali, aquela aquisição, nós teríamos é... consequências, e essas consequências poderiam vir a ser é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Compreendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Entendeu? Nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Aí, na crise de consciência, o senhor falou: Olha, pode ser que não quero ser responsável por morte nenhuma, e assim vai.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, não. Na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas, enfim, não é o Chefe da Casa Civil que deliberava por isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Por isso que de fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Chefe da Casa Civil não tinha que se envolver nesse assunto.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não é da competência dele.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se algum Secretário tivesse que usar esse tipo de argumento seria o Secretário da Saúde. E por que houve interferência do Douglas Borba nesse assunto de forma específica? Porque, se alguém viesse falar para a compra de EPI, seria o Secretário da Saúde, o Helton Zeferino.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque a gente tem que parar com esse negócio de não falar o nome da pessoa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

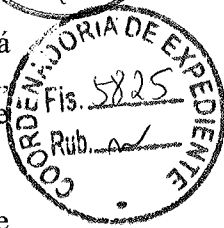
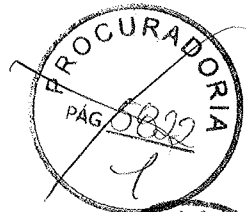
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se não é o Helton Zeferino, por que o Douglas Borba teve de intervir? Por que houve a intervenção do Douglas Borba?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Ah, isso eu desconheço.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Controladoria, está aqui nas minhas anotações, vai ser acionada de alguma forma, ou mediante a queixa de alguém, que alguém vai lá e fala assim: Olha, está acontecendo isso, ou através da imprensa, enfim, de alguma forma ela tem que ser... Mas existem gatilhos que ela tem que ser acionada sozinha.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, são as trilhas de auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São as trilhas de auditoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O valor, o preço faz parte desses gatilhos que acionam o serviço da Controladoria.

Por exemplo, se eu for comprar um pacote de pipoca que custa R\$ 50,00 não vai acionar esse gatilho, e vocês não serão acionados. Mas, se eu for fazer uma compra de R\$ 33 milhões, automaticamente, já no início deveria ser acionado. Ou não existe um valor, ou depende de uma queixa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Depende de um... uma lista de quesitos. Uma delas, por exemplo, é o período que você tem entre a assinatura do contrato, publicidades e pagamento. Com a questão da pandemia isso deixou de ser... na realidade é... uma trilha, era um falso positivo, tudo caía como restrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Entendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Entendeu? Então, automaticamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só para eu encerrar...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Diga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu acredito que tem mais algum Deputado que queira fazer mais alguma pergunta, mas eu preciso encerrar ela.

Quando o senhor foi coagido, desculpe-me, a formação do senhor é qual?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual a idade do senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 52.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — 52 anos. O senhor não é um homem hipossuficiente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor é um homem alfabetizado e já falquejado nos bancos de uma faculdade, com certeza deve ter suas especializações, e por que... Existem dois caminhos para quando alguém é ameaçado ou coagido. O primeiro deles é a Polícia Judiciária, o senhor estava sendo molestado no local de trabalho; e o segundo, que como funcionário público, tem uma Corregedoria para isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por que o senhor não procurou nem uma nem outra na data, e não quando foi perguntado pelo Gaeco? Na data, por que o senhor não perguntou?

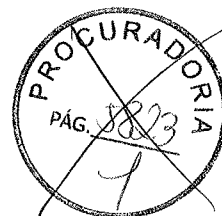
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque na, na, a questão em si que, quando tomei a decisão, quando eu apresentei as ilicitudes do processo e o processo não tinha como ir à frente, né, que a questão ela esmoreceu, não veio uma cobrança, uma segunda cobrança nele com relação ao fato.

Talvez se tivesse é... insistido na, na, na cobrança em si, na aprovação em si, eu poderia ter feito...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não existiu um motivo de ele insistir porque já veio à tona o assunto, todo mundo já ficou sabendo. Enfim, senhor Luiz, o senhor ainda tem alguns minutos para umas considerações finais se achar necessário.

Deputado Ivan Naatz, com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa insistir, mas quanto mais o senhor fala, mais eu fico... Olha só, o senhor disse – eu verifiquei nas minhas notações e fiquei com algumas dúvidas – que entrou o processo dia 18 de abril, certo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O processo dos respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso, respiradores, nós estamos falando dos respiradores, dia 18 de abril.

A notícia do Intercept foi dia 17 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou seja, a imprensa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, 28 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, 28 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 28 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Acabei de receber essa informação aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, 28 de abril, 28. Dia 24 eu conversei com o Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor entrou antes da notícia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Antes da notícia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque houve uma solicitação da Secretaria da Saúde pra avaliar o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Avaliar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que já tinham feito a entrega?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pediram para avaliar o processo. Aí, vai ser feita a avaliação. Já, já tinham feito uma... uma notificação de descumprimento do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aquele repórter do Intercept Brasil, ele entrou em contato com o senhor pedindo esclarecimento disso daí?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele entrou acho que a posterior, com relação à publicação em si.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entrou.

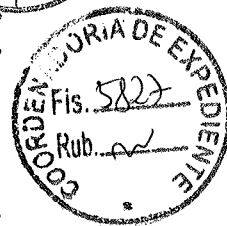
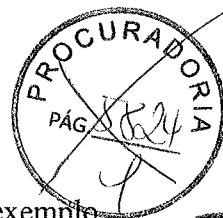
O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Acho que foi, pra ver quais medidas que a CGE iria adotar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Então o que acontece, nesse processo houve uma troca de equipamento, houve pagamento antecipado, tudo isso que o senhor já falou a gente já falou aqui. Só que assim, ó, o senhor entrou no processo dia 18 de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



abril, o pagamento 2 de abril, dezesseis dias tem a não entrega. O senhor acredita, por exemplo, e se eles estivessem entregado o equipamento no prazo, mudado o equipamento, mudado, porque foi mudado o equipamento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi entregue.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos voltar, vamos tentar corrigir, fazer menos ruim, se tivesse entregue outro equipamento, outro, mas respeitado o prazo de entrega, o senhor acredita que isso teria vazado, a gente teria sabido?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque nós já estávamos é... estruturando o Portal de Transparência e todos os processos do portal eles iriam ser auditados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Todos?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Luiz, mais uma vez reiteramos os agradecimentos a esta Comissão. Se o senhor achar necessário as considerações finais... senão o senhor está dispensado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Só tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço à assessoria que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...só tem um documento pra constar que seria um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu quero indicar aqui para o senhor o endereço eletrônico no qual...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...no qual o senhor tem que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...que são as ações da Controladoria, né, como órgão central de controle interno. Então seria interessante essa questão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Esse aqui é pra enviar o relatório lá?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O relatório que foi pedido pelo eminente Deputado Ivan Naatz.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá. Ótimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa se a gente foi um pouco...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes de encerrar a reunião, convoco para a próxima terça-feira...

(A assessoria informa que tem mais um depoente a ser ouvido.)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem mais um.

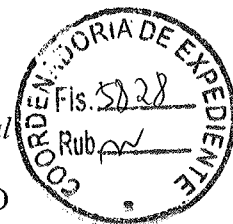
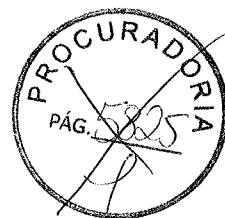
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que encaminhe aqui... Aqui você já vai perdendo a noção do tempo e do espaço. *(Risos.)*

(O senhor Luiz Felipe Ferreira deixa o recinto.)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



A pedido do Deputado Felipe Estevão, faremos cinco minutos de intervalo.

(Pausa.)

Já foi feita a conferência de que existe quórum para a reabertura da reunião novamente. Solicito à assessoria que encaminhe a este ambiente a próxima testemunha.

(O senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Muito boa-tarde e seja muito bem-vindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O nome do senhor, por gentileza.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Wagner Tadeu Martins Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, o senhor tem ideia do porquê foi convidado para esta reunião nesta tarde da Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, nada mais que a verdade no âmbito desta Comissão com pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim, totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrando o senhor que tem o direito de permanecer calado e esse direito tem que ser expresso...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...porque o silêncio não nos remete a nenhum tipo de resposta. Então, se foi feita uma pergunta e o senhor tiver vontade de permanecer calado que o senhor fale assim: Eu quero permanecer calado diante dessa pergunta.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, eu vou pedir que o senhor retire a máscara para que fique melhor o entendimento, e o senhor vai falar o nome completo, a sua profissão, o seu endereço e a sua data de nascimento.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Wagner Tadeu Martins Queiroz, sou engenheiro eletricista, domiciliado na Servidão Isabel Vieira Pacífico número 242, apartamento 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, eu vou passar a palavra ao Deputado Ivan Naatz para que ele possa iniciar as perguntas.

Vossa excelência com a palavra, Deputado Ivan Naatz.

O senhor se compromete em dizer a verdade?

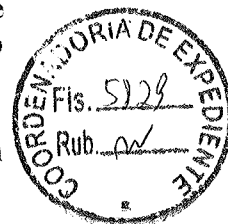
O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim. O, o endereço acho que foi o... é que nós mudamos recente, é Servidão Nossa Senhora do Amparo, número 24 é... 270, casa 1.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Senhor Wagner, o senhor não está aqui na condição de investigado, está aqui na condição de testemunha porque eu preciso compreender algumas coisas que aconteceram nesse processo de licitação e preciso que o senhor nos ajude a esclarecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Trata-se do processo de licitação dos respiradores, compra emergencial, pagamento antecipado, o senhor sabe tudo isso aí?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Eu queria mostrar um documento em que o senhor faz uma certificação – é o primeiro.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Esse documento está no processo licitatório, é o número 0400/2020, dia 30/03/2020. O senhor reconhece esse documento?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —

Lá está escrito o seguinte: *(passa a ler)* Encaminhamos esta CI em resposta, onde a Secretaria de Estado da Saúde de SC manifesta interesse na aquisição de Respiradores Mecânicos (Ventilador Pulmonar), a fim de garantir a ventilação de pacientes com a Covid-19 (...).

Conforme a Proposta da empresa “Veigamed Material Médico e Hospitalar EIRELI” o valor unitário, sem impostos, é R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Diante do pleito apresentado e das especificações técnicas (página 36) analisadas acostados no processo, onde foi demandado análise e parecer, esta Engenharia e a Comissão de Intensivistas (UTI), onde vai levado em consideração a marca, o modelo e as relevâncias apontadas nesse orçamento analítico, de forma unitária, evidenciando que o Respirador Mecânico (ventilador pulmonar) atende e garante ventilação de pacientes com a Covid-19.

Então o senhor certificou...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim, conf...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...a qualidade daqueles produtos. Poderia explicar para a gente?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Conforme o orçamento recebido da empresa, foi feito uma solicitação de análise técnica quanto ao descritivo daquele equipamento. O descritivo, o orçamento da empresa Veigamed, página 36, tinha um descritivo do, do que precisava ser analisado.

É... conforme as especificações lá, aquele equipamento, sim, atende a utilização em UTI para pacientes com o Covid.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Depois, veio uma segunda CI, a 0524/2020.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 0524/2020. A assessoria poderia colocar ali? A 0524, essa daí. Depois a gente tem esse documento datado no dia 17/04/2020: *(passa a ler)* Frente ao PSES 37070/2020, onde a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina manifesta interesse na aquisição de 200 (duzentos) Respiradores Mecânicos, esta Engenharia Clínica destaca que a empresa “Veigamed Hospitalar”, apresentou como proposta o Respirador Medical C35...

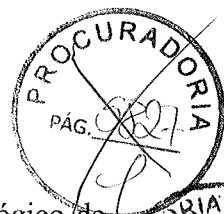
O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim, a proposta inicial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...conforme páginas 27 a 41 dos autos, onde o item supracitado foi ventilado com base nas especulações técnicas contida na página 36.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



No dia 08/04 a empresa recebeu a 1ª Notificação por descumprimento cronológico de entrega da proposta, conforme abaixo anotado:

- 100 unidades entregues entre os dias 05/04/2020 e 07/04/2020.

Contudo, foram apensadas ao processo as Proformas Invoice, PI número tal, com modelo divergente ao analisado, validado e solicitado. Ai tem a foto dos produtos.

Essa Engenharia Clínica sugestiona que Comissão de Médicos Intensivistas da Secretaria de Estado da Saúde seja consultada, a fim de validar, ou não, as especificações técnicas e a aceitação do item informado, conforme *ProformasInvoice*, haja vista que o mesmo diverge da proposta inicial, podendo não garantir a ventilação de paciente com a Covid-19, além das situações diversas de UTI.

O senhor comunicou isso aqui para a Secretaria?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor comunicou. Muito bem. O que a Secretaria fez?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Foi solicitado esse, esse primeiro lote seria entregue entre 5 e 7, e foi observado que a documentação, logo após a primeira notificação da empresa, era divergente de modelo, marca e modelo. ã... foi então gerado esse documento alertando que poderia algo dar errado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O senhor agiu corretamente.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Foi encaminhado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor comunicou...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pediu a formação de uma comissão de médicos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu quero saber o que aconteceu desse documento aqui? O que aconteceu disso aqui?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Esse, esse documento foi encaminhado direto para a Superintendência de Gestão Administrativa, e até então eu não consigo responder o que que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que aconteceu. O senhor não sabe por que não foi feita a comissão?...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não consigo informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu observei isso aqui, depois do ofício do senhor, a folha 117 o senhor pediu isso. Ai, o que aconteceu? A página 118 seria, no caso, a resposta ao ofício que o senhor deu?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

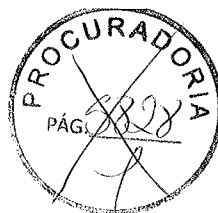
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi desentranhada do processo. Está aqui uma certidão, foi desentranhada pelo usuário 5.916.478.690. O senhor sabe por que isso aconteceu?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— ã... eu não consigo identificar quem é esse usuário. ã... eu me recordo até de ter colocado, anexado ao processo, uma primeira CI, em que depois foi alterado no texto, foi feito uma melhoria no texto e excluído. Mas eu não saberia dizer se é esse, essa sequência.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor não pôde até hoje certificar se esses equipamentos que chegaram são ideais para o tratamento da Covid. Ou seja, essa substituição foi feita, ela?...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Houve uma participação de, de um médico anterior que me auxiliou nas validações e que fazendo um comparativo entre os orçamentos que nós recebemos e esse equipamento, dentre eles, esse equipamento, é até oferecido por outras empresas, é... ele se tornava pouco robusto quanto à utilização dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O senhor chegou a questionar a Márcia Pauli por que não foi atendido o que o senhor solicitou?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Á... na verdade, não. É... foi encaminhado o documento, e como a demanda é bastante grande com relação à aquisição de equipamentos médicos hospitalares pra abertura de novos leitos, eu não, não fico checando o processo a todo momento pra ver em que estágio de tramitação ele está.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor trabalha onde? Trabalha lá dentro da Secretaria?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Dentro da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor tem contato direto lá? Assim, o senhor vê as pessoas andando, circulando.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim, certamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como aqui.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu trabalho dentro da Assembleia, então vejo as pessoas andando, saindo, entrando.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor viu outros Secretários lá dentro da Secretaria de Saúde nesse período da epidemia, essa confusão que deu toda na compra de equipamentos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não, não. Eu fiquei do dia 23 de março ao dia 3 de abril é... prestando assistência dentro da Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E lá na Defesa Civil?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque a gente tem afirmação que o... cuidado!

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente tem afirmação que foi criado um centro de geração, um centro especial, né...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...de controle de epidemia.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

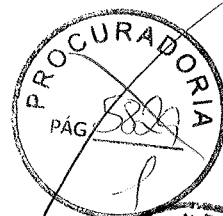
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acompanhou esse processo lá?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— É que assim, foram criado diversas frentes, e eu estava numa sala junto com a servidora Márcia só analisando especificações técnicas de equipamentos, mas existiam diversas outras salas com diversos outros, outras frentes de trabalho em que eu não trabalhava.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Circulavam pessoas estranhas que não eram servidores dessas frentes?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Naquele momento, para mim todos eram estranho porque eu nunca tinha feito parte até então daquela... da, da Casa Civil da, perdão, da Defesa Civil e de outros lugares além da Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Então as pessoas do meu convívio, é... as pessoas que eu cruzava ou dentro do setor, sim. Mas uma grande parte não, desconhecia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi. O senhor trabalhava na mesma sala que a Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas teve muito contato com ela nesse período?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É, antes ou após?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Durante o período daquela confusão do hospital de campanha, da compra dos respiradores, dos equipamentos de UTI, que virou esse fervor, esse...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É, éque, é que muitas, muitas das informações não chegavam até o setor núcleo de engenharia, até porque a, a função era analisar especificações técnicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas eu estou falando assim como companheiro. Eu também não trabalho no gabinete do Deputado Sargento Lima...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...nem do Deputado Kennedy, mas conversamos sobre as coisas que acontecem.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia não conversou com o senhor sobre o que estava acontecendo na Secretaria, essas compras, essa confusão toda?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, porque até então eram especificadas, o que vinha como demanda era analisado e devolvido aos responsáveis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela não reclamou para o senhor: ó, de alguma maneira acelera essa certificação, termina isso aí, devolve.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não. O, o que existia era, tinha um período de tempo bastante curto pra fazer as análises. Isso sim, mas isso nesse processo e em qualquer outro que eu analisei.

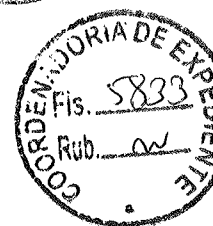
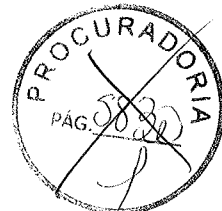
Então existia realmente uma, uma cobrança no sentido de que precisava agilizar processos de análise e devolução do, das respostas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados, senhor Presidente – pode tirar a imagem –, eu só convidei o senhor para vir aqui, estou falando isso para os Deputados, porque o que acontece? Ele certificou que aquele equipamento era bom. Depois a empresa tentou trocar o equipamento, trazer outro, aí ele pediu para juntar, para criar uma junta médica para certificar que esse segundo produto atendia ou não as especificações. Isso aconteceu em 17/04 quando o governo ainda insistia que vão entregar o equipamento. E, do nada, sumiram as peças do processo que vêm depois dessa solicitação, ou seja, ele faz a solicitação, somem as peças e o processo continua, claro que já com o estrago estabelecido.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Então, o objetivo de convidá-lo para vir aqui é justamente para também chamar a atenção de vossas excelências com relação a essa tentativa de fazer passar aquele novo equipamento por um equipamento que atenderia às necessidades. Mas estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, como esse é um assunto mais técnico de uma preocupação do Relator, até porque eu estou entrando hoje na CPI, eu abduco de fazer alguma pergunta. Até porque não tenho o conhecimento desse fato específico. Mas só perguntando, Relator, houve um novo desentranhamento? Então não é só o desentranhamento do Intelbras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Daquela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tem um novo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que eu acredito – e isso eu perguntei, e ele disse que não sabe – é que ele pediu, alguém fez, isso desagradou e foi sacado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ele só sabe até a hora que pediu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Até a hora que pediu. Se ele soubesse, ajudaria bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, foi bem claro o motivo da visita do senhor até aqui, e nós nos sentimos agradecidos por ela.

Deputado Solpesa, vossa excelência tem alguma pergunta? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu gostaria de pedir, e talvez quem sabe já tenha respondido e peço desculpa, o primeiro equipamento foi devidamente atestado, cujo parecer foi favorável à sua aquisição tecnicamente. O segundo equipamento, na sua avaliação, ele pode substituir o primeiro equipamento?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Esse segundo equipamento, ele é pouco robusto comparado com o primeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pouco robusto, isso falando, tecnicamente, em relação ao tratamento da doença e em relação ao preço?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É, em nenhum momento nós fizemos a análise econômica-financeira dos itens analisados. Até porque existe os, os setores competentes dentro da Secretaria pra esse fim. Então foi feito a análise somente técnica de funcionamento do equipamento. É... fazendo um comparativo entre o primeiro analisado e o segundo, é... eu não aconselharia uso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Este é inferior àquele.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim. Ele tem, tem menos é... é... parâmetros que o primeiro, algumas análises de formas e, e, e leituras de alarmes, tudo inferior ao primeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É mais uma fragilidade nesse processo.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Fazendo esse comparativo ele, ele, não, não que estaria totalmente descartado, mas ele é pouco, pouco robusto comparado com esse primeiro.

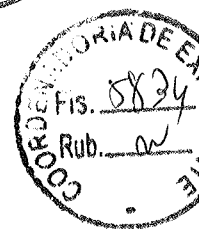
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k. Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente conseguiu ali, senhor Wagner, óbvio que a gente esteja procurando algo que se aprofunda mais que isso aqui, porém a gente tem um olhar de investigação, parte de um olhar de polícia, onde nós já tivemos hoje aqui um festival de sequências erradas que foram elencadas para aqui.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



Posteriormente, o senhor pode até acompanhar pela Internet, pelo YouTube, pelo canal da TV AL.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A exigência dos médicos na segunda perícia que o senhor realizou foi de ideia... por isso que a gente pergunta se sabe que está compromissado com a verdade...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...Olha, é necessário médicos nisso aqui, partiu do senhor? Ou alguém falou assim: Olha, por que não faz uma junta médica?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, partiu da engenharia um auxílio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Da engenharia, não do senhor?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu, Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A engenharia toda se resume na pessoa do senhor?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então o senhor que pediu os médicos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu pedi o apoio até porque é... a especificação do equipamento é analisado pela engenharia. Agora, a utilização, até por se tratar de um equipamento marca e modelo não usual da Secretaria, eu pedi esse apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E para finalizar – por isso que eu digo, sempre compromissado com a verdade – alguém, ou alguma pessoa, ou algum órgão veio e demonstrou insatisfação com o resultado do laudo dos médicos ou ele não chegou a ser feito?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, em nenhum momento. Não teve nenhum retorno nesse sentido desaprovando o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nem de nenhuma pessoa?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, de forma alguma, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quando o Deputado Ivan Naatz perguntou de quem circulava e quem ia, o senhor conhece pessoalmente a figura do Leandro, uma pessoa que atende pelo nome de Leandro?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu sei quem se trata agora até em função de toda essa CPI, mas, pessoalmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Viu ele mais de uma vez dentro do local onde o senhor trabalhou durante esse período?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E conheceu ele de onde então?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Das notícias que andam circulando na, na mídia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Em contato, o senhor falou que trabalhava com a Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Márcia, sim.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — No mesmo prédio?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É. Num período era assim, no mesmo andar, porém em local, em salas distintas. Ela fazia parte de um, de um setor, gerente de um setor, e eu fico colocado dentro do núcleo de engenharia clínica da superintendência de hospitais públicos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor disse que a única cobrança que lhe era feita era a celeridade...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...que as coisas fossem feitas de forma rápida.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim, isso sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Celeridade significa dar conclusão rápida. E o dar conclusão rápida não te conduz a erros?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Por isso eu pedi o apoio de uma junta médica pra avaliação do equipamento, a fim de zerar ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De todas essas compras que foram feitas, compraram isso, compraram aquilo, só essa do respirador que exigiu laudo?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, todos precisaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quem te cobrava essa celeridade, essa pressa toda?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Isso vinha direto da SGA, direto da Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente tem que parar de falar nome de equipe porque as pessoas tem nome. Da Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E ela falava assim: Olha, eu quero que seja feito ou alguém determinou que seja feita rápida? Olha o Secretário Fulano pediu rapidez nisso aqui, ou ela mesma dizia: Eu quero.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, eu preciso que isso aqui seja é... respondido o quanto antes. Mas não colocava nome de outras pessoas junto às solicitações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu quero agradecer a presença do senhor e consulto os demais Deputados... Encerrado.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que acompanhe o depoente.

(O senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz deixa o recinto.)

Antes de encerrar, convoco uma reunião para a próxima terça-feira, e diante de tudo que foi dito aqui, digo que Deus tenha piedade do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, para encerrar, eu estava ali atrás agora dando entrevista. Eu saio daqui hoje, Deputado Cobalchini, Deputado Sopelsa, Deputado Felipe Estevão, Relator e Presidente, e a vontade é de chorar, a vontade é de chorar por saber que nós estamos nas mãos desse povo tão despreparado e com maldade no coração, com maldade no coração.

Eu vou ler uma mensagem que eu recebi há pouco de um empresário que me mandou agora aqui, olha só: “Muita calma nessa hora, punição para quem merece, mas nosso Estado já



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

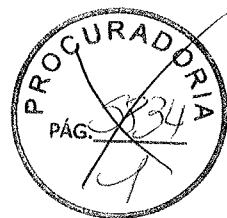
COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



está mal, não pode quebrar. Boa sorte e que Deus ilumine vocês.” Oremos. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]



**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI**



Evento 82

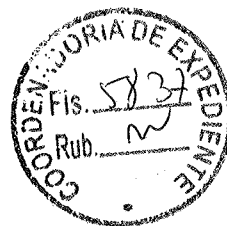
Evento:
PETICAO

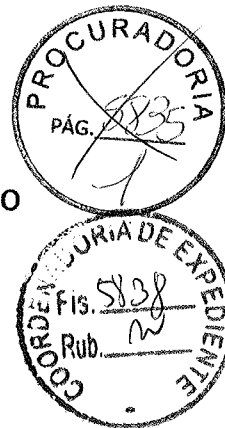
Data:
10/06/2020 17:16:06

Usuário:
SC003439 - MARCIO DE SOUSA ROSA - ADVOGADO

Processo:
5040138-11.2020.8.24.0023/SC

Sequência Evento:





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA REGIÃO
METROPOLITANA DA CAPITAL/ ESTADO DE SANTA CATARINA**

Processo n.:5040138-11.2020.8.24.0023

O **Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI**, constituída pelo Ato da Presidência n. 11 – DL, de 2020, para apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à dispensa de licitação n. 754/2020, formatada pela Secretaria de Estado da Saúde, representado pelo Procurador-Geral Adjunto da Alesc, comparece à presença de Vossa Excelência, em adendo ao petitório anteriormente protocolizado, tão somente para informar que, tendo em vista que atualmente o Sr. **Fábio Deambrosio Guasti** encontra-se no DEAP/Penitenciária da Capital na Agrônômica, a solicitação mencionada será encaminhada ao referido órgão.

Florianópolis, em 10 de junho de 2020.

Marcio de Sousa Rosa

Procurador-Geral Adjunto da Alesc

OAB/SC 3.439

Evento 83

Evento:

PETICAO

Data:

10/06/2020 17:30:26

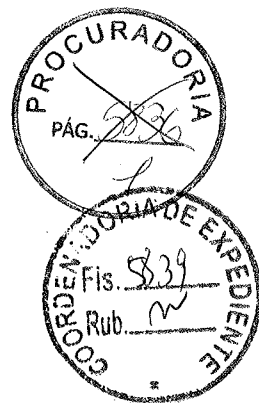
Usuário:

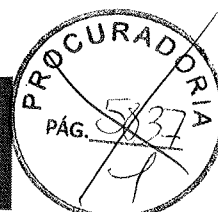
SC025638 - PAULO CESAR SCHMITT - ADVOGADO

Processo:

5040138-11.2020.8.24.0023/SC

Sequência Evento:





EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL METROPOLITANA DA
COMARCA DA CAPITAL.

Advogado Preso

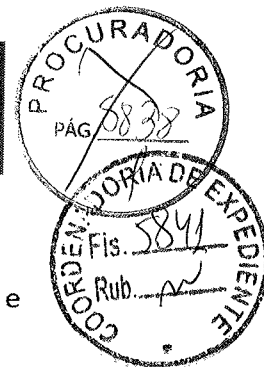
DOUGLAS BORBA, qualificado nos autos do Pedido de Prisão Preventiva nº. 5040138-11.2020.8.24.0023, por seus procuradores adiante assinados, comparece perante Vossa Excelência para expor e por fim requerer:

I. Da prisão domiciliar

1. O investigado foi preso preventivamente nos autos em epígrafe em 09.06.2020.
2. Analisando os autos, se tomou conhecimento do despacho de Vossa Excelência determinando que o Departamento de Administração Prisional, em 48 (quarenta e oito) horas, esclareça, de forma pormenorizada, o local de recolhimento dos investigados, dentre eles, do ora requerente.
3. Diante disso, informa-se a Vossa Excelência que o requerente se encontra recolhido no sistema penitenciário catarinense.
4. Entretanto, como já reconhecido pelo MPSC e, agora, por Vossa Excelência na decisão do evento 73 dos autos, o investigado é advogado inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil e, por óbvio, portador de diploma de ensino superior.
5. Em razão da sua condição de advogado, a Lei nº. 8.906/94 em seu artigo 7º inciso V¹, assegura ao requerente que **não seja** recolhido preso, antes de

¹ Art. 7 [...]

V - não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas e, na sua falta, em prisão domiciliar;



sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e condições dignas e, na sua falta, em prisão domiciliar.

6. Ao que se tem conhecimento, o sistema prisional onde se encontra o requerente não possui instalações condizentes e condignas semelhantes a sala de Estado Maior. As condições das instalações e das acomodações existentes no sistema carcerário catarinense/Penitenciária de Florianópolis, que não detém espaço compatível com sala de Estado Maior ou equivalente, mostram a necessidade da prisão domiciliar.

7. Nesse sentido, colacionamos o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

“Ementa: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO EM LOCAL NÃO COMPATÍVEL COM A SALA DE ESTADO MAIOR. EXCESSO DE PRAZO. ORDEM CONCEDIDA. 1. O recolhimento da paciente em local não condizente com as características de sala de Estado Maior, previstas no art. 7º, inc. V, da Lei 8.906/1994, está em descompasso com a jurisprudência desta Suprema Corte, que autoriza, à sua falta, a adoção de medida cautelar diversa. 2. No caso, a manutenção da paciente há quase dois anos em local inadequado, sem as condições básicas de assistência à pessoa encarcerada, conforme reiteradamente informado pelo Comandante Geral do Corpo de Bombeiros de Alagoas, traduz verdadeiro excesso de prazo da segregação cautelar. 3. Ordem concedida com fixação de medidas cautelares diversas da prisão.”²

8. Recentemente (março de 2020), o Min. Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal, ao analisar o Recurso Ordinário em Habeas Corpus n. 179861 de Santa Catarina, em caso semelhante ao do ora investigado em que o advogado estava recluso nas dependências do sistema prisional catarinense (Penitenciária de Florianópolis/SC), entendeu que a segregação provisória do profissional deve se dar em “*instalações e comodidades condignas*”, concedendo a ordem nos seguintes termos:

² HC 131555, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 08/03/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-054 DIVULG 22-03-2016 PUBLIC 28-03-2016



"[...]

Posto isso, com fulcro no art. 21, § 1º, do RISTF, dou parcial provimento ao recurso em habeas corpus para determinar que o recorrente seja transferido para uma Sala de Estado Maior ou para local que ofereça instalações condignas, nos termos do art. 7º, V, da Lei 8.906/1994.

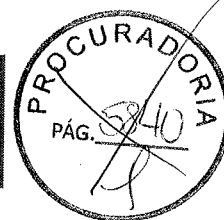
"[...]"

9. Nesse passo, diante de situação semelhante já analisada pelo Supremo Tribunal Federal onde constatou-se a necessidade do advogado aguardar a marcha processual em prisão domiciliar na falta de estabelecimento adequado, mostra-se adequada a conversão do cumprimento da segregação preventiva em regime de prisão domiciliar.

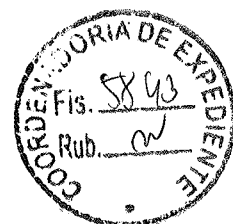
10. Não bastasse isso, deve ser considerada a recomendação n. 62 de março de 2020, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ onde foi declarada "[...] situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN veiculada pela Portaria no 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020, e o previsto na Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus."

11. Ainda, se extrai da mesma recomendação do CNJ, "que a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade é essencial à garantia da saúde coletiva e que um cenário de contaminação em grande escala nos sistemas prisional e socioeducativo produz impactos significativos para a segurança e a saúde pública de toda a população, extrapolando os limites internos dos estabelecimentos".

12. Leva-se ainda, a conhecimento de Vossa Excelência, que o **requerente é hipertenso conforme atestado médico incluso** e, portanto, está incluído no grupo de risco do novo coronavírus, **pois a hipertensão arterial é uma das comorbidades mais associadas às complicações fatais da Covid-19.**



13. Ademais, não há qualquer notícia da existência de crime praticado com violência ou ameaça contra a pessoa, além de ser primário, possuir residência fixa (bens de raiz) podendo cumprir prisão domiciliar como medida cautelar alternativa caso entenda necessário Vossa Excelência.



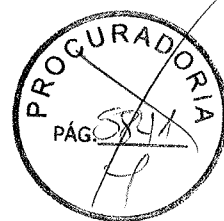
14. Pelos fatos expostos, o peticionário vem **requerer** a Vossa Excelência, caso mantida a segregação cautelar preventiva, em prol de sua saúde e/ou na ausência de sala de Estado Maior, **que o cumprimento se dê em prisão domiciliar**, sem prejuízo da análise de requerimento de Liberdade Provisória formulado em favor do ora requerente e que será protocolado separadamente.

Pede Deferimento.

Florianópolis, 10 de junho de 2020.

GIANCARLO CASTELAN
Advogado - OAB/SC 7.082

PAULO CESAR SCHMITT
Advogado - OAB/SC 25.638



EM
BRASIL
CO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SANTA CATARINA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

31884

NOME
DOUGLAS BORBA

FILIAÇÃO
CURVAL BORBA NETO
MARIA ELIZABETH KLEINE BORBA

NATURALIDADE
JARAGUÁ DO SUL-SC

DATA DE NASCIMENTO
28/05/1988

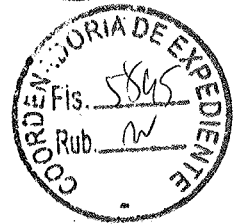
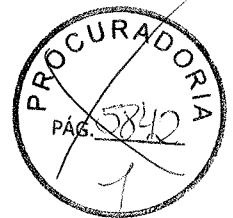
RG
10195589 - SSP

RG
888.449.178-58

RGADOR DE ORGAO E REGIÃO
NÃO DECLARADO

RG
01 17/06/2011

ASSINATURA DE BORBA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CARTÃO DE REGISTRO CIVIL, TITULO DO DOCUMENTO
E PESSOAS JURÍDICAS, DISTRITO DA SEDE**

Maria Nátalia da Silva
Oficial Registradora
Sistema Correi de Silva Junior
Ofício Substituto
Fátima Rocha da Silva
Substituto Registrador

Rua Sete de Setembro, 218 - Centro
CEP: 08160-000 - Biquinga/SC
Fone: (48) 3243-4318

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:
DOUGLAS BORBA
KAROLINE BUNN BORBA

MATRICULA:
105205 01 55 2012 2 00033 038 0004786 96

NOTAS COMPLETAS DE REGISTRO: DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CÔNJUGES

DOUGLAS BORBA - nascido em 28/05/1985, Jaraguá do Sul - SC, filho de **Durval Borba Neto** e **Maria Elisabeth Kleine Borba** e **KAROLINE BUNN** - nascida em 08/06/1986, Florianópolis - SC, filha de **Renato Bunn** e **Tania Mara Mariendal Bunn**

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO):
Vinte e quatro de abril de dois mil e doze

DIA MÊS ANO
24 04 2012

REGIME DE BENS DO CASAMENTO
Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR
DOUGLAS BORBA e KAROLINE BUNN BORBA

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Não há observações nem averbações.



Posto Judiciário
Estado de Santa Catarina
Série Digital de Fincalização
Normal

CRA01755-E40S

Confira os dados do ato em:
<http://silo.tsc.jus.br/>

NOTAS DO OFÍCIO
Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

OFICIAL REGISTRADOR:
Maria Nátalia da Silva

NUMERO DO DOCUMENTO:
Biquinga - SC

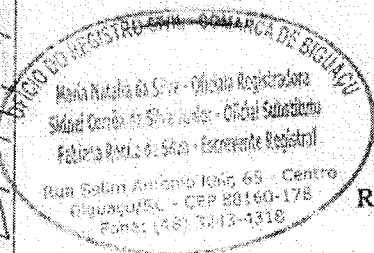
ENDEREÇO
Rua Sete de Setembro, 218, Centro - Cep: 88160-000 -
autoriz@sigua@hotmail.com - 48 3243 4318

Digitado por: Maria Nátalia da Silva
Emissão:
1 Imprimir - sem
2 Salvar em Formato PDF - Page 1/101 (CRA01755-E40S)

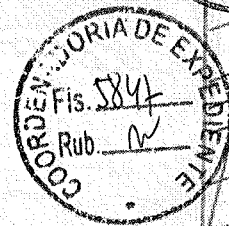
O conteúdo da certidão é verdadeiro: Dou eu
24 de abril de 2012, Biquinga - SC


Maria Nátalia da Silva
Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



CERTIDÃO DE NASCIMENTO NOME: RAFAEL BUNN BORBA

CPF

152.456.479-66

MATRICULA

105205 01 55 2019 1 00075 151 0024425 87

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO
Cinco de outubro de dois mil e dezenove

DIA
05

MÊS
10

ANO
2019

HORA DE NASCIMENTO
00:55

NATURALIDADE
Florianópolis-SC

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO
Biguaçu - SC

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF
Clínica Santa Helena, Florianópolis-SC

SEXO
Masculino

FILIAÇÃO

DOUGLAS BORBA, natural de Jaraguá do Sul - SC, residente e domiciliado à(em) Rua: Justino Adalberto Leal, 333, bairro Centro, Biguaçu-SC e KAROLINE BUNN BORBA, natural de Florianópolis - SC, residente e domiciliada à(em) Rua: Justino Adalberto Leal, 333, bairro Centro, Biguaçu-SC.

AVÓS

Durval Borba Néto e Maria Elisabeth Kleine Borba, Renato Bunn e Tania Mara Martendal Bunn

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO
Sete de outubro de dois mil e dezenove

NUMERO DA DNV/DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO
30813507717

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER
Não há observações e/ou averbações.

NOME DO OFÍCIO:

Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

OFICIAL REGISTRADOR

MARIA NATALIA DA SILVA

MUNICÍPIO/COMARCA/UF: Biguaçu - SC

ENDEREÇO

Rua Salim Antônio Kair, 65, Centro -
CEP: 88160-178 - cartoriobigua@hotmail.com -
(48) 3243-4318

Digitado por: FABIANA ROCHA DA SILVA
Emolumentos:
1 Registro - Isento
1 Selo de Fiscalização Isento (FOT46697-P4V1)

Total Isento



O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Biguaçu - SC, 07 de outubro de 2019.

FABIANA ROCHA DA SILVA
Escrevente Registral

OCURADORIA
G. 5845
JURIA DE EX
Fis. 5848
Rub. W
69

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.661.033

DATA DE EXPEDIÇÃO 18/MAR/2016

NOME GABRIEL BUNN BORBA

FILIAÇÃO DOUGLAS BORBA
KAROLINE BUNN BORBA

NATURALIDADE FLORIANÓPOLIS SC DATA DE NASCIMENTO 11/01/2016

DOC.ORIGEM CERT. NASC. 22585 LV 69 FL. 111
CART. SILVA BIGUAÇU SC

CPF 124.239.539-33 PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

BIGUAÇU - SC

ASSINATURADO DIRETOR

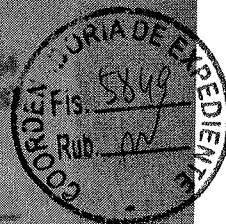
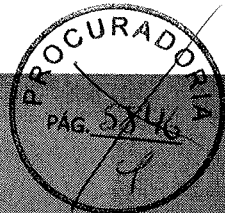
Paulo Henrique dos Santos
Diretor do Instituto de Identificação - IGP/SC
Pelo Criminal

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & BONS



Dr. César Pinheiro - CRMSC 4541 - RQE 3149
Dr. José Renato Filho - CRMSC 4777 - RQE 3179
Dr. José Antônio Cavallini - CRMSC 5463 - RQE 3164
Dr. Leonardo Galvão Cal - CRMSC 4324 - RQE 3153



NOME

Douglas Barros

Paciente hipertenso,
é grupo de risco para doença
cardíaca - Falei 8/6/2020.
CID 10⁹ w. I 10

Assinado

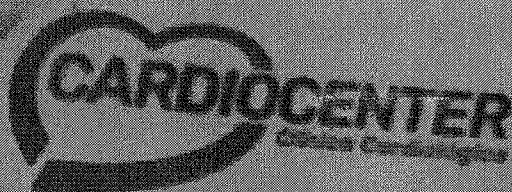
Dr. Leonardo Galvão Cal
Cardiologista
CRMSC 4324 - RQE 3153

ASSINATURA

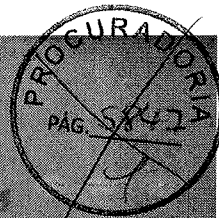
ASSINATURA

Assinatura de César Pinheiro - CRMSC 4541 - RQE 3149
Assinatura de José Renato Filho - CRMSC 4777 - RQE 3179
Assinatura de José Antônio Cavallini - CRMSC 5463 - RQE 3164
Assinatura de Leonardo Galvão Cal - CRMSC 4324 - RQE 3153

Assinatura de José Renato Filho - CRMSC 4777 - RQE 3179
Assinatura de José Antônio Cavallini - CRMSC 5463 - RQE 3164
Assinatura de Leonardo Galvão Cal - CRMSC 4324 - RQE 3153



Dr. César Polanco - CRMSC 4048 / RQE 4100
Dr. Elias Pereira Filho - CRMSC 4777 / RQE 2719
Dr. José Antônio Carvalho - CRMSC 5453 / RQE 1144
Dr. Leonardo Guillermo Cal - CRMSC 4224 / RQE 983



NOME

Douglas Borba

Uso Amliano.

Concordio 2,5 mg.

1 q co dia.

Dr. Leonardo Guillermo Cal
Cardiologista
CRMSC 4224 - RQE 983

8/6/2020

Atestado

Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983
Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983
Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983
Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983
Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983

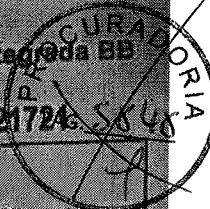
Atestado

Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983
Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983
Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983
Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983
Atestado de Trabalho em nome do(a) paciente CRMSC 4224 - RQE 983

Cobrança Integrada BB

BANCO DO BRASIL | 001-9 |

00190.00009 02979.193006 00170.566178 9 82870000021724



Nome do pagador/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP
 DOUGLAS BORBA - CPF 008.448.179-58
 RUA BENTO FRANCISCO, 1260 SAO MIGUEL
 88160-000 - BIGUAÇU - SC
 Sacador/Avalista

Nosso-Número AI 29791930000170566	Nr Documento 170715/012	Data de Vencimento 15/06/2020	Valor do Documento 217,21	(=) Valor Pago
--------------------------------------	----------------------------	----------------------------------	------------------------------	----------------

Nome do beneficiário/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP
 KHRONOS MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA - CNPJ 26.167.898/0001-80
 R DOMINGOS ANDRE ZANINI 277 SALA 1005 - 88117-200 SAO JOSE - SC

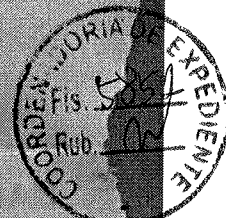
Agência/Código do Beneficiário
 3425-8 / 6.278-2

Data do documento 13/05/2020	Espécie DOC DM	Acerto	Data process 20/05/2020	(-) Desconto / Abatimento
---------------------------------	-------------------	--------	----------------------------	---------------------------

Uso do Banco	Carteira 17-027	Espécie RS	Quantidade	x Valor	(+) Juros/Multa
--------------	--------------------	---------------	------------	---------	-----------------

JUROS POR UM DIA:

SUJEITO A PROTESTO APÓS O VENCIMENTO



Autenticação mecânica — Recibo do Pagador

Este recibo somente terá validade com a autenticação mecânica ou acompanhando o
 recibo de pagamento emitido pelo Banco.
 Resgate através do cheque nº _____ do Banco _____
 Esta autenticação só terá validade após o pagamento do cheque pelo Banco Autêntico.

BANCO DO BRASIL | 001-9 |

00190.00009 02979.193006 00170.566178 9 82870000021721

Local de pagamento
Pagável em qualquer banco até o vencimento.

Data de Vencimento
 15/06/2020

Nome do beneficiário/CNPJ/CPF
 KHRONOS MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA - CNPJ 26.167.898/0001-80

Agência / Código do Beneficiário
 3425-8 / 6.278-2

Data do Documento 13/05/2020	Nr do Documento 170715/012	Espécie DOC DM	Acerto	Data Processamento 20/05/2020
---------------------------------	-------------------------------	-------------------	--------	----------------------------------

Nosso-Número
 AI 29791930000170566

Uso do Banco	Carteira 17-027	Espécie RS	Quantidade	x Valor
--------------	--------------------	---------------	------------	---------

(=) Valor do Documento
 217,21

Informações de responsabilidade do beneficiário

JUROS POR UM DIA:

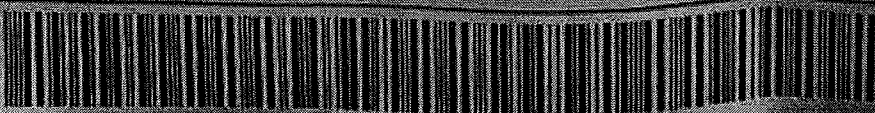
SUJEITO A PROTESTO APÓS O VENCIMENTO

(-) Desconto / Abatimento

(+) Juros/Multa

(+) Valor Cobrado

Nome do pagador/CNPJ/CPF/Endereço/Cidade/UF/CEP
 DOUGLAS BORBA - CPF 008.448.179-58
 RUA BENTO FRANCISCO, 1260 SAO MIGUEL
 88160-000 - BIGUAÇU - SC
 Sacador/Avalista

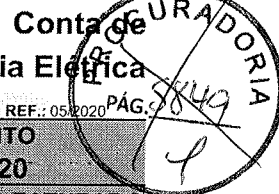


Autenticação mecânica — Ficha de compensação



Celesc Distribuição S.A.
Av Itamarati, 160 - - Florianópolis
CNPJ: 08.336.783/0001-90 Insc.Est.: 255266626

Conta de
Energia Elétrica



EMISSION: 13/05/2020 APRES.: 15/05/2020 NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE ÚNICA: 000.032.054.432 - FAT-01-20205964215747-37 REF.: 05/2020 PAG.: 5849

KAROLINE BUNN BORBA

CPF 046.631.219-93

R DOS LIRIOS, 150

L 31 GARDEN CD CLUBE - BEIRA RIO - BIG - BIGUACU - SC - 88160-00

Classificação: RESIDENCIAL / CONVENCIONAL / TRIFASICO

Tensão nominal ou contratada (V): 220 / 380

Limites adequados de tensão (V): 202 a 231

Grupo de Tensão: B Tipo de Tarifa: Convencional

DADOS DA MEDIÇÃO

Equipamento: RG 4241857
Unidade de medida: kWh
Origem da leitura atual: LIDA
Data da leitura anterior: 08/04/2020
Data da leitura atual: 11/05/2020
Data da próxima leitura: 09/06/2020
Número de dias faturados: 33
Leitura atual: 4072
Leitura anterior: 3531
Constante de faturamento: 1,00
Consumo medido no mês: 541
Consumo faturado no mês: 541
Fator de potência: 0,98

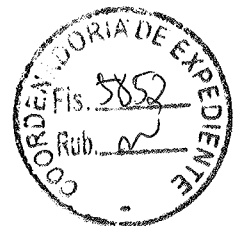
ISTÓRICO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - kWh

Mar/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020
0	0	100	100	100	100	100	400	621	790	759	794

Mensagens:

Nº DA UNIDADE CONSUMIDORA 53649831	VENCIMENTO 25/06/2020
ATENDIMENTO AO CLIENTE LIGUE 0800 480120	CONSUMO TOTAL FATURADO 541 kWh
	VALOR ATÉ O VENCIMENTO R\$ 397,61

Dados do Faturamento	Faturado	Tarifa (R\$)	Valor (R\$)
Consumo	150	0,551800	82,77
Consumo	391	0,651330	254,67
Subtotal (R\$)			337,44
Lançamentos e Serviços			
Correção Monetária por Atraso 03/2020			0,84
Juros Conta Anterior 03/2020			1,19
Multa Conta Anterior 03/2020			10,23
Cosip			47,91
Subtotal (R\$)			60,17



Composição do Preço em R\$ (Art. 31, Res. 166/05):

DISTRIBUIÇÃO	ENC. SETORIAIS	ENERGIA	TRANSMISSÃO	TRIBUTOS	Soma Demonstr.
51,71	25,21	161,53	15,69	83,30	337,44

INCIDIRÃO SOBRE A CONTA PAGA APÓS O VENCIMENTO MULTA DE 2%, JUROS DE MORA DE 0,0333% AO DIA (CONF. LEI 10.438/02) E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA COM BASE NO IGP-M A SEREM INCLuíDOS NA PRÓXIMA CONTA.

INFORMAÇÃO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	R\$ 337,44	12,00/25,00%	R\$ 73,59
COFINS	R\$ 337,43	2,37%	R\$ 8,00
PIS/PASEP	R\$ 337,43	0,51%	R\$ 1,71

RESERVADO AO FISCO

PERÍODO FISCAL: 13/05/2020

A534.D3AD.67FF.6C8C.EF45.C031.820A.2D4E



Celesc Distribuição S.A.
Av Itamarati, 160 - - Florianópolis
CNPJ: 08.336.783/0001-90 Insc.Est.: 255266626

EMPRESA

CEDENTE CELESC AD CEN	SACADO KAROLINE BUNN BORBA	ETAPA/LIVRO 06/020693	VENCIMENTO 25/06/2020
DATA DOCUMENTO 13/05/2020	NÚMERO REFERÊNCIA FAT-01-20205964215747-37	UNIDADE CONSUMIDORA 53649831	VALOR COBRADO (R\$) 397,61

836300000038 976101620004 001010202057 964215747376





Evento 84

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA_DECISAO_PROFERIDA_EM__HABEAS_CORPUS_CRIMIN

Data:

10/06/2020 17:40:12

Usuário:

EALMEIDA - ERNANI GUETTEN DE ALMEIDA - SERVIDOR 2º GRAU

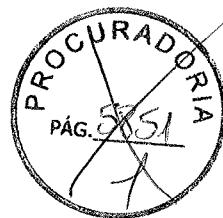
Processo:

5040138-11.2020.8.24.0023/SC

Sequência Evento:

84





Evento 85

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA_DECISAO_PROFERIDA_EM___HABEAS_CORPUS_CRIMIN

Data:

10/06/2020 18:37:15

Usuário:

EALMEIDA - ERNANI GUETTEN DE ALMEIDA - SERVIDOR 2º GRAU

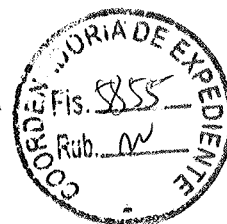
Processo:

5040138-11.2020.8.24.0023/SC

Sequência Evento:

85



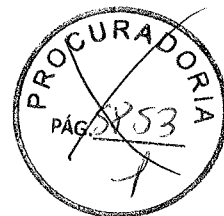


**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL METROPOLITANA DA
COMARCA DA CAPITAL.**

**Advogado Preso
FATO NOVO GRAVÍSSIMO
URGENTE**

DOUGLAS BORBA, qualificado nos autos do Pedido de Prisão Preventiva nº. **5040138-11.2020.8.24.0023**, por seus procuradores adiante assinados, comparece perante Vossa Excelência, em adendo as petições protocoladas em 10.06.2020, para expor **fato novo** e por fim requerer:

1. O investigado foi preso preventivamente nos autos em epígrafe em 06.06.2020.
2. No dia 10.06.2020 o requerente foi transferido das dependências da Diretoria de Investigações Criminais – DEIC, onde estava inicialmente recolhido, para a Penitenciária de Florianópolis, ingressão no sistema prisional do Estado. Analisando os autos, se tomou conhecimento do despacho de Vossa Excelência determinando que o Departamento de Administração Prisional, em 48 (quarenta e oito) horas, esclareça, de forma pormenorizada, o local de recolhimento dos investigados, dentre eles, do ora requerente, pois o mesmo é advogado e detém prerrogativas profissionais, entre elas a de não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior e, na sua falta, em prisão domiciliar.
3. Contudo, supreendentemente, fotos do ora requerente, realizadas por ocasião do seu registro na Penitenciária de Florianópolis, constantes do sistema de administração do estabelecimento penal, **vazaram (inexiste qualquer autorização do requerente)** para órgão de imprensa, denominado Jbfoco, que as publicou em blog (<http://jbfoco.com.br/2020/06/douglas-acaba-de-ser-transferido-para-presidio-em-florianopolis/>). Referidas fotos expõem o momento em que o requerente está sendo identificado, com roupas laranja, próprias do estabelecimento penal e, **uma delas, inclusive, de corpo inteiro e com algemas:**



Evento 86

Evento:

PETICAO

Data:

11/06/2020 15:47:30

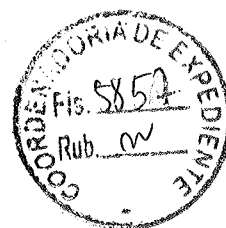
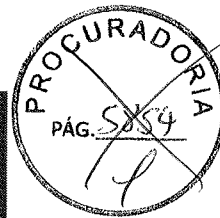
Usuário:

SC025638 - PAULO CESAR SCHMITT - ADVOGADO

Processo:

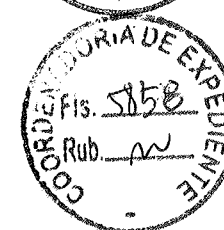
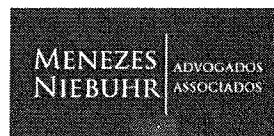
5040138-11.2020.8.24.0023/SC

Sequência Evento:



4. Referido link ao ser consultado, apresentava inicialmente estas fotos, mas passado algum um tempo, as mesmas foram retiradas, sendo substituídas por foto do requerente por ocasião do seu depoimento na CPI dos Respiradores na ALESC.

5. Este gravíssimo fato motivou por parte da Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa, a expedição na data de 10.06.2020, de NOTA OFICIAL, repudiando o ocorrido e determinando a instauração de sindicância interna para apuração, pontuando aquela a manifestação oficial, ainda, que "... a exposição de fotos de pessoas presas sem a devida autorização pode configurar crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.":



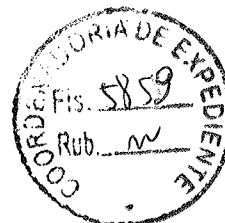
NOTA OFICIAL

A Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) repudia a divulgação de quaisquer fotos ou informações contidas em seu sistema interno de administração penal.

Oportuno salientar que o referido sistema não é de acesso exclusivo deste órgão. A SAP reforça que a divulgação de tais informações não é autorizada e pode ter o seu acesso rastreado, para tanto já determinou a abertura de sindicância interna para apurar os fatos.

Por fim, a SAP informa que a exposição de fotos de pessoas presas sem a devida autorização pode configurar crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.

6. As fotos, uma vez que foram lançadas em blog de acesso amplo ao público, já foram “viralizadas” na rede internacional de computadores, expondo e maculando de forma irremediável a imagem do requerente. Inclusive, matéria jornalística do NSC Total da data de hoje (<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/upiara-boschi/a-ascensao-e-a-queda-de-douglas-borba>), comenta sobre o malsinado vazamento.



msctotal.com.br



ASSINE

Borba é acusado de ter intermediado a chegada da proposta da improvável Veigamed à Secretaria da Saúde, colocando um advogado amigo de Biguaçu em contato com Márcia Regina. Ela relata pressão por parte de Borba, ex-homem forte do governo Carlos Moisés (PSL) e, ao mesmo tempo, que Héltton Zeferino deu o aval para a negociação. Héltton diz que não autorizou o pagamento antecipado, pelo qual responsabiliza a servidora.

Em sua fala final, Borba disse que nunca acreditou que Márcia e Héltton tivessem errado de propósito - mas que o conflito nas versões deles era em parte responsável por ele estar preso preventivamente. Não apenas, já que Borba foi preso na segunda fase da Operação O2 por estar supostamente obstruindo a investigação ao apagar mensagens que trocou com outros investigados. Na quarta-feira, vazaram fotos dele com o uniforme laranja característico do sistema prisional, após a transferência da Deic para o presídio. Se alguém previsse essa cena em janeiro deste ano, seria chamado de maluco ou exagerado.

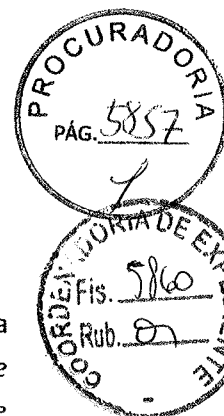
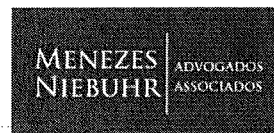
7. Há toda evidência foi desrespeitada a integridade moral do ora requerente, que está preso submetido a tutela do Estado, que tem o dever, por preceito constitucional, assegurar-lhe a integridade física e moral¹, mantendo-se invioláveis a intimidade, vida privada, honra e imagem.

8. Além disso, a Lei nº. 13.896 de setembro de 2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, caracteriza como infração penal, em seu artigo 13, incisos I e II,² a exibição do corpo do custodiado a curiosidade pública ou a sua submissão a condição vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei.

¹ Art. 5º [...]

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

²Art. 13. Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a:



9. Face as fotografias veiculadas, percebe-se o desrespeito a sumula vinculante nº. 11, do Supremo Tribunal Federal o qual assevera *“Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.”*

10. Como se sabe o requerente é advogado e foi Secretário Chefe da Casa Civil do atual Governo, e o ocorrido trás à mostra conduta que se pode atribuir, até mesmo, a interesses contrariados de desafeto(s). Por decorrência do fato em comento, doravante, teme-se, também, por sua integridade física no sistema prisional.

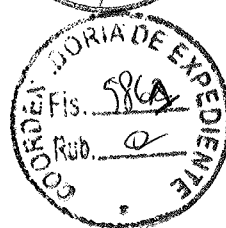
11. Pedindo-se vênica pela tediosa digressão, já exposta a Vossa Excelência em petições anteriores, inclusive no pedido de concessão de liberdade provisória, o requerente é advogado, com prerrogativa de ser recolhido preso em sala de Estado Maior e, na sua falta, em prisão domiciliar.

12. Também já foi apresentado a Vossa Excelência atestado médico de que o **requerente é hipertenso** e está incluído no grupo de risco do novo coronavírus, **pois a hipertensão arterial é uma das comorbidades mais associadas às complicações fatais da Covid-19.**

13. Agora, aos argumentos anteriores, soma-se este **seríssimo fato novo**, que descortina preocupante clima na permanência do requerente no sistema prisional, temendo-se, como tido, por sua integridade física.

14. Assim, vem o requerente trazer a conhecimento Vossa Excelência, em complemento às petições protocoladas na data de 10.06.2020, este **crítico fato novo**, para mais uma vez **requerer** a concessão de liberdade provisória, com a imposição de medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal e, sem assim não entendido, que o cumprimento da prisão preventiva se dê em prisão domiciliar, em atendimento à prerrogativa profissional do advogado e o estado de saúde do requerente, que o coloca no grupo de risco da COVID-19.

-
- I - exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública;
 II - submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei;



15. **Requer**, por fim, que Vossa Excelência:

a) requirite à autoridade policial a instauração de Inquérito Policial para apuração dos fatos aqui noticiados;

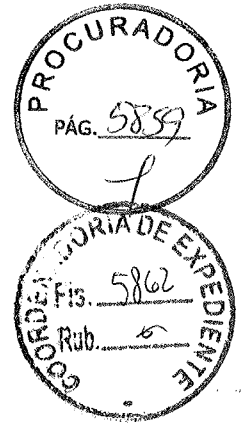
b) requirite junto a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa cópia da sindicância interna aberta para apuração do ocorrido.

Pede Deferimento.

Florianópolis, 11 de junho de 2020.

GIANCARLO CASTELAN
Advogado - OAB/SC 7.082

PAULO CESAR SCHMITT
Advogado - OAB/SC 25.638



Evento 87

Evento:

PROCURACAO__LEANDRO_ADRIANO_DE_BARROS__CESAR_AUGUSTUS_MARTINEZ_THOMAZ_B

Data:

11/06/2020 19:14:06

Usuário:

SC041386 - AULUS EDUARDO TEIXEIRA DE SOUZA - ADVOGADO

Processo:

5040138-11.2020.8.24.0023/SC

Sequência Evento:

87